

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE – UFAC
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS: LINGUAGEM E
IDENTIDADE**

LISÂNIA GHISI GOMES

**REPRESENTAÇÕES NO JORNAL PÁGINA 20: UM ESTUDO SOBRE
MULHERES NEGRAS NA COLUNA CULTURA 20**

**Rio Branco – Acre
2020**

LISÂNIA GHISI GOMES

**REPRESENTAÇÕES NO JORNAL PÁGINA 20: UM ESTUDO SOBRE
MULHERES NEGRAS NA COLUNA CULTURA 20**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagem e Identidade da Universidade Federal do Acre, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras: Linguagem e Identidade. Área de Concentração: Linguagem e Cultura. Linha de Pesquisa: Culturas, Narrativas e Identidades, sob a orientação da Professora Dr^a. Francielle Maria Modesto Mendes.

**Rio Branco - Acre
2020**

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFAC

G633r Gomes, Lisânia Ghisi, 1988 -

Representações no jornal no Jornal Página 20: um estudo sobre mulheres negras na Coluna Cultura 20 / Lisânia Ghisi Gomes; orientador: Profa. Dra. Franciele Maria Modesto Mendes. Rio Branco, 2020.

111 f.; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Acre, Programa de Pós-graduação em Letras, Linguagem e Identidade (PPGLI). Mestrado Em Letras, Linguagem e Identidade. Área de Concentração: Linguagem e Cultura. Linha de Pesquisa: Culturas, Narrativas e Identidades. Rio Branco, Acre, 2020.

Inclui referências.

1. Jornalismo 2. Cultura 3. Representação 4. Mulheres negras I. Mendes, Franciele Maria Modesto (orientadora) II. Título

CDD: 400

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a minha família, em especial a minha filha Clara e a minha mãe Márcia, que me acompanharam todos os dias ao longo de dessa pesquisa. Às minhas irmãs, Lianna e Liara, que mesmo distante fisicamente, nunca deixaram de me apoiar.

Meus agradecimentos à professora Dr^a Francielle Maria Modesto Mendes, que esteve ao meu lado nessa caminhada, me orientando, incentivando, ouvindo e aconselhando em todos os momentos. Obrigada pelos dias de compreensão.

Também agradeço a todos os docentes do Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Identidade (PPGLI), da Universidade Federal do Acre (UFAC), que sempre estiveram dispostos a compartilhar conhecimento e na defesa pela ciência, pesquisa e pós-graduação.

Ao *Página 20* e ao editor Elson Dantas, que me concedeu acesso ao acervo do jornal para que a pesquisa pudesse ser realizada.

Por fim, meus agradecimentos a Universidade Federal do Acre (UFAC) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior que tem proporcionado a continuação dos programas de pós-graduação, como também ofertado meios para que cada vez mais pessoas realizem um curso de mestrado.

RESUMO

Essa pesquisa faz parte área de concentração: Linguagem e Cultura, e da Linha de Pesquisa: Culturas, Narrativas e Identidades, do Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagem e Identidade, da Universidade Federal do Acre (UFAC), tendo como objetivo geral estudar as representações sobre as mulheres negras de textos da coluna *Cultura 20*, assinada pelo jornalista Naylor George e publicada no jornal *Página 20*, durante o período de julho de 1996 a outubro de 1999. O material está subdividido em três capítulos, sendo que o primeiro versa sobre os conceitos de cultura, representação, identidade e diferença, apresenta breve discussão sobre o jornalismo como área de conhecimento e discute a premissa da objetividade em meio a esse campo de estudo. Dentre os autores utilizados para a construção do texto, estão: Hall (2016), Woodward (2014), Laraia (1986), Foucault (1996), Eagleton (2011), Bhabha (1998), Llosa (2013). O segundo capítulo apresenta um breve histórico sobre como a mulher branca e a mulher negra estavam inseridas em suas respectivas sociedades a partir do século XIX quando a imprensa surge no Brasil. Para essa fase do trabalho, são utilizados como referência bibliográfica: Davis (2016), Buitoni (2009), Beauvoir (1970), Perrot (2018), Pinsky (2018), Nepomuceno (2018), Miranda (2018) e Giuliani (2018). O terceiro capítulo da dissertação apresenta reflexões sobre os textos coletados junto ao *Página 20*. Ao todo, foram identificadas 693 edições, veiculadas entre o período de julho de 1996 a outubro de 1999. Desse total, 06 textos, publicados em 06 edições distintas, trazem mulheres negras como protagonistas das matérias veiculadas no periódico. Dessa forma, o trabalho utilizou como metodologia a pesquisa bibliográfica e análise documental para apresentar reflexões sobre os 06 textos coletados na *Cultura 20*. Dentre os resultados obtidos está a presença de discursos pautados em representações racializadas e segregadoras, que vão resultar na descrição de identidades estereotipadas. Além disso, os textos analisados vão delimitar quais espaços as mulheres negras ocupavam na época, como também destacar a exposição de seus corpos de forma objetificada a partir de narrativas sexualizadas. Além disso, a análise documental realizada nos 06 textos da coluna *Cultura 20* identifica ainda o silenciamento da mulher negra no processo de construção cultural local.

Palavras chaves: Jornalismo, Cultura, Representação, Identidade, Mulheres negras.

ABSTRACT

This research is part of the area of concentration: Language and Culture, and the Research Line: Cultures, Narratives, and Identities, of the Postgraduate Program in Languages: Language and Identity, from the Federal University of Acre (UFAC), with the general objective of studying the representations of black women in texts in the *Cultura 20* section, signed by journalist Naylor George and published in the newspaper *Página 20*, from July 1996 to October 1999. This material is divided into three chapters, the first of which deals with the concepts of culture, representation, identity, and difference, which also presents a brief discussion about journalism as an area of knowledge and discusses the premise of objectivity in this field of study. Among the authors used for the construction of the text, there are Hall (2016), Woodward (2014), Laraia (1986), Foucault (1996), Eagleton (2011), Bhabha (1998), and Llosa (2013). The second chapter presents a brief history of how white women and black women were inserted in their respective societies from the 19th century onwards when the press appeared in Brazil. For this phase of the work, the following references are used: Davis (2016), Buitoni (2009), Beauvoir (1970), Perrot (2018), Pinsky (2018), Nepomuceno (2018), Miranda (2018), and Giuliani (2018). The third chapter of the thesis presents reflections on the texts collected from *Página 20*. There were identified a total of 693, published between July 1996 and October 1999. Out of those, 06 texts were published in 06 different editions, bringing black women as protagonists of the published articles in the edition. Thus, the work used bibliographic research and document analysis as a methodology to present reflections on the 06 texts collected in *Cultura 20*. Among the results, it was found the presence of speeches based on racialized and segregating representations, which will result in the description of stereotyped identities. Also, the analyzed texts will delimit which spaces black women occupied at that time, as well as highlight the exposure of their bodies in an objectified way from sexualized narratives. Furthermore, the analysis of the documents carried out in the 06 texts of the *Cultura 20* section also identifies the silencing of black women in the process of local cultural construction.

Keywords: Journalism, Culture, Representation, Identity, Black women.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
CAPÍTULO 1 – PARA COMPREENDER O CORPUS É PRECISO DISCUTIR CONCEITOS	15
1.1 UM CAMINHAR PELOS CONCEPTOS DE CULTURA, IDENTIDADE E REPRESENTAÇÃO.....	16
1.2 REPRESENTAÇÃO E COMUNICAÇÃO	31
1.3 JORNALISMO: CONHECIMENTO, OBJETIVIDADE E REPRESENTAÇÃO.....	34
1.4 OS CONCEITOS DE CULTURA A PARTIR DE TEXTOS DA COLUNA CULTURA 20.....	40
CAPÍTULO 2 – DE/SOBRE MULHERES: HISTÓRICO E REPRESENTAÇÃO	44
2.1 – “A HISTÓRIA DAS MULHERES FEITAS POR HOMENS”: UM HISTÓRICO ENTRE OS SÉCULOS XIX E XX.....	45
2.2 – HISTÓRIAS DAS MULHERES NO BRASIL	57
2.3 – AS REPRESENTAÇÕES DAS MULHERES EM REVISTAS E JORNAIS DO BRASIL	64
CAPÍTULO 3 – AS REPRESENTAÇÕES SOBRE AS MULHERES NEGRAS PUBLICADAS NA COLUNA CULTURA 20.....	78
3.1 – DO INÍCIO AO FIM DA COLUNA CULTURA 20	82
3.2 – “ATÍPICA E FOLCLÓRICA” X “MULHER DE VERDADE”: AS IDENTIDADES DESCRITAS SOBRE AS MULHERES NEGRAS	84
3.3 – MORENA: O TERMO QUE SEXUALIZA E EMBRANQUECE A MULHER E O ACRE.....	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	108

INTRODUÇÃO

A opção por estudar as representações sobre as mulheres negras narradas nos textos da coluna *Cultura 20*, assinada pelo jornalista Naylor George e publicada no jornal impresso *Página 20*, durante o período de julho de 1996 a outubro de 1999, se deu a partir de uma pesquisa inicial sobre jornalismo cultural. Aqui, antes de dar sequência às discussões nesse trabalho, peço licença para estudar a temática proposta. Na condição de mulher, branca, jornalista e pesquisadora, coloco-me frente a um tema na qual tenho a intenção de contribuir com discussões, principalmente, no que se refere ao âmbito do jornalismo.

Pretendo, aqui, assumir, junto a essa pesquisa, a posição de uma mulher que quer ampliar o aprendizado sobre questões que envolvem as relações raciais, estando disposta a enfrentar aquilo que desconheço, como também reeducar meus olhares e discursos, contribuir para uma autorreflexão e, se possível, possibilitar que outras e outros reflitam sobre a importância de estar ao lado das pessoas negras e movimentos sociais negros, na luta por transformações de combate ao racismo, violência, segregação.

Na posição de coadjuvante, em relação às discussões propostas nesse trabalho, pretendo refletir e desconstruir a formação de privilégios, incluindo os meus, que têm contribuído para a ampliação de manifestações discriminatórias, violentas e que, historicamente, negam a dignidade, rejeitam conhecimentos, histórias, culturas e valores da população negra. Assim, a minha intenção ao pesquisar as representações das mulheres negras da *Cultura 20* é a de auxiliar no processo de desconstrução e disseminação de pensamentos outros, como também de ser aliada das pautas que envolvem as mulheres negras, compreendendo que

os corpos brancos na luta antirracista importam – como sujeitos e parceiros políticos dessa construção protagonizada historicamente por aquelas e aqueles que sofrem as consequências do racismo – mas nunca como expropriadores dessa luta, nunca para desqualificar, invisibilizar e negar o protagonismo desses sujeitos, reafirmando as armadilhas e lugares de poder da branquitude acrítica (CARREIRA, 2018, p. 135).

Dessa forma, descrevo, nesse primeiro momento, o caminho que me guiou até o presente objeto de estudo. Assim, por ser jornalista e atuar no setor de comunicação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do

Acre (IFAC), uma das minhas atividades diárias, a clipagem¹, me auxiliou a perceber a quase inexistência de matérias que abordassem questões culturais nos jornais impressos, e até mesmo a não presença de cadernos destinados a essa temática. Distante do meio acadêmico desde julho de 2010, quando me graduei em Comunicação Social – habilitação em Jornalismo, pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), percebi a oportunidade de voltar aos estudos com o lançamento do edital para o processo seletivo de 2017, que formaria a turma de 2018 do Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagem e Identidade (PPGLI), da Universidade Federal do Acre (UFAC). Foi, então, que decidi escrever em um projeto, o que eu havia percebido nas atividades de clipagem no IFAC. Assim, o que propus para a seletiva visava compreender os motivos do silenciamento do jornalismo cultural nos jornais impressos de Rio Branco. Para minha felicidade, o que eu pensava ser um tema importante para se pesquisar junto à academia também passou pelo crivo da seleção de 2017.

Em abril de 2018, retornei à Universidade e para um processo intenso de reconstrução pessoal, profissional e acadêmica. Os conceitos descritos no projeto apresentados para a seleção de 2017, que levou como título “A cultura do silêncio: Uma investigação acerca do jornalismo cultural em cinco jornais impressos do município de Rio Branco (Acre)”, começavam a se expandir, a serem desconstruídos e reconstruídos em meu cotidiano. Com as orientações dadas pela professora doutora Francielle Maria Modesto Mendes, a partir de março de 2019, a pesquisa foi ganhando direcionamento.

O projeto inicial previa um estudo junto aos jornais impressos que se encontravam em circulação no município de Rio Branco. Sendo eles: *A Gazeta*, *A Tribuna*, *Opinião*, *O Rio Branco* e *Página 20*. Destes, tive oportunidade de acesso ao *Página 20* e *O Rio Branco*, sendo o acervo do primeiro localizado em sua antiga sede, instalada na rua Antônio Monteiro, no bairro Ipase, da capital acreana, e do segundo no Centro de Documentação e Informação Histórica da UFAC. E foi durante as pesquisas *in loco*, que as publicações do

¹ “Trata-se de uma coletânea de recortes de notícias e comentários sobre a empresa, pessoas ou entidade, veiculados em jornais e revistas naquele dia. (...) A assessoria também pode elaborar um clipping de rádio, televisão e internet. (...) O objetivo principal do clipping é mostrar como a empresa foi destacada na mídia. Se a notícia é boa, a favor, ou se é crítica” (ABDALLA, 2002, p. 181).

jornal *Página 20* me chamaram atenção. A partir de registros fotográficos de imagens e textos de atividades artísticas que tinham sido publicadas no referido impresso, como também de informações que trouxessem a palavra “cultura”, coletei, como primeiras informações, imagens fotográficas das colunas *Cenarium*, assinada por Rose Farias, *The Best*, assinada por Jussara Holanda, *Extras*, assinada por Tião Victor, e *Cultura 20*, que além de ser o material divulgado na última página do jornal, a página 20, era também aquele que tinha em seu título a palavra cultura e que trazia matérias que não abordavam apenas textos sobre bandas musicais, lançamento de filmes ou exposições de quadros e esculturas. Foi, então, a partir dos títulos da *Cultura 20*, que levavam temáticas além das ações artísticas, que definimos, eu e a professora Francielle Modesto, estudar a coluna *Cultura 20*. É nesse momento que o projeto, que inicialmente previa um estudo sobre jornalismo cultural, passa a ganhar outro direcionamento.

Com este afunilamento do projeto era preciso datar um início e fim para a pesquisa. E folheando os jornais, a partir de março de 1995 – início das publicações do *Página 20* –, encontrei a primeira edição da coluna *Cultura 20* a partir do dia 02 de julho de 1996, quando o impresso já não era mais semanal, e contava com veiculações de terça-feira a domingo. O fim da *Cultura 20* foi no dia 06 de outubro de 1999. Dessa forma, foram coletados materiais referentes a 40 meses de publicações, o que resultou no registro fotográfico de um total de 693 edições da coluna e publicadas no *Página 20*. A coleta do material, que aconteceu entre os dias 01 a 19 de junho de 2019, foi realizada por meio de registro fotográfico digital.

Durante esse levantamento, os textos publicados na coluna que tinham a mulher como temática me chamavam mais a atenção. Exemplo de um olhar direcionado ao que me interessava estava uma publicação datada de 11 de setembro de 1996, localizada na página 10 do impresso. O material apresentava a foto de uma mulher segurando uma criança. O título do texto era “Maria Preta”. Na página 11, onde estava a continuação do texto da página anterior, em seu topo, estava em destaque a frase entre aspas: “Não vote em branco, vote em preto”. Por alguns minutos parei a coleta do material para ler a matéria, pois me chamou atenção o parágrafo a seguir:

Em toda e qualquer eleição existem os candidatos atípicos e folclóricos que se destacam dos demais por suas posturas "estranhas" perante a política partidária, formas de vida e propostas diferentes das ditas normais. Estes candidatos fazem parte das eleições e, mesmo se não forem eleitos, são animadores do povo, são as vozes que ecoam diferentes das demais. Isso justifica suas candidaturas. (GEORGE, 1996, p. 10).

Ao terminar a minha leitura, segui com os registros fotográficos até o fim das edições da coluna *Cultura 20*. Com o material em mãos, novamente foi a vez de sentar com a orientadora para delimitar um pouco mais a pesquisa, visto que já possuía registro de cerca de mil textos publicados na coluna *Cultura 20*. E durante esse encontro, definimos que a pesquisa não mais teria como foco o jornalismo cultural, mas que o *corpus* seria formado por textos que abordassem as mulheres narradas na coluna *Cultura 20*, entre julho de 1996 a outubro de 1999.

O fato é que devido à quantidade de material coletado foi preciso selecionar os textos que seriam trabalhados ao longo da dissertação. Com isso, as definições adotadas para seleção desse material se deu em três momentos: a 1ª seletiva levou em consideração títulos e subtítulos que tinham nomes próprios femininos, frases entre aspas que eram de autoria de mulheres, além de títulos e subtítulos dos textos publicados que apresentavam as palavras mulher(es), índia(s), negra(s), ou termos que fizessem referência ao feminino. Nessa primeira seleção, a pesquisa totalizou 102 edições e 187 textos.

Na 2ª seletiva fiz a exclusão de frases, fotos legendas, poemas, contos, textos não assinados pelo autor da coluna *Cultura 20*, como também de trechos de livros e textos de outros jornais publicados no *Página 20*. Com isso, nessa segunda seleção cheguei ao total de 87 edições e 132 textos. Assim, ainda com uma quantidade já reduzida de material, no qual a mulher era a temática central, optei por delimitar o *corpus* da dissertação a partir de publicações que tivessem palavras que fizessem referência às mulheres negras. A decisão em direcionar o *corpus* da dissertação para as mulheres negras se deu, principalmente, pelo teor do texto "Maria Preta", como também pela quantidade reduzida de materiais publicados sobre as mulheres negras na coluna *Cultura 20*. Esse último fator quantitativo, percebido durante a coleta do material, já apontava possíveis compreensões sobre as mulheres negras, como

também quais espaços eram destinados a elas dentro dos escritos publicados no *Página 20*. Dessa forma, mesmo a coleta de dados estando em fase de seleção, o silenciamento sobre as/das mulheres negras, nos discursos publicados na coluna *Cultura 20*, apresentava referenciais para outros questionamentos que precisavam ser estudados.

Assim, para chegar a quantidade final de textos que iriam compor a dissertação, utilizei como referência termos que tivesse relação com a cor e raça das mulheres. Dessa forma, as palavras preta, negra e morena subsidiaram a seleção do material. A primeira fase desse recorte contribuiu para que eu chegasse a 03 edições. Uma quantidade pequena de material, se comparada ao número inicial de textos que se referiam às mulheres. É válido destacar que outras 03 publicações acabaram por ser inclusas nessa seleção, mesmo não apresentando as referidas palavras. A decisão por incluir tais materiais na categorização, se deve ao fato de que nessas 03 edições, Marina Silva² aparece como personagem central das publicações – fato este que passou a integrar o *corpus* da pesquisa, pois ela se autodeclara como pessoa negra.

Com isso, cheguei ao final da 3ª seletiva com o *corpus* finalizado com 06 edições e 06 textos, que têm como títulos: Maria Preta/Não vote em branco, vote em preto; Oito de março – Haverá sempre um nome de mulher; Danah Costa – A musa dos Paralamas; Essa mulher seringueira; Marina, essa seringueira mulher e “O Acre é doce e amargo”.

De tal modo, a partir dessa trajetória profissional, acadêmica e de pesquisa, o presente estudo traz como problemática determinados apontamentos, tais como: Quais as identidades sociais das mulheres negras apresentadas nos textos publicados na coluna *Cultura 20*? Quais os espaços sociais, que as mulheres negras ocupavam em Rio Branco a partir das publicações de julho de 1996 a outubro de 1999? Quem são as mulheres negras e como elas são descritas nos textos publicados no jornal *Página 20*?

² Conforme descrição apresentada no endereço eletrônico <https://marinasilva.org.br/biografia/>, Marina Silva nasceu no Acre em fevereiro de 1958 e trabalhou em seringal até os 16 anos, quando deu início aos estudos. Licenciada em História, pela Universidade Federal do Acre, e pós-graduada em Teoria Psicanalítica e Psicopedagogia, pelas Universidades de Brasília e Católica de Brasília, iniciou sua vida política em 1986, porém foi eleita como senadora somente em 1994. Foi reeleita para o mesmo cargo em 2002 e em 2003 assumiu o cargo de ministra do Meio Ambiente, durante a gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Disputou eleições para à Presidência da República nos anos de 2010, 2014 e 2018.

Qual o papel da mulher negra, na construção do contexto social e cultural rio-branquense, a partir dos textos da coluna *Cultura 20*?

Dessa forma, partindo dos problemas apresentados, o trabalho de dissertação traz como uma das hipóteses, o silenciamento da participação das mulheres negras na construção do contexto social e cultural de Rio Branco, a partir da análise documental das produções veiculadas no periódico. Outro pressuposto é a determinação de espaços sociais para as mulheres negras descritas nas matérias publicadas durante o período de julho de 1996 a outubro de 1999, na coluna *Cultura 20*.

Com isso, o objetivo central da dissertação será analisar as representações sobre as mulheres negras na coluna *Cultura 20*, a partir dos 6 textos divulgados durante o período de julho de 1996 a outubro de 1999 e publicados no jornal *Página 20*. Além disso, a dissertação tem ainda como objetivos específicos: 1) discutir como a mulher negra era descrita nos textos veiculados na coluna *Cultura 20*; 2) avaliar o silenciamento das mulheres negras, no contexto social e cultural de Rio Branco, a partir da coluna *Cultura 20*; 3) identificar em quais contextos estavam inseridos os termos morena, negra e preta nos textos publicados na coluna veiculada no jornal *Página 20*.

Assim, para desenvolver essa dissertação foi utilizada pesquisa bibliográfica, sendo realizadas leituras sobre cultura(s), identidade(s), representação(ões), jornalismo impresso, mulheres, mulheres na mídia, raça, racismo, cor, feminismo e feminino negro, com objetivo de estruturar teoricamente o trabalho, como também analisar os textos coletados durante a pesquisa feita junto ao jornal *Página 20*. Além disso, também foi desenvolvida Análise Documental, a partir dos textos publicados no jornal *Página 20*, na coluna *Cultura 20*, entre o período de julho de 1996 a outubro de 1999.

A Análise Documental, conforme descreve Sonia Virginia Moreira (2005), pode ser considerada como técnica e também como método, no que se refere ao desenvolvimento de pesquisa científica. Segundo a autora, a partir da análise documental é possível realizar a “identificação, a verificação e a apreciação de documentos para determinado fim” (MOREIRA, 2005, p. 271). Além disso, a análise documental, “muito mais que localizar, identificar, organizar e avaliar textos, som e imagem, funciona como expediente eficaz para contextualizar fatos, situações, momentos” (MOREIRA, 2005, p. 276).

O trabalho está organizado em três capítulos, sendo que no primeiro é apresentada uma discussão sobre os conceitos de cultura, identidade e representação, e como estes estão interligados. Ainda no capítulo 1, é feita a relação de textos publicados na coluna *Cultura 20*, durante o período de julho de 1996 a outubro de 1999, com os conceitos de cultura e representação. A ideia nessa etapa da dissertação é apresentar como eram percebidos os conceitos de cultura, a partir dos textos publicados na coluna *Cultura 20*. Dentre os autores utilizados nesse primeiro momento do trabalho, estão: Terry Eagleton (2011), Homi Bhabha (2010), Stuart Hall (2016), José Salvador Faro (2006), Roque de Barros Laraia (1986), Kathryn Woodward (2014).

No segundo capítulo há um breve histórico sobre as mulheres, partindo do século XIX, e discussões sobre como as mulheres, principalmente as mulheres negras são representadas no jornalismo impresso. Assim, para auxiliar na construção do capítulo, é utilizada a bibliografia de Djamila Ribeiro (2017), Michelle Perrot (1988), Dulcília Schroeder Buitoni (2009), Carla Bassanezi Pinsky, Angela Davis (2016), Maria Angela D’Incao (2018), Maria Odila Dias (2018), Bebel Nepomuceno (2018). Já o capítulo três compreende a análise dos dados coletados junto ao jornal *Página 20*, em relação à coluna *Cultura 20*, durante o período de julho de 1996 a outubro de 1999. Nessa fase, as autoras e autores utilizados na construção dos capítulos 1 e 2 vão auxiliar a análise e também a compressão em relação às representações sobre as mulheres negras descritas nos textos que fazem parte do *corpus* da dissertação.

Assim, antes de dar início às discussões propostas para o capítulo 1, encerro a introdução dessa dissertação agradecendo a oportunidade de ter reiniciado minha trajetória acadêmica, dessa vez no curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagem e Identidade. Um ambiente que me proporcionou discussões outras e ampliou minhas percepções em relação ao meu convívio pessoal e profissional. Afinal, “continuar vivendo não é somente continuar respirando. Ninguém consegue instalar-se na indiferença” (BEAUVOIR, 1983, p.278). E por acreditar que a partir da indiferença é possível desconstruir e reconstruir, que espero sempre continuar indiferente a conceitos fixos, discursos impostos, identidades determinadas. Espero que a desconstrução e a reconstrução sejam também

permanentes em relação a minha formação pessoal e que, assim, eu continue não me instalando na indiferença.

CAPÍTULO 1 – PARA COMPREENDER O *CORPUS* É PRECISO DISCUTIR CONCEITOS

O primeiro capítulo desta dissertação traz como proposta uma breve discussão sobre os conceitos de cultura apresentados nas obras de Terry Eagleton (2011) e Roque de Barros Laraia (1986), como também argumentações propostas por Stuart Hall (2016), Kathryn Woodward (2014) e Homi Bhabha (1998) que relacionam os conceitos de identidade, diferença, representação e linguagem ao processo cultural. Outros apontamentos que serão apresentados nessa fase do trabalho estão relacionados ao processo de representação no âmbito da comunicação e do jornalismo. A ideia aqui é iniciar um diálogo sobre cultura, que será complementado nos capítulos seguintes, quando serão abordadas as temáticas relacionadas às representações das mulheres negras na coluna *Cultura 20*.

Os autores vão subsidiar tanto as discussões propostas neste primeiro momento que tratam sobre conceitos de cultura, identidade e representação, como também irão auxiliar no processo de análise documental dos conteúdos coletados sobre as mulheres negras, nos textos veiculados na coluna *Cultura 20*, no período de julho de 1996 a outubro de 1999, no jornal *Página 20*, e que contemplam o *corpus* deste trabalho. Outro apontamento que será discutido nesse primeiro momento é o conceito de representação.

Na sequência, será realizada uma breve relação entre os conceitos apresentados no decorrer do capítulo e textos veiculados na coluna *Cultura 20* que abordam a temática cultural. A ideia é apresentar como são percebidos os conceitos de cultura nos textos selecionados no *Página 20* e como esses estão relacionados aos estudos de Terry Eagleton (2011) e Roque de Barros Laraia (1986), como também em relação às argumentações propostas por Stuart Hall (2016), Kathryn Woodward (2014) e Homi Bhabha (1998).

Os textos que apresentam uma discussão sobre cultura e são apresentados nessa etapa do trabalho, não fazem parte do *corpus* que será analisado ao longo da dissertação. A decisão por apresentar tais publicações se deu com a intenção de demonstrar como estão compreendidos os conceitos de cultura. Assim, a partir dessa intenção, apresento exemplos que foram coletados junto ao jornal *Página 20*.

1.1 UM CAMINHAR PELOS CONCEITOS DE CULTURA, IDENTIDADE E REPRESENTAÇÃO

A partir do referencial bibliográfico norteador desta pesquisa, percebeu-se que não há um conceito único e fixo para o termo cultura. Por estar relacionado às identidades, espaços, tempos e sociedades, Terry Eagleton (2011), por exemplo, mostra que a cultura acaba sendo um apanhado de conhecimentos, experiências, práticas e costumes que, historicamente, vão sendo repassados e reconstruídos a partir dos indivíduos de uma sociedade em tempos e espaços distintos.

Ainda de acordo com o autor (2011), a cultura está relacionada também a um sistema simbólico amplo de possibilidades e que irá contribuir para o processo de socialização dos indivíduos de cada sociedade. Eagleton (2011) detalha também como a complexidade deste conceito acaba nos fazendo perceber que, a partir da aquisição e compartilhamento de conhecimentos, a cultura se constrói, se transforma, se transfere. Com isso, o autor (2011) descreve a cultura como sendo,

aproximadamente resumida como o complexo de valores, costumes, crenças e práticas que constituem o modo de vida de um grupo específico. Ela é 'aquele todo complexo', como escreve o antropólogo E. B. Tylor em uma célebre passagem de seu *Primitive culture* [Cultura primitiva], 'que incluiu conhecimento, crença, arte, moral, lei, costume e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo ser humano como um membro da sociedade' (EAGLETON, 2011, p. 54-55).

Dessa forma, partindo do entendimento de que cultura é um conceito em constante (re)construção, conforme explica Eagleton (2011), é válido destacar os estudos de Roque de Barros Laraia (1986), que antes de apresentar uma lógica operacional sobre a cultura em sua obra, caminha historicamente pela construção deste referido conceito, partindo do século IV a.C. e seguindo até o século XX.

Laraia (1986) afirma que antes mesmo de surgir o termo *kultur*, apresentado por Edward Tylor, no final do século XVIII, historicamente é possível perceber que determinados apontamentos já destacavam a diversidade de comportamentos e modos de vida como características do humano. É a partir do século IV a.C., que as discussões propostas por

estudiosos já mostravam que mesmo os seres humanos sendo da mesma natureza, apresentavam hábitos distintos. Essa preocupação foi descrita por Confúcio, que apresentou a existência da diversidade cultural. Outro historiador, segundo Laraia (1986), foi Heródoto, que ao tratar do sistema social dos lícios, ressaltou a compreensão sobre a diferença, a partir de um princípio etnocêntrico. Segundo o pensador grego, foram os costumes e valores do outro que o fizeram perceber que o sistema social das sociedades é distinto.

Ainda de acordo com Laraia (1986), Marco Polo (século XIII) e o padre José de Anchieta (século XVI), por exemplo, vão ressaltar as diferenças entre os povos de forma relativista, ou seja, vão tentar valorar as diferenças, costumes e comportamentos dos povos, como também apresentar explicações geográficas e biológicas, na tentativa de justificar a diversidade das sociedades. Esse viés avaliativo e de comparação, em relação aos costumes, valores e modo de vida, com foco em determinismos biológico e geográfico, vai perpetuar ao longo dos séculos XIV a XVI, através de pensadores, como Ibn Khaldun e Jean Bodin, por exemplo.

É a partir do final do século XVII, que as determinações biológicas e geográficas passaram a ser percebidas como limitadoras para a construção de compreensões sobre a diversidade dos povos (LARAIA, 1986). Segundo o estudioso (1986), ao afirmar que as características genéticas de um indivíduo determinavam seus comportamentos culturais, ou que o espaço físico onde a pessoa estava inserida era motivo para comprovar a sua cultura, se estabelecia que o indivíduo era um ser não capaz de aprender, limitado, não diverso, fixo e irracional, por exemplo.

De acordo com o pensamento de Laraia (1986), o primeiro conceito apresentado para cultura foi, no final do século XVIII, de autoria de Edward Burnett Tylor, que relacionou o termo germânico *kultur*, “que era utilizado para simbolizar todos os aspectos espirituais de uma comunidade” (LARAIA, 1986, p. 25), ao conceito de *civilization*, que “referia-se principalmente às realizações materiais de um povo” (LARAIA, 1986, p. 25). O fato é que antes de Tylor registrar tal conceituação, Laraia (1986) cita outros autores, que mesmo em séculos distintos, já refutavam as afirmações de que o conhecimento e as

ideias presentes na sociedade eram conceitos imutáveis. Exemplo disso são os estudiosos John Locke (século XVII) e Jacques Turgot (século XVIII).

O primeiro conceito antropológico de cultura foi apresentado por Edward Burnett Tylor, no ano de 1871, como já descrito anteriormente. Esse conceito acabou classificado como algo referente à natureza humana, mas que possuía causas e regularidades em seu processo de evolução. Com isso, as descrições apresentadas por Tylor, conforme explica Laraia (1986), auxiliavam a existência de escalas evolutivas entre as sociedades, ou seja, contribuíam para um entendimento de que a cultura se desenvolvia de forma unilateral, fazendo com que tal compreensão fomentasse um processo discriminatório, através do qual “as diferentes sociedades humanas eram classificadas hierarquicamente, com nítida vantagem para as culturas europeias. Etnocentrismo e ciência marchavam então de mãos juntas” (LARAIA, 1986, p. 34).

A partir da conceituação de Tylor, as discussões sobre cultura foram encaminhadas por outros estudiosos, que com a intenção de compreender o “desenvolvimento das instituições sociais, buscavam no passado as explicações para os procedimentos sociais da atualidade” (LARAIA, 1986, p. 33). Dentre os autores que apresentaram estudos a partir deste viés, estavam Maine e McLennan, que no século XIX, desenvolveram pesquisas sobre as instituições jurídicas e o matriarcado, respectivamente. Ambos os estudos, mantinham a noção da cultura como processo evolucionista, ou seja, de que determinadas sociedades apresentavam mais vantagens que outras.

É no final do século XIX, conforme explica Laraia (1986), que outros teóricos surgem contrapondo os estudos de Tylor, caso de Franz Boas, que em uma expedição geográfica em Baffin Land, ao estudar um grupo de esquimós, destacou que o processo cultural precisa ser analisado, levando em consideração o processo histórico. Segundo Boas, “cada cultura segue seus próprios caminhos em função dos diferentes eventos históricos que enfrentou” (LARAIA, 1986, p.36), assim, o evolucionismo cultural, proposto por Tylor e defendido por outros estudiosos no final do século XVIII e início do século XIX, passava a não ter sentido.

Outro autor, de acordo com Laraia (1986), que defronta os estudos de Tylor é Alfred Kroeber, que apresentou explicações sobre a atuação da cultura sob o humano e como este passava a ser resultado do meio cultural em que

era socializado. Conforme descreve Laraia (1986) sobre os estudos de Kroeber, é a partir da sociabilização entre os homens que o processo cultural se desenvolve, fazendo assim com que este não seja estático.

O homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquiridas pelas numerosas gerações que o antecederam. A manipulação adequada e criativa desse patrimônio cultural permite as inovações e as invenções. Estas não são, pois, o produto da ação isolada de um gênio, mas o resultado do esforço de toda uma comunidade (LARAIA, 1986, p. 45).

Porém, para Kroeber, não é possível desvincular os comportamentos biológicos do processo de formação cultural dos indivíduos. Segundo ele, o processo orgânico dos representantes de determinada cultura influenciava o ambiente cultural, mas apenas como forma de adaptação ao meio, ou seja, o ser humano adotava comportamentos e aprendizados não por conta das suas funções biológicas, mas para promoção de um processo de aprendizagem e, conseqüentemente, repasse de conhecimento.

Laraia (1986) apresenta os estudos de Clifford Geertz, que vem defender que o processo cultural está ligado à transferência de conhecimento aos demais membros da sociedade, ou seja, a comunicação utilizada para transmissão do processo cultural era importante para que as ações culturais continuassem sendo repassadas e reformuladas conforme tempo e espaço de seus indivíduos. É válido destacar que os discursos produzidos durante o processo de transmissão do conhecimento cultural, como também a construção dos conceitos que permeiam a cultura, podem ser considerados como elementos simbólicos, ou seja, a cultura também pode ser compreendida como um sistema simbólico, conforme explica Laraia (1986), ao ressaltar os estudos de Clifford Geertz.

(...) a cultura deve ser considerada 'não um complexo de comportamentos concretos, mas um conjunto de mecanismos de controle, planos, receitas, instruções (que os técnicos de computadores chamam de programa) para governar o comportamento'. (...), todos os homens são geneticamente aptos para receber um programa, e este programa é o que chamamos de cultura. (...), os símbolos e significados são partilhados pelos atores (os membros do sistema cultural), entre eles, mas não dentro deles. São públicos e não privados. Cada um de nós sabe o que fazer em determinadas situações, mas nem todos sabem prever o que fariam em determinadas situações. Estudar a cultura é portanto estudar um código de símbolos partilhados pelos membros dessa cultura (LARAIA, 1986, p.62-63).

Para complementar as discussões sobre cultura, apresento o histórico do termo feito por Mário Vargas Llosa (2012). Em primeiro momento, Llosa (2012) cita o ensaísta e escritor Thomas Eliot, que em sua obra "*Notas para uma definição de cultura*", de 1948, vem afirmar que o conceito de cultura estaria ligado à posição social e econômica do sujeito, fazendo com que fosse possível compreender a existência de uma possível "alta cultura" e de uma "baixa cultura". Eliot afirma também que o conhecimento e, conseqüentemente, o processo de formação cultural de um indivíduo, estaria ligado, primeiramente a informações repassadas pelos membros familiares e, em seqüência, pela igreja. Além disso, conforme escreve Llosa (2012), Eliot defendia que a cultura não seria apenas a somatória de diversas atividades, mas um estilo de vida, e que a democratização universal da cultura faria com que esta se tornasse empobrecida. Segue pensamento do autor:

Uma pessoa de uma classe pode passar para outra superior ou descer para uma inferior, e é bom que assim seja, embora isso constitua mais exceção que regra. Esse sistema garante uma ordem estável ao mesmo tempo que a expressa, mas na atualidade está prejudicado, o que gera incertezas sobre o futuro. A ingênua ideia de que, através da educação, se pode transmitir cultura à totalidade da sociedade está destruindo a "alta cultura", pois a única maneira de conseguir essa democratização universal da cultura é empobrecendo-a, tornando-a cada dia mais superficial. Assim como, segundo Eliot, é indispensável a existência de uma elite para a sua concepção de "alta cultura", também é indispensável que numa sociedade haja culturas regionais que alimentem a cultura nacional e, simultaneamente, façam parte dela, existam com seu próprio perfil e gozem de certa independência (LLOSA, 2012, p. 10).

Outro autor citado por Llosa (2012) é George Steiner, que em 1971 apresentou em seu livro novas discussões envolvendo o conceito de cultura. Na obra "*No castelo do Barba Azul: Algumas notas para a redefinição de cultura*", Steiner faz a associação do contexto cultural à violência político-social, reforçando ainda que a igreja não se fazia presente na sociedade apenas para o bem, mas contribuía para a disseminação do mal. Além disso, Steiner destaca que a cultura ocidental estaria carregada de antissemitismo e que ao invés de impedir, contribuiria para violência. Outra discussão feita pelo escritor em 1971 é sobre o termo pós-cultura, no qual ele nos apresenta críticas sobre o elitismo cultural, que antes havia sido descrito por Eliot. Segundo o autor de "*No castelo do Barba Azul*", o elitismo da cultura e a sua tradicional vinculação às artes e às ciências não teria levado benefício algum à população oprimida.

O termo sociedade do espetáculo surge no final da década de 1960 com o francês Guy Debord, que lança em Paris o livro *“La Société du Spectacle”*. O autor compara o termo espetáculo ao que Marx definia como alienação. Assim, para o francês, junto da sociedade capitalista, os indivíduos deixam de se preocupar com o consumo cultural, político e intelectual, e passam a fazer parte da sociedade que compreende que são necessárias ideias e produtos impostos pela moda e publicidade. Assim, para Guy Dubord, o indivíduo perde valor, e passa a ser reconhecido pelo que tem e o que consome, fazendo com que sua consciência seja destruída pelo processo da sociedade do espetáculo. O autor de *“La Société du Spectacle”* também chega a destacar que a sociedade moderna, através do sistema econômico e do capitalismo, perde sua liberdade de escolha e se resume à sociedade da futilização.

Em contraponto a Debord, Gilles Lipovetsky e Jean Serroy defendem o conceito de cultura-mundo. Os autores, citados também por Llosa (2012), ressaltam a importância do processo de evolução tecnológica, consumismo e expansão cultural. Para ambos, pela primeira vez, a sociedade passa a consumir os produtos culturais até então elitizados, com objetivo do entretenimento. Ou seja, a definição de cultura-mundo vem contribuir, segundo Gilles Lipovetsky e Jean Serroy, para o apagamento das fronteiras entre os indivíduos.

Esta cultura de massas, segundo os autores, nasce com o predomínio da imagem e do som sobre a palavra, ou seja, com a tela. A indústria cinematográfica, sobretudo a partir de Hollywood, “globaliza” os filmes, levando-os a todos os países, e, em cada país, a todas as camadas sociais, pois, tal como os discos e a televisão, os filmes são acessíveis a todos, não exigindo, para sua fruição, formação intelectual especializada de tipo nenhum. Esse processo se acelerou com a revolução cibernética, a criação das redes sociais e a universalização da internet. Não só a informação rompeu todas as barreiras e ficou ao alcance de todo o mundo, como também praticamente todos os setores da comunicação, da arte, da política, do esporte, da religião etc. sofreram os efeitos transformadores da telinha. (LLOSA, 2012, p. 16).

Frédéric Martel é outro estudioso citado por Llosa. Em sua obra *“Mainstream”*, o sociólogo afirma que a cultura do entretenimento, associada ao termo *“mainstream”*, está destinada ao grande público. Para ele, seria possível dividir cultura em períodos temporais, como a cultura do passado e cultura do entretenimento de hoje. Dessa forma, para Martel, a cultura estaria resumida aos sucessos e aos produtos vendáveis, como Llosa explica a seguir:

Para essa nova cultura são essenciais a produção industrial maciça e o sucesso comercial. A distinção entre preço e valor se apagou, ambos agora são um só, tendo o primeiro absorvido e anulado o segundo. É bom o que tem sucesso e é vendido; mau o que fracassa e não conquista o público. O único valor é o comercial. O desaparecimento da velha cultura implicou o desaparecimento do velho conceito de valor. O único valor existente é agora o fixado pelo mercado. De T. S. Eliot a Frédéric Martel a ideia de cultura experimentou muito mais que uma evolução paulatina: uma mudança traumática, da qual surgiu uma realidade nova em que restam apenas rastros da que foi substituída. (LLOSA, 2012, p. 18).

Assim, antes de dar sequência às discussões envolvendo cultura, é válido lembrar que Stuart Hall (1996) também relaciona a linguagem, através de símbolos e signos, à construção de representações e, conseqüentemente, à cultura. Porém, antes de fazer tal relação, o autor nos apresenta definições que contribuíram para a formação antropológica do conceito de cultura. A primeira conceituação apresentada para o referido termo, segundo Hall (2016), é a tradicional, ou seja, um conceito que era visto como algo que englobava o que existia de melhor na sociedade, envolvendo as áreas da literatura, música e filosofia, por exemplo.

Nas definições tradicionais do termo, 'cultura' é vista como algo que engloba 'o que de melhor foi pensado e dito' numa sociedade. É o somatório das grandes ideias, como representadas em obras clássicas da literatura, da pintura, da música e da filosofia – é a 'alta cultura' de uma época (HALL, 2016, p. 19).

Tal descrição apresentada por Hall (2016), que define cultura como um conceito dual, em que as ações são divididas entre boas e ruins, melhores e piores, altas e baixas, pode ser comparada ao conceito descrito por Llosa (2012), quando cita a obra de Thomas Eliot, que destaca cultura como sendo um processo relacionado à posição socioeconômica dos sujeitos e que sua formação se dava a partir do repasse hereditário de conhecimento, como também pela igreja. Ou seja, Eliot acreditava que o repasse de conhecimentos e informações, aos demais membros da sociedade, favorecia o empobrecimento da cultura. A mesma relação é possível ser realizada com o conceito de Burnet Tylor, que ao ser citado por Laraia (1986), define cultura como sendo um processo de evolução regular e unilateral, em que as sociedades eram classificadas hierarquicamente e as culturas europeias tinham seus discursos priorizados. É esse modelo discursivo que também fomentava a dicotomia entre cultura boa e ruim, alta e baixa.

Outra definição descrita por Hall (2016) está ligada à modernidade. De acordo com autor (2016), é a partir da popularização da cultura tradicional que surge a chamada cultura de massa ou cultura popular. Conforme Hall (2016) apresenta, as pessoas que não tinham acesso aos produtos artísticos, musicais e literários, por exemplo, passaram a consumir tais itens a partir da distribuição destas produções. Mas é somente a partir dos estudos propostos pelas ciências sociais, que o conceito de cultura chega a seu viés antropológico e passa a ser compreendido como característica de determinada sociedade. Com isso, a cultura passou a ser descrita como sendo “o ‘modo de vida de um povo, uma comunidade, de uma nação ou grupo social” (HALL, 2016, p. 19). É a partir do contexto antropológico da palavra cultura, que conseguimos perceber a relação entre os estudos de Geertz e Hall (2016) sobre a linguagem.

Para Stuart Hall (2016), é através da linguagem que conseguimos movimentar os sentidos da cultura, visto que esta é composta por seres sociais e interpretativos. A partir da relação entre cultura e linguagem é possível dar sentido, compartilhar, receber, sentir, pertencer. Ainda no dizer de Stuart Hall (2016): “a cultura é definida como um processo original e igualmente constitutivo, tão fundamental quanto a base econômica ou material para a configuração de sujeitos sociais e acontecimentos históricos” (HALL, 2016, p. 25-26).

Destarte, por estar relacionada ao processo de compartilhamento de conhecimento, conseguimos perceber, conforme apresentado por Hall (2016), a cultura através da linguagem, e conseqüentemente, compreender a sua ligação à produção de sentido e representações. Assim, todo o caminho da cultura se inicia com a linguagem. É através do uso de símbolos e signos, que podemos produzir sentidos e também representações em uma cultura (HALL, 2016). E com a finalidade de auxiliar o processo de entendimento cultural, Hall (2016) apresenta a interligação da linguagem à cultura, através do circuito da cultura, sistema este que também é citado por Woodward (2014).

Por meio do circuito da cultura, que foi elaborado e desenvolvido por Paul du Gay, Linda Janes, Hugh Mackay e Keith Negus, conseguimos perceber a relação entre representação, identidade, produção, consumo e regulação, sendo estes permeados por um sistema de símbolos e signos. Ou seja, a partir

de símbolos e signos, dentre os quais podemos citar a escrita, sons, gestos, imagens e músicas, significados são produzidos e sentidos construídos. Com isso, levando em consideração que os membros de um grupo social se relacionam através da linguagem, as significações são construídas e compartilhadas através da interação entre os seres. É também nesta interação com o outro, que os significados se transformam, se mantêm em movimento em tempo e espaço, e vão auxiliar a construção coletiva de um sistema representacional. É a partir da relação entre as pessoas que são construídos sentidos e significações, que ao serem reproduzidos acabam sendo inclusos no contexto social e contribuem para representar a cultura de determinado grupo. É, assim, a partir da linguagem que construímos sentidos e também por meio dela conseguimos repassar “pensamentos, ideias e sentimentos, que são representados numa cultura” (HALL, 2016, p. 18).

Conforme explica Hall (2016), representação é a conexão entre “conceitos e linguagem que permite nos *referirmos* ao mundo ‘real’ dos objetos, sujeitos ou acontecimentos, ou ao mundo imaginário de objetos, sujeitos e acontecimentos fictícios” (HALL, 2016, p. 34). Assim, para o autor, a representação é uma parte essencial do processo pelo qual os significados “são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura. Representar envolve o uso da linguagem dos signos e imagens que significam ou representam objetos” (HALL, 2016, p. 31).

O processo representacional para Hall (2016) somente será de certa forma efetivo, para que os indivíduos se comuniquem e interpretem a linguagem de forma semelhante, caso as pessoas façam parte e/ou compreendam o contexto cultural em que estão inseridas. Ou seja, a interpretação dos signos e símbolos, somente se fará eficiente, caso os indivíduos compreendam o mesmo sistema conceitual, que também é conhecido como mapa mental.

Hall (2016) afirma que as representações também contribuem para a formação/transformação de ideias em “palavras, sons ou imagens”, para que, então, estas sejam utilizadas pelos indivíduos como forma de expressão em seu contexto social, a fim de dar andamento ao processo comunicacional. Com o sentido dado aos símbolos e signos, são construídas as convenções sociais, linguísticas e culturais, conforme explica Hall (2016). Elas estão organizadas

em sistemas classificatórios distintos, mas que devido ao compartilhamento destes sentidos, contribuem para a criação de um “mundo social” que nos auxilia para que o processo de compartilhamento de conceitos seja semelhante entre os indivíduos. Para Stuart Hall (2016):

A existência de linguagens comuns nos possibilita traduzir nossos pensamentos (conceitos) em palavras, sons ou imagens, e depois usá-los, enquanto linguagem, para expressar sentidos e comunicar pensamentos a outras pessoas. (...) Enfim, qualquer som, palavra, imagem ou objeto que funcionem como signos, que sejam capazes de carregar e expressar sentido e que estejam organizados em um sistema, são, sob esta ótica ‘uma linguagem’. (...) A relação entre ‘coisas’, conceitos e signos se situa, assim, no cerne da produção do sentido na linguagem, fazendo do processo que liga esses três elementos o que chamamos de ‘representação’ (HALL, 2016, p. 37-38).

E se através da representação construímos sentidos que são, a partir do processo de interação com o outro, (re)construídos, reforçados e (re)definidos em nosso contexto cultural, é também pela representação que conseguimos caminhar junto a um processo dinâmico de construção de sentidos e que sempre vai estar em constante significação e ressignificação a partir de espaços/tempos. Outro fator discutido por Hall (2016) é que a representação pode ser compreendida através de três enfoques: “reflexivo, intencional e construtivista” (HALL, 2016, p. 46).

Segundo o autor (2016), a abordagem reflexiva funciona como um espelho, ou seja, o indivíduo ao receber a informação, seja visual, gestual ou auditiva, por exemplo, pode compreender de imediato o sentido. Porém, Hall (2016) reforça que é importante observar que, ao mesmo tempo em que o signo é reflexivo, e reflete diretamente o que está sendo dito, ele nunca vai ser o “real”. Diante disso, para que esta abordagem seja eficiente é preciso que os indivíduos conheçam o mesmo código, façam parte do mesmo contexto cultural, ou pelo menos compreendam o contexto social no qual esta interação está acontecendo.

Já na abordagem intencional, Hall (2016) reforça que ela se constitui a partir da intenção do autor, ou seja, os signos vão significar o que o indivíduo quer que eles signifiquem. Neste enfoque, o autor apresenta uma preocupação, pois como o processo comunicacional entre os indivíduos é dinâmico, formado por códigos que são compartilhados, a interação sempre vai ser um ambiente amplo de significações. Para Hall (2016), as abordagens reflexiva e intencional

vão, na maioria das vezes, conter falhas, pois “cada um de nós não pode ser a única fonte de significados na linguagem” (HALL, 2016, p. 48).

A terceira abordagem apresentada por Hall (2016) é a construtivista, que compreende não a significação das coisas, mas sim a construção de sentidos, através de sistemas representacionais, formados por conceitos e signos. De acordo com o autor (2016), este enfoque está relacionado à interação entre os indivíduos e, conseqüentemente, aos conceitos que são produzidos e construídos a partir desta relação. Para ele, a construção de novas ideias, reconstrução de conceitos já naturalizados em meio ao ambiente cultural de cada sociedade, está ligado ao “sistema de linguagem, ou qualquer outro que usemos para representar nossos conceitos. (...) Assim, o sentido depende não da qualidade do signo, mas de sua função simbólica” (HALL, 2016, p. 49).

Ainda dando seqüência às discussões sobre representação, de acordo com Woodward (2014), a partir dos significados produzidos pelas representações, são construídas convenções sociais, culturais e linguísticas. Dessa forma, é possível entender que, por meio da representação, também é possível que conceitos e identidades sejam reforçados, (re)construídos, compreendidos a partir de sistemas simbólicos, que contam com a produção de significados direcionados. Assim, a partir da construção de representações, podendo também citar, nesse contexto, o termo construções simbólicas, é possível associar diferenças e semelhanças e, conseqüentemente, construir identidades, como também regular o que se deve ou não fazer parte da sociedade.

Com isso, ao se perceber a relação da cultura com a linguagem, e com isso a construção e reconstrução de sentidos, é importante perceber que esta interligação também está atrelada à formação de identidade. Segundo Kathryn Woodward (2014), ao assimilar identidade como um conceito que está relacionado à diferença, é possível entender ainda que a(s) identidade(s) está(ão) marcada(s) por símbolos que contribuem para esta construção. E é a partir das marcações simbólicas, que são as práticas e relações sociais, que as diferenças são percebidas, e que se entende quem e o quê está incluído ou excluído das relações sociais, por exemplo. Dessa forma, é possível reafirmar que as diferenças estão diretamente relacionadas à construção das identidades.

A autora Woodward (2014), que dialoga com os estudos de Stuart Hall, afirma que as identidades estão interligadas às relações sociais, econômicas e políticas de cada sociedade, como observado na passagem a seguir:

Todas as práticas de significação que produzem significados envolvem relações de poder, incluindo o poder para definir quem é incluído e quem é excluído. A cultura molda a identidade ao dar sentido à experiência e ao tornar possível optar, entre as várias identidades possíveis, por um modo específico de subjetividade (WOODWARD, 2014, p. 19).

Determinadas diferenças, em espaços/tempos distintos, podem ser vistas como mais importantes que outras. Questões étnicas, de gênero e classe, por exemplo, estão nessa classificação. São temáticas que estão vinculadas às condições materiais e sociais, que integram relações sociais, políticas e econômicas, e que devido a inúmeras construções simbólicas, contribuem para exclusão, desvantagens e incompreensão do processo de construção das identidades de determinados grupos.

Esse pensamento de Woodward (2014) também é apresentado por Hall (2016) em sua discussão sobre diferença. Segundo ele, as discussões sobre diferença surgem com mais amplitude a partir dos Estudos Culturais. Segundo o autor (2016), quatro teorias trataram a diferença em abordagens distintas. A primeira delas está relacionada aos estudos da linguagem apresentados por Ferdinand Saussure, que afirmou que é a partir da diferença que os indivíduos compreendem o significado das coisas. Para o linguista, o significado do que se é dito só é compreensível, pois existe um oposto, ou seja, a pessoa compreende o significado de preto “não pela existência de alguma essência da ‘negritude’, mas porque podemos contrastá-lo com o seu oposto – o *branco*” (HALL, 2016, p. 153). Dessa forma, a diferença para Saussure se dá a partir da relação entre os signos e o significado oposto de cada um.

Todavia, Hall (2016), em contraposição ao pensamento de Saussure, cita o autor Jacques Derrida, que defende que a neutralidade entre signos opostos ocorre em poucos casos, pois como o campo da linguagem é dinâmico, essa relação binária só aconteceria, caso em todo contexto comunicacional fosse reforçado o oposto do que se está sendo dito.

A segunda abordagem apresentada por Hall (2016) destaca os estudos linguísticos desenvolvidos por Mikhail Bakhtin, que tiveram contribuições apresentadas por Valentin Voloshinov, e que destacou que a diferença vai

surgir a partir da relação comunicacional entre os indivíduos, isto é, a interação entre as pessoas, que são seres diferentes, vai contribuir para o surgimento das diferenças, junto ao diálogo. O fato é que mesmo sendo possível compreender que a diferença vai surgir da relação entre os indivíduos, Hall (2016) reforça que nesse diálogo o significado não será fixo, ou seja, os contextos históricos, sociais e culturais vão interferir diretamente nos significados produzidos durante a interação entre os indivíduos, fazendo assim com que a interpretação dos signos não seja fixa.

A terceira abordagem apresentada na obra de Hall (2016) está ligada aos estudos antropológicos e destaca que a significação das coisas vai depender da cultura dos indivíduos envolvidos no processo comunicacional. Segundo ele, esta abordagem teórica é defendida por Mary Douglas, que destaca que:

ao ordenar e organizar as coisas em sistemas classificatórios, os grupos sociais impõem significados a seu mundo. As oposições binárias são cruciais para toda classificação porque é preciso estabelecer uma diferença clara entre as coisas a fim de classificá-las. (...), a 'diferença' é fundamental para o significado cultural. No entanto, ela também pode dar origem a práticas e sentimentos negativos (HALL, 2016, p. 156-157).

Neste caso, o sentimento negativo apresentado por Mary Douglas e citado por Hall (2016) pode ser entendido como sendo o surgimento de novos sentidos nas categorias já existentes de cada cultura. A partir do contato entre indivíduos distintos e pertencentes a culturas também distintas, o diálogo e a interação entre estes vão contribuir para que os significados e as identidades passem por instabilidade. Assim, o que é fixo se rompe e outras significações acontecem.

A última abordagem apresentada por Hall (2016) está relacionada aos estudos freudianos e ligada à psicanálise. Assim, a diferença para Freud está vinculada à definição do eu (*self*) e que, conseqüentemente, eu faço do outro. Será, então, a partir de relações simbólicas e inconscientes, pautadas pela subjetividade, que será possível perceber o *self* e o outro, que neste caso será o diferente de mim.

Para Hall (2016), os estudos da diferença sob o viés psicanalítico também apresentam pontos negativos. Segundo ele, por conta do indivíduo ser um ser incompleto, no que diz respeito a sua identidade, este processo da

diferença não será estável, fixo e determinista. Além disso, o autor também vem destacar, nesse momento do texto, a relação entre diferença e alteridade, que para Hall (2016), pode ser tanto positiva quanto negativa.

A questão da 'diferença' e da 'alteridade' passou a desempenhar um papel cada vez mais significativo. (...), a 'diferença' é *ambivalente*. Ela pode ser tanto positiva quanto negativa. Por um lado, é necessária a produção de significados, para a formação da língua e da cultura, para as identidades sociais e para a percepção subjetiva de si mesmo como um sujeito sexuado. Por outro, é, ao mesmo tempo ameaçadora, um local de perigo, de sentimentos negativos, de divisões, de hostilidade agressões dirigidas ao 'Outro' (HALL, 2016, p. 160).

É nesse sentido que as afirmações de Woodward (2014) sobre a importância de construirmos visões diferentes sobre as identidades já postas e marcadas histórico e socialmente, se fazem estritamente necessária. Para ela, “as identidades são produzidas em momentos particulares no tempo” (WOODWARD, 2014, p. 39) e a partir do momento em que estas passam a ser marcadas por novos sentidos acontece, então, a formação de novos movimentos sociais.

As identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença. Essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas simbólicos de representação quanto por meio de formas de exclusão social. A identidade, pois, não é o oposto da diferença: a identidade depende da diferença. (...) A marcação da diferença é, assim, o componente-chave em qualquer sistema de classificação. Cada cultura tem suas próprias e distintivas formas de classificar o mundo. É pela construção de sistemas classificatórios que a cultura nos propicia os meios pelos quais podemos dar sentido ao mundo social e construir significados. (...) Esses sistemas partilhados de significação são, na verdade, o que se entende por 'cultura' (WOODWARD, 2014, p. 40-42).

Complementando ainda o pensamento de Woodward (2014), Homi Bhabha (1998) também vem discorrer sobre a possibilidade de formação de “novos signos de identidade”, a partir da(s) diferença(s). Para o autor (1998), é necessário ocupar os “entre-lugares” produzidos pelas narrativas originárias e os momentos de articulação de diferenças culturais, pois é nesta fronteira que é fornecido o ambiente para elaboração de estratégias de subjetivação – “singular ou coletiva – que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria idéia de sociedade” (BHABHA, 1998, p. 20).

Como parte do processo comunicacional entre os indivíduos, os meios de comunicação também se fazem presentes e, de certa forma, são

responsáveis pela propagação das representações disseminadas no contexto social, como também contribuem para a construção de conceitos e propagação das convenções linguísticas, sociais e culturais junto aos indivíduos, reforçando diferenças, muitas vezes em viés negativado.

De acordo com Douglas Kellner (2011), ao se compreender cultura como sendo a prática e desenvolvimento de atividades e ações, através da integração entre os indivíduos, é fato que teremos como resultado a criação de identidades e sociedades. Ainda segundo o autor, com a disseminação tecnológica e midiática, a partir do século XX, foi possível compreender a influência de tais meios na formação de

opiniões políticas e comportamentos sociais, e fornecendo o material com que as pessoas formam sua identidade. O rádio, a televisão, o cinema e os outros produtos da indústria cultural fornecem os modelos daquilo que significa ser homem ou mulher, bem-sucedido ou fracassado, poderoso ou impotente. (...) que muitas pessoas constroem o seu senso de classe, de etnia e raça, de nacionalidade, de sexualidade, de 'nós' e 'eles' (KELLNER, 2011, p. 9).

É também a partir dessa compreensão que Kellner (2011) denomina a ideia de cultura da mídia. Segundo ele, através dos meios de comunicação – que estão presentes em nosso contexto sociocultural, como por exemplo, os sistemas de televisão, rádios, jornais e a imprensa –, que se utilizam de recursos visuais e auditivos para disseminação em massa de ideias, sentimentos e emoções, que são garantidos espetáculos do poder, reforçados comportamentos e espaços, determinados consumos, propagadas violências, definidos pensamentos, desejos.

Porém, é importante ressaltar que ao mesmo tempo em que há influência na formação dos indivíduos e na construção de suas identidades, existe também o processo de resistência ao que é disseminado pela mídia. A partir das culturas e identidades destes indivíduos são criados e recriados meios de rejeição a esse processo que é imposto, por meio dos meios de comunicação e de seus discursos. No pensar de Kellner (2001),

o público pode resistir aos significados e mensagens dominantes, criar sua própria leitura e seu próprio modo de apropriar-se da cultura de massa, usando a sua cultura como recurso para fortalecer-se e inventar significados, identidades e forma de vida próprios. Além disso, a própria mídia dá recursos que os indivíduos podem acatar ou rejeitar na formação de sua identidade em oposição aos modelos dominantes. Assim, a cultura veiculada pela mídia induz os indivíduos a conformar-se à organização vigente da sociedade, mas também

lhes oferece recursos que podem fortalecê-los na oposição a essa mesma sociedade (KELLNER, 2011, p. 11-12).

Assim, compreendendo a interligação entre os conceitos de cultura, identidade, diferença e representação, a partir dos estudos de Laraia (1986), Stuart Hall (2016), Kathryn Woodward (2014) e Homi Bhabha (1998), como também a integração desses conhecimentos ao processo comunicacional e dos meios de comunicação, é importante que as discussões continuem sendo realizadas durante o decorrer desse trabalho, principalmente, no que se refere à relação entre representação e jornalismo, temática que será abordada no item seguinte.

1.2 REPRESENTAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Compreendendo que a cultura é formada por indivíduos que, através da linguagem, constituem sentidos e significados em espaços e tempos distintos, é válido destacar que para esse processo de formação cultural se constituir, os meios de comunicação são também elementos responsáveis pela formação, reformulação e propagação de representações e identidades.

Dessa maneira, é importante apresentar as discussões propostas por Murilo César Soares (2009), que destaca historicamente a construção do conceito de representação. De acordo com o autor, é junto à filosofia medieval que surge o termo *representatio*, que tinha por finalidade indicar a semelhança entre a ideia e o objeto ou coisa a ser representada. O objetivo da representação era fazer com que algo se fizesse presente através da linguagem. É também a partir dessa abordagem que outros estudos começaram a ser disseminados.

Segundo Soares (2009), tal conceituação tratava-se do que podemos entender como representação mental, que é um conceito que surge no século XII, podendo “atuar como uma ‘palavra’ mental, assumindo papel linguístico, de modo que as representações podiam ser combinadas e formar conceitos mais complexos ou sentenças da linguagem” (SOARES, 2009, p. 14).

No século XVIII, Kant vai apresentar o conceito de representação mental relacionado ao campo cognitivo, ou seja, as representações estariam atreladas às limitações dos sentidos e das capacidades cognitivas dos indivíduos. Ainda de acordo com Soares (2009), nesse mesmo momento histórico, o conceito de

representação mental também era compreendido como uma construção hipotética, ou seja, através das experiências dos membros de uma sociedade, conceitos generalizados eram formados, a partir de signos linguísticos, se tornando estáveis e estruturados no ambiente social, compreendendo, assim, o processo de representação mental.

No século XIX, as representações passam a ter viés social, ou seja, as estruturas sociais e o processo histórico contribuiriam para a construção das representações. De acordo com Soares (2009), os teóricos que defendiam tal conceituação eram Marx e Engels, que passaram a utilizar o termo ideologia para se referir “à influência das estruturas sociais na formulação das representações vigentes em uma dada época histórica” (SOARES, 2009, p. 15). É também nesse sentido, que as compreensões sobre classe dominante e classe dominada surgem para explicar as representações que conceituavam o ambiente social da época.

No século XX, conforme apresenta Soares (2009), o teórico Émile Durkheim propõe a conceituação sobre representações sociais. O conceito trazia o entendimento de que a estrutura social contribuiria para a determinação das categorias de pensamentos e, conseqüentemente, a estrutura social fosse reproduzida simbolicamente a partir dessas categorias.

No início da década de 1960, os pensamentos de Moscovici surgem para contrapor as ideias de Durkheim. Segundo a obra de Soares (2009), as representações sociais seriam “proposições, explicações e conceitos originados nas comunicações interpessoais da vida cotidiana” (SOARES, 2009, p. 17), ou seja, a classificação, explicação e conceituação de pessoas e coisas em seu contexto social. Ainda em relação aos estudos sociológicos, Soares (2009) cita os estudos de Michel Foucault, que relacionam as formações discursivas às falas individuais dos membros de uma sociedade, como também destacam que os discursos produzidos por estes indivíduos não são livres, neutros e independentes, porém integram um enunciado geral.

Junto ao histórico sobre o conceito de representação, Soares (2009) apresenta também a aplicabilidade da representação junto à comunicação. Segundo ele, é a partir do século XX, com o advento da chamada cultura de massa, que o conceito de representação vem também incluir a mídia, as imagens, os sons, as cores, e a fotografia à compreensão de representação. É

com os meios de comunicação que as representações mediáticas vão ganhar força junto ao contexto social (SOARES, 2009).

O sistema audiovisual, conforme explica Soares (2009), contribui para uma suposta semelhança e veracidade, o que garante a propagação e reforço das representações disseminadas pelos meios de comunicação. Além disso, nesse momento também vão surgir estudos destacando o processo representacional, como é o caso de Etman, que vai trabalhar com o conceito de enquadramento ou *framing*, Barthes, que vai relacionar a palavra mitologia à representação, e ainda Stuart Hall, que vai utilizar o termo representação em seus estudos, conforme apresentado anteriormente.

Ainda de acordo com Soares (2009), a naturalização das representações mediáticas, através da divulgação de imagens, sons e textos, por exemplo, vai auxiliar na propagação de padrões, conceitos, como também “influenciar de maneira sutil as percepções sobre pessoas, gêneros, grupos sociais e categorias, contribuindo para o estabelecimento ou fixação de estereótipos” (SOARES, 2009, p. 20).

Segundo Hall (2016), este conceito sobre representação também está interligado às definições de diferença e poder. Por reforçar estereótipos, a representação segue ao lado do que ele denomina poder, ou seja, a partir da linguagem e do sistema simbólico existente em uma sociedade é possível representar alguém ou alguma coisa a partir do poder representacional constituído, fazendo, dessa forma, com que seja praticada violência simbólica. Ainda nesse sentido, Hall (2016) lembra que este poder – interligado à representação – está relacionado ao processo de conhecimento. Esse pensamento também é compatível ao descrito por Michel Foucault (1996) em sua obra *A ordem do discurso*, quando o mesmo diz que

em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjugar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 1996, p. 8-9).

Assim, a partir de discursos, as representações são (re)formuladas no ambiente social, porém essas vão sempre estar interligadas a um processo de desigualdade, visto que o produtor dos discursos terá sob sua tutela o poder de definição de sentidos, significados, identidades, conhecimento, novos e outros

discursos. Com isso, se relacionarmos a compreensão de Foucault (1996), sobre discurso, representação e poder, aos meios de comunicação, veículos de comunicação e profissionais que integram esse sistema, é possível perceber a relação no que se diz respeito à autoria do que é produzido, à disseminação de representações e a quem compete o poder de (re)distribuir tais discursos.

Porém, em contraponto a esse pensamento, Hall (2016) destaca que o poder não está ligado somente ao processo de controle do outro, mas é ele também o responsável por renovar, reformar, inovar. Através do que Foucault chama de microfísica e que Hall (2016) denomina como microníveis, os indivíduos de uma sociedade, munidos da linguagem e, conseqüentemente, de signos e símbolos, se utilizam de estratégias para gerar novos discursos, conhecimentos, práticas, identidades. É a rotatividade desse poder que vai fazer com que a sociedade amplie o contexto da representação.

Nesse sentido, enfatizo aqui o pensamento proposto por Woodward (2014), ao destacar a necessidade de ressignificação dos discursos e identidades fabricados pelos sistemas classificatórios, como também as afirmações de Llosa (2011), ao ressaltar o poder dos consumidores da cultura da mídia, em dar novos significados à cultura de massa, as identidades impostas, aos modelos dominantes de representação.

1.3 JORNALISMO: CONHECIMENTO, OBJETIVIDADE E REPRESENTAÇÃO

Liriam Spanholz (2009), em seu livro *Jornalismo, conhecimento e objetividade: Além o espelho e das construções*, antes de nos apresentar o jornalismo como um tipo de processo de conhecimento e explicar como a objetividade vai estar relacionada ao modo de fazer do jornalismo, destaca as percepções sobre os termos conhecer e conhecimento. De acordo com a autora (2009), o conhecer vai estar relacionado ao processo de se “trabalhar o que foi vivenciado e percebido” (SPANHOLZ, 2009, p. 91), enquanto o conhecimento será o processamento desses conteúdos adquiridos. “Ou seja, as informações e estímulos recebidos do mundo exterior não são simplesmente transportados para o cérebro, mas sim transformados” (SPANHOLZ, 2009, p. 91). Complementando o pensamento, Spanholz (2009) afirma que qualquer tipo de conhecimento está pautado no real, incluindo aqui a realidade fictícia e

mediática. Porém, mesmo o conhecimento estando associado à realidade, este sempre será uma representação do real.

Eduardo Medtisch (1997) discute que além da representação da realidade, para se caracterizar como conhecimento, o jornalismo vai contar com elementos específicos que o vão fazer se distinguir, por exemplo, do senso comum, que até pouco tempo não era percebido como elemento considerável pela ciência. É somente a partir do momento em que as ciências humanas passam “a valoriza a observação do cotidiano para o desenvolvimento das relações sociais” (MEDTISCH, 1997, p. 6), que o senso comum se torna objeto de análise para formação de conhecimento. Assim, por ter como base de suas produções a realidade e, conseqüentemente, o cotidiano, o jornalismo vai

operar no campo lógico da realidade dominante que assegura ao modo de conhecimento do Jornalismo tanto a sua fragilidade quanto a sua força enquanto argumentação. É frágil, enquanto método analítico e demonstrativo, uma vez que não pode se descolar de noções pré-teóricas para representar a realidade. É forte na medida em que essas mesmas noções pré-teóricas orientam o princípio de realidade de seu público, nele incluídos cientistas e filósofos quando retornam à vida cotidiana vindos de seus campos finitos de significação. Em conseqüência, o conhecimento do jornalismo será forçosamente menos rigoroso do que o de qualquer ciência formal mas, em compensação, será também menos artificial e esotérico. (MEDTISCH, 1997, p. 7).

Porém, mesmo apresentando características que o aproximam do senso comum e da ciência, o jornalismo como conhecimento, de acordo com o que descreve Medtisch (1997), vai contar com outras particularidades, como: manutenção da comunicabilidade, revelação do fato incluindo aspectos desprezados pela ciência, a produção de novas informações a partir de conteúdos já socializados, além de revelar aspectos da realidade que acabam não sendo contemplados junto ao contexto metodológico das ciências.

Nesse sentido, Spanholz (2009) destaca que por ser uma forma de processar e estruturar conteúdos vivenciados, o jornalismo também é considerado um processo de conhecimento.

O jornalismo obedece às regras dos processos de conhecimento em geral. Como qualquer outro tipo de processo de conhecimento, não consegue espelhar a realidade porque este processo é sempre representativo, seletivo e construtivo. Sempre que alguém processa, estrutura e compara os estímulos que recebeu do mundo exterior como o que já sabe, ou seja, sempre que uma pessoa conhece algo, ela o faz de uma determinada perspectiva. Esta é uma parte

inevitável do processo do conhecimento. Com jornalistas, como com qualquer outra pessoa, também é assim (SPANHOLZ, 2009, p. 105)

E por se espelhar na realidade e representá-la por meio das produções jornalísticas, o jornalismo vai contribuir para a formação de uma realidade midiática, que também é seletiva, já que essa irá partir de uma representação primária da realidade. Nesse sentido, Spanholz (2009) vai afirmar que, por ter como objeto central o real, o jornalismo e suas produções não só podem, mas também terão “uma semelhança estrutural com a realidade” (SPANHOLZ, 2009, p. 106). Assim, Spanholz (2009) vai destacar o método jornalístico e apresentá-lo como o caminho a ser percorrido para se chegar até os produtos finais do jornalismo, que serão as produções textuais e audiovisuais.

E para se chegar ao final desse percurso profissional e de conhecimento, o trabalho jornalístico não será pautado somente pela busca do real, mas contará também com fatores externos que irão influenciar direta e indiretamente essa produção. Dentre os exemplos citados pela autora, estão a busca “pelas expectativas do leitor, pela estrutura organizacional das empresas jornalísticas, pelos valores profissionais dos jornalistas, etc” (SPANHOLZ, 2009, p. 123). Paralelo a isso, a autora (2009) reforça que a rotina de produção dos jornalistas, que serão aprendidas e socializadas de forma inconsciente nos ambientes de trabalho refletem também o modo de fazer jornalístico.

E para exemplificar esse processo de produção jornalística, Spanholz (2009) nos apresenta diferentes modelos de sistematização do método jornalístico. Dentre eles, a autora vai citar Stocking e Gross, que vão formatar o trabalho jornalístico a partir de seis passos: “estímulo do mundo real; categorização do estímulo; construção da teoria; teste ou averiguação da teoria; seleção das informações; e integração das informações” (SPANHOLZ, 2009, p. 123). Outro modo de sistematização descrito pela autora (2009) será o de Pardigian, que vai buscar nas ciências sociais a explicação para apresentar os procedimentos do método jornalístico, dividindo-o em “delimitação do problema; levantamento de informações sobre o problema; definição do design da investigação; levantamento dos dados (...); codificação dos dados (...); análise dos dados (...), avaliação do editor; redação” (SPANHOLZ, 2009, p. 128).

Já o terceiro método de produção jornalística descrito pela autora (2009) será o defendido por Fishman, que apresentou um modelo, a partir da rotina dos profissionais, que contará com a seguinte lógica produtiva: “detectar eventos; interpretá-los como eventos significativos; investigar seu caráter factual; construí-los como histórias ou notícias” (SPANHOLZ, 2009, p. 129). Na sequência, Spanholz (2009) descreve o modelo de produção jornalística desenvolvido por Haller, que é denominado como investigação jornalística metódica e contará com as fases: “estimar a relevância, averiguar, ampliar as informações, formular hipóteses, testar hipóteses; redigir” (SPANHOLZ, 2009, p. 135). Por fim, a autora (2009) vem reforçar que, juntos, os esquemas apresentados sobre a produção jornalística podem ser resumidos a partir da seguinte sequência:

Escolha do objeto: seleção dos temas, interpretação/categorização do acontecimento; Pré-investigação: averiguação das informações já disponíveis, escolha das fontes para esclarecer o nível factual e ampliação das informações; Formulação das hipóteses; Teste das hipóteses: escolha das fontes para o nível interpretativo, formulação das perguntas (roteiro da entrevista) e realização das entrevistas; seleção das informações levantadas; redação (SPANHOLZ, 2009, p. 136).

E será a partir da aplicação de um método jornalístico que outras variantes vão surgir durante a produção do conteúdo. Dentre elas, a relevância da temática, a compreensão das informações e da própria realidade, como também a objetividade. Juntas, elas vão contribuir para que o jornalista siga um caminho para a produção de materiais que serão veiculados para público leitor/ouvinte/telespectador.

A objetividade, por exemplo, que será um critério está relacionado tanto à realidade social, como também à midiática. Assim, Spanholz (2009) vai nos apresentar objetividade jornalística como sendo “a percepção da realidade guiada por normas e regras profissionais”. (2009, p. 149).

E é nesse contexto, que a autora (2009), a partir de discussões propostas pelos estudiosos Bentele e Neuberger, destaca um modelo de objetividade jornalística que será composto pelo “método de investigação (validade e confiabilidade) e intersubjetividade, liberdade de juízos de valor e investigação (iniciativa própria, averiguação e abrangência das informações)” (SPANHOLZ, 2009, p. 157). Esse molde para a objetividade vai contribuir para

que o trabalho jornalístico esteja cada vez mais próximo daquilo que se denomina realidade.

Assim, Spanholz (2009) começa destacando a necessidade de selecionar fontes que terão capacidade de transmitir informações que vão contribuir para a validação do método de investigação. Além disso, a autora (2009) vai reforçar a importância da busca da fonte, a partir da pesquisa por iniciativa própria. Ou seja, a partir do momento em que o jornalista não se dá por satisfeito com os dados repassados pela fonte, é necessário buscar outras declarações. Já em relação à averiguação das informações, é apresentada a necessidade de contato com fontes diversas para se tentar averiguar os dados e explicações já coletados. O grau de abrangência vai estar vinculado à objetividade, assim como também a precisão das informações, a contextualização dos dados e as repostas a todas as perguntas do *lead*³.

Ainda de acordo com Spanholz (2009), a intersubjetividade, conceito que está vinculado ao método como o jornalista irá conseguir as informações, também vai integrar à objetividade. Outro apontamento de Spanholz (2009) será a liberdade de juízos de valores, que não estará vinculada à produção jornalística, mas, sim, aos profissionais. “Se jornalistas têm ideias, hipóteses ou opiniões e as expõe, estes profissionais não seriam mais objetivos. Com isso, a objetividade passa a ser ancorada na figura do jornalista, e não no seu método ou resultado do seu trabalho” (SPANHOLZ, 2009, p. 170).

Para finalizar as discussões sobre objetividade, a autora (2009) reforça que como método, essa também irá sofrer alterações quando aplicada a meios de comunicação e gêneros jornalísticos distintos, visto que esses contam com processos de produção diversos. Com isso, conforme descreve Spanholz (2009), “a relevância do papel do jornalismo como mediador da realidade pode

³ Lead é o primeiro parágrafo da notícia. No jornalismo impresso, em que as matérias, em geral, são redigidas em pirâmide invertida, o lide apresenta a informação principal e, em seu formato clássico, responde a cinco questões: o que, onde, quando, por que, como. Em televisão, o lide é o texto que é lido pelo apresentador do jornal com o objetivo de prender a atenção do telespectador. Caso não haja apresentador, o lide é a primeira informação do off. Semelhante ao jornalismo impresso, deve responder às cinco perguntas básicas do jornalismo (Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/glossario/lead>>. Acesso em: 09 de jul. 2020)

variar de um gênero para o outro, bem como a forma de estabelecer uma correlação com a realidade” (SPANHOLZ, 2009, p. 177).

Junto às compreensões de Spanholz (2009) e Medtisch (1997), apresento as discussões propostas por Márcia Veiga (2010), que discute o jornalismo a partir de uma função pedagógica, no que se diz respeito ao processo de tradução e explicação da realidade. Segundo a autora (2010), o jornalismo está vinculado a um processo de produção e recepção de conhecimento social e cultural, ou seja, ao mesmo tempo em que integra a mídia como sendo um dos meio produtores de conteúdo, esse também estará inserido como parte do contexto social e cultural em espaços e tempos diversos.

Nesse sentido, é possível relacionar as explicações propostas por Márcia Veiga (2010) às discussões realizadas ao longo do capítulo 1 e que estão vinculadas aos conceitos de linguagem, cultura e representação.

O processo que envolve o jornalismo e a sociedade tem a cultura – o sistema de valores – como denominador comum, num movimento constante e dialógico de (re)produção, (re)significação e circulação. Tanto o jornalismo se inspira e se baseia em visões de mundo circulantes na sociedade quanto este em relação ao jornalismo. Em geral, essa troca corresponde às visões de mundo hegemônicas, consensuadas, legitimadas em instâncias de poder e compartilhadas como parâmetro social e cultural. Assim, o jornalismo é um conhecimento social que se reproduz com uma função pedagógica cultural que pretende explicar os modos de ser e estar no mundo (VEIGA, 2010, p. 38).

As produções jornalísticas buscam significados e apresentam significações que serão reforçadas a partir de publicações jornalísticas, como também criam novos significados. É nesse contexto jornalístico, que está diretamente ligado à linguagem, que culturas e identidades serão expostas, podendo contribuir para a reformulação de discursos históricos e sociais, ou para a reafirmação de imposição e representações marcadas pelo poder, diferença e hierarquias. É também nesse processo produtivo que o jornalista está vinculado, assim como o seu histórico social e cultural. Segundo Márcia Veiga (2010):

o jornalista está no centro: de um lado, seus valores, sua subjetividade, oriundos da cultura da sociedade e do grupo social onde o mesmo está inserido (e de onde se origina), e do outro, o *modus operandi* da profissão que, igualmente, possui uma cultura específica e que está relacionada às estruturas do poder e do saber que se refletem nos discursos produzidos (VEIGA, 2010, p. 42).

Dessa forma, a relação apresentada por Veiga (2010) auxilia na formulação da cultura jornalística, que irá considerar o processo de formação social e cultural daquele que produz o jornalismo. Porém é importante destacar que nesse processo de construção das produções jornalísticas, o profissional será o ator principal desse processo de tradução da realidade e produção de conteúdo. Assim, ao dar significado aos fatos sociais, o jornalista irá escolher – consciente ou inconscientemente – os sentidos que serão dados aos discursos veiculados na mídia. Assim, também será responsabilidade do profissional a disseminação de discursos ressignificados ou então marcados por representações históricas e sociais negativadas.

1.4 OS CONCEITOS DE CULTURA A PARTIR DE TEXTOS DA COLUNA CULTURA 20

Proponho, nesse momento, uma breve discussão sobre os conceitos de cultura que aparecem representados em textos veiculados na coluna do *Página 20*. Para isso, irei explorar trechos de materiais coletados durante a pesquisa documental, junto ao referido jornal. É importante frisar, como dito anteriormente, que o material apresentado nesta fase da dissertação não faz parte do *corpus* que será analisado ao longo do trabalho.

O objetivo aqui é exemplificar as discussões que envolvem o termo cultura, já realizadas ao longo do capítulo 1, através de publicações da coluna *Cultura 20*, que foram coletadas durante o período de julho de 1996 a agosto de 1999.

O primeiro texto da coluna *Cultura 20* foi veiculado em 01 de julho de 1996 e com o título “O inquieto bicho que faz arte”. Em uma referência ao homem, o material apresenta este ser como bicho inquieto, como um ser que precisa se manifestar e destaca a arte como sendo aquilo que é palpável/visível. Além disso, a publicação ainda apresenta o homem como um ser que precisa se manifestar, como descrito no trecho a seguir:

Assim é que ainda hoje encontramos as pinturas feitas nas cavernas há oito mil anos. Daqui a oito mil anos serão encontrados muitos dos nossos objetos de arte. E o homem dessa época continuará produzindo arte, porque ele é arte, é inquietação, é força criadora (GEORGE, 1996, p. 12).

Em outro momento do texto são apresentadas razões pelas quais os seres humanos produzem arte e que esse processo de produção acontece devido à necessidade das pessoas em se “relacionar com o mundo e solucionar sua compreensão deste mesmo mundo por meio dessa força viva que mostra para alguns. Que bom se fosse para todos!”. (GEORGE, 1996, p. 12).

No texto publicado no dia 11 de agosto de 1996, sob o título “Arte é trabalho”, são apresentados os termos “produtores culturais” e “contexto cultural”, como também é descrito, logo no início da publicação, que a produção artística realizada em Rio Branco é pouco valorizada. Na publicação ainda são apresentados tipos de produções artísticas que estão presentes na cidade e que as pessoas que compõem a comunidade local são “alienadas e desconhecem o seu contexto cultural” (GEORGE, 1996, p. 12).

A partir dessa descrição é possível entender que o conceito de cultura presente no texto da coluna *Cultura 20*, é semelhante à definição tradicional mencionada por Stuart Hall (2016), que descreve tal conceito como algo que reúne o que existe de melhor na sociedade, ou seja, “é o somatório das grandes ideias, como representadas em obras clássicas da literatura, da pintura e da música e da filosofia – é a alta cultura de uma época” (HALL, 2016, p.19).

Na mesma edição, porém no texto intitulado “A gente não quer só comida⁴”, são apresentadas críticas em relação à massificação das produções artísticas pelos meios de comunicação. Segundo a publicação,

as produções massificadas através dos meios de comunicação se destinam a reproduzir preconceitos e a gerar lucros. Sua qualidade raramente é considerada como nível: Tiririca, Chico Total, música brega, pagode, sertanejo etc. Esses pacotes, que são veiculados constantemente nas rádios e televisões, acabam sendo a única opção de lazer do grande público, devido à falta de formação cultural e as dificuldades financeiras que o afetam (GEORGE, 1996, p. 13).

Neste trecho, é perceptível a crítica em relação à cultura de massa, na qual se faz subentender que o público que consome “música brega, pagode, sertanejo, etc” (GEORGE, 1996, p.13), por exemplo, seria composto de pessoas receptoras de informações e não questionadoras dos discursos

⁴ O título do texto faz menção a uma música de mesmo nome de autoria de Arnaldo Antunes, Marcelo Fromer e Sérgio Britto, que ficou famosa ao ser cantada pelo grupo Titãs.

produzidos e veiculados pela mídia. Dessa forma, é possível relacionar o trecho citado aos estudos apresentados por Guy Debord em 1967 – autor da obra *A sociedade do espetáculo*, citado por Llosa (2012). Assim como autor do termo “sociedade do espetáculo”, o texto da coluna *Cultura 20* também entende que as produções massificadas atingem muito mais o público que tem pouco conhecimento sistematizado e pertence às classes econômicas mais baixas. O texto ainda apresenta uma diferenciação entre os artistas entre aqueles que são “novos e autênticos” e outros que são “mediócras”. Tal classificação também estaria relacionada à mídia, pois é ela a responsável por ditar “os valores, os costumes, os hábitos, os tipos de cosméticos vendidos” (GEORGE, 1996, p.13).

Nesse sentido é possível perceber os estudos de Kellner (2011), sobre a conceituação de cultura da mídia. Segundo o autor (2011), os sistemas de televisão, rádios, jornais e a imprensa, ao se utilizar de estratégias textuais, visuais e auditivas para disseminação em massa de ideias, sentimentos e emoções, contribuem para reforçar poderes, comportamentos, espaços, além de determinar consumos, propagar violências, definir pensamentos. É importante ainda destacar que o texto publicado na coluna *Cultura 20*, ao diferenciar os artistas entre “novos e autênticos” e “mediócras” se aproxima das discussões apresentadas por Kellner (2011), no que se refere à disseminação de representações discursivas pautadas na dualidade, ou seja, a existência de uma cultura boa e ruim, artistas bons e ruins.

Publicada no dia 12 de dezembro de 1996, a palavra cultura ilustrou uma matéria que tinha a proposta de falar sobre “uma das áreas de destaque da administração de Jorge Viana” (GEORGE, 1996, p. 12), que naquele ano se encontrava no cargo de prefeito de Rio Branco. Ao longo do texto, além da temática estar relacionada ao contexto político local e às atividades realizadas pela administração do então prefeito, o termo cultura aparece definido também como sendo a “criação cotidiana, é a transformação do mundo natural” (GEORGE, 1996, p. 12). Esta definição pode ser comparada a descrita por Terry Eagleton, (2011) quando apresenta como os meios culturais eram utilizados nos escritos de Shakespeare.

A natureza produz cultura que transforma a natureza; esse é um motivo familiar nas assim chamadas Comédias Finais de

Shakespeare, nas quais a cultura é vista como o meio de autorrenovação constante da natureza (EAGLETON, 2011, p. 12).

Com os exemplos apresentados e que foram coletados junto ao jornal *Página 20*, é possível perceber a forma tradicional de como o conceito de cultura é representado nas publicações veiculadas na coluna *Cultura 20*, fazendo com que se compreenda que existe uma baixa e uma alta cultura que determina quem pertence e quem é excluído do meio social. Outro apontamento é em relação ao trabalho das pessoas que produzem cultura. Segundo os textos, a produção artística, para que seja considerada cultura, precisa estar palpável para que faça parte do contexto cultural. Dito de outro modo, o processo de alteração do meio natural é também classificado como cultura, semelhante às definições existentes no século XVIII, época em que o termo era apresentado como alteração do meio natural.

Além disso, as publicações que tratam sobre o contexto cultural de Rio Branco/Acre vão contribuir para que o público leitor formule compreensões e fixe estereótipos. Nesse sentido, é possível compreender a obra de Soares (2009), que vai tratar sobre a naturalização das representações midiáticas, em que através de textos, imagens e sons, por exemplo, vão ser disseminados conceitos padronizados historicamente e diferenças a partir de um viés negativado.

Esses apontamentos apresentados até aqui contribuem para as discussões realizadas na etapa seguinte da pesquisa e também para a análise dos dados coletados junto ao jornal *Página 20*. As próximas páginas da dissertação, que compreendem o capítulo 2, são destinadas à apresentação de discussões das representações sobre as mulheres nos meios de comunicação, em destaque, para as mulheres negras.

CAPÍTULO 2 – DE/SOBRE MULHER(ES): HISTÓRICO E REPRESENTAÇÃO

Ler Michelle Perrot (2017), Simone de Beauvoir (1970), Angela Davis (2016) estão contribuindo para a minha construção como mulher. Estão sendo essenciais para novas desconstruções e ressignificações, tanto em âmbito pessoal, como profissional. Ter sido apresentada à Stuart Hall, Kathryn Woodward, Mario Vargas Llosa, Douglas Kellner, Terry Eagleton, dentre outros, foi importante para que eu chegasse até as reflexões apresentadas até o momento nessa dissertação. Porém, a complementação bibliográfica, o diálogo, a orientação e o auxílio que a professora doutora Francielle Maria Modesto Mendes tem me dado, vem reforçando minha percepção sobre meu futuro acadêmico ao lado das pesquisas que vão trazer as mulheres como temática central. Assim, dou início a esse capítulo, que tem sido mais uma desconstrução e ressignificação acadêmica, pessoal e profissional.

Como dito nos últimos parágrafos do capítulo 1, esse momento será para apresentar reflexões sobre como são representadas as mulheres, com foco maior voltado às mulheres negras. Para isso, as discussões sobre essa temática terão como base inicial o século XIX, que além de ser considerado um centenário de revoluções e revoltas, foi ainda o período histórico em que a imprensa teve início no Brasil e as publicações jornalísticas despontaram. Além disso, a opção por percorrer historicamente o cenário representacional sobre as mulheres a partir do século XIX se deve também pelo fato dos discursos que foram impostos e disseminados, ao longo do referido século, terem sido perpetuados ao longo do centenário seguinte.

Ainda nesse capítulo, a ideia é fazer um breve histórico, pautado nas obras de Michelle Perrot (2017), Simone de Beauvoir (1970), Angela Davis (2016), sobre como a mulher branca e a mulher negra estavam inseridas em suas respectivas sociedades. Para abordar a temática e destacar a presença da mulher na sociedade brasileira dos séculos XIX e XX, serão utilizadas também as autoras Babel Nepomuceno (2018), Paola Cappellin Giuliani (2018), Maria Ângelo D’Incao (2018), dentre outras.

Na sequência, as discussões propostas para o capítulo 2 abordam a representação das mulheres na imprensa. Para isso, trago como base bibliográfica a obra de Dulcília Schroeder Buitoni (2009), que traça

historicamente como as mulheres eram representadas na imprensa brasileira, a partir de um breve histórico sobre o século XIX e dando continuidade às discussões com informações dos anos 1900 e até o fim da década de 1990. Também para apresentar como os periódicos representavam as mulheres nos dois séculos estudados, utilizo Carla Bassanezi Pinsky (2018), Bebel Nepomuceno (2018), Carla Bassanezi Pinsky (2018), Norma Telles (2018), June E. Habner (2018).

2.1 – “A HISTÓRIA DAS MULHERES FEITAS POR HOMENS”: UM HISTÓRICO ENTRE OS SÉCULOS XIX E XX

Um dos questionamentos que me acompanhou até o início das leituras para a construção do capítulo 2 foi o de que haveria uma definição de/sobre mulher. Na busca por uma resposta, percebi, mais uma vez, que o caminho não era encontrar um conceito, mas compreender que no campo da linguagem, conforme explica Hall (2016), através de símbolos e signos são produzidos sentidos, representações, identidades.

Ao pensar o termo mulher, pelo campo da linguagem, foi possível perceber que seus significados são múltiplos, não são fixos e que estão relacionados a contextos culturais, sociais e históricos. Além disso, os significados de/sobre mulher também estão interligados às relações de poder.

Conforme os estudos apresentados por Foucault (1996), os discursos produzidos em uma sociedade não compreendem processos neutros, livres e imparciais. Os discursos vão ser sempre produtos precedidos de controle, seleção, organização, e que terão como função reforçar o apoderamento. Os discursos produzidos sobre a mulher trazem em seus contextos histórico, social e cultural, significados que, em sua maioria, vão representar controle, seletividade, exclusão, dominação, visto que esses significados, quando traduzidos para sociedade, em grande parte, foram produzidos por aqueles que detinham o poder do discurso.

Dessa forma, durante as próximas páginas pretendo fazer um histórico sobre como a mulher vem sendo inserida e representada na sociedade. Parto do século XIX, que foi o período em que a imprensa se instalou no Brasil. A ideia de iniciar as discussões a partir desse momento histórico tem também

relação com o meu contexto profissional e ainda o *corpus* do trabalho, que faz referência a um jornal impresso do município de Rio Branco, o *Página 20*. Outro apontamento necessário, é que esses discursos apresentados no século XIX foram perpetuados no século seguinte.

De acordo com a obra de Michelle Perrot (2017), o início do século XIX é marcado ainda pela divisão entre homem e mulher. “Cada sexo tem sua função, seus papéis, suas tarefas, seus espaços, seu lugar quase predeterminados, até em seus detalhes” (PERROT, 2017, p. 187). Tal divisão se dá a partir das descobertas da medicina e biologia, que destacavam o discurso naturalista, em que as “duas espécies” (homem e mulher) teriam características e competências específicas. “Aos homens, o cérebro (muito mais importante do que o falo), a inteligência, a razão lúcida, a capacidade de decisão. Às mulheres, o coração, a sensibilidade, os sentimentos” (PERROT, 2017, p. 186).

Os espaços também são delimitados. Enquanto para as mulheres, o principal ambiente de destino é o doméstico, o meio familiar e o materno, para os homens o espaço externo ao lar é o que lhe é dedicado. Porém, o desenvolvimento da indústria, conforme explica Simone de Beauvoir (1970), em sua obra *O Segundo Sexo*, passa a necessitar da mão de obra da mulher. É nesse período que a mulher ganha uma suposta liberdade e emancipação, já que o cenário descrito na época reforçava o contrário. Além de não serem adequadamente remuneradas ou receberem um pagamento muito inferior, se comparado ao dos homens, as mulheres eram submetidas a extensas horas de trabalho, em locais insalubres, como também eram abusadas pelos demais empregados.

As condições trabalhistas da mulher operária eram vantajosas para a indústria, situação essa que perdurou até, praticamente, o final do século XIX, quando em 1874 é publicada a lei que regulamentaria o trabalho das francesas. O fato é que desse documento, somente, duas disposições faziam referência ao trabalho feminino. A primeira carta de trabalho feminino é publicada somente em 1892, e passa a proibir o trabalho noturno para mulheres, como também limita um período de trabalho nas fábricas, porém deixando vaga a quantidade de horas a serem trabalhadas. Somente

em 1900, esse horário é fixado em 10 horas; em 1905, o descanso hebdomadário torna-se obrigatório; em 1907, a trabalhadora obtém a livre disposição do seu ganho; em 1909, é assegurada licença remunerada às parturientes; em 1911, os dispositivos de 1892 são revalidados imperativamente; em 1913, regulamenta-se as modalidades concernentes ao descanso das mulheres antes e depois do parto, e proíbem-lhes trabalhos perigosos e excessivos. Pouco a pouco, a legislação social constituiu-se e o trabalho feminino cerca-se de garantias de higiene: exigem-se assentos para as vendedoras, sendo proibida a demorada permanência diante dos mostruários exteriores, etc. (BEAUVOIR, 1970, p. 150-151).

A experiência laboral para as mulheres de outras localidades também era de exploração. Na América do Norte, por exemplo, Beauvoir (1970) destaca que a remuneração pelo trabalho das mulheres também era inferior ao pagamento destinado aos homens. Enquanto,

na França, segundo inquérito realizado em 1889-1893, para um dia de trabalho igual ao de um homem, a operária só obtinha metade da remuneração masculina. Segundo o inquérito de 1908, os mais altos salários das operárias trabalhando em domicílio não ultrapassavam vinte cêntimos por hora e desciam, as vezes, até cinco cêntimos. Na América do Norte, em 1918, a mulher recebia apenas metade do salário masculino. Na mesma época, por igual quantidade de carvão extraído das minas alemãs, a mulher ganhava 25% menos do que o homem. Entre 1911 e 1943, os salários femininos, na França, se elevaram um pouco mais rapidamente do que os dos homens, mas permaneceram nitidamente inferiores (BEAUVOIR, 1970, p. 151).

Mesmo em condições precárias, o avanço do trabalho feminino foi evidente. Além das fábricas, a presença da mulher também era marcante “na agricultura, comércio, bancos, nas companhias de seguro, nos escritórios e em profissões liberais” (BEAUVOIR, 1970, p. 152), além de trabalhos como doméstica e costureira. Foi um movimento perceptível em diversos países, principalmente nos anos que antecederam a II Guerra Mundial, como nos Estados Unidos, Alemanha, Índia, Holanda e Finlândia, por exemplo.

A disparidade de contextos entre as mulheres do século XIX era evidente. Enquanto as mulheres com baixo poder aquisitivo estavam ligadas às atividades laborais junto à indústria e ao comércio, por exemplo, a vivência da mulher burguesa era outra. Sua função era doméstica e maternal, além de ser a pessoa designada para executar as atividades de caridade e filantropia.

Esse contexto desigual contribuiu para que cada vez mais fosse reforçada a representação de que a mulher era a espécie destinada ao sentimento, ao cuidado e sensibilidade, conforme apresenta Perrot (2017). Em se tratando de poder econômico, os discursos produzidos no século XIX

também vão transmitir a mensagem, junto à burguesia, de que era a mulher a dona da casa, reforçando assim o contexto de que ela seria a responsável pela administração financeira do lar, a partir do pagamento recebido pelos maridos. Porém, o processo de administração financeira, do suposto “direito ao salário”, vai continuar refletindo preocupações e privações para essas mulheres, visto que este recurso financeiro continuaria sendo aplicado para satisfazer os desejos dos homens dentro de casa, enquanto para elas e os filhos, o sacrifício e administração da miséria, segundo descreve Perrot (2017).

Os direitos adquiridos ao longo do século XIX e início do século XX são fruto da mobilização feminina. Conforme explica Beauvoir (1970), a organização tardia de associações, sendo a primeira instalada em 1848, fez com que somente no final do século XIX, as primeiras regulamentações sobre o trabalho da mulher fossem publicadas. É também nesse período que os movimentos sociais e políticos, relacionados às mulheres, vão convergir com as libertações já alcançadas pelo público feminino.

Se até o século XVIII, a mulher tinha como função a procriação e, exclusivamente, os cuidados com o lar, no século XIX, a sua presença na produção industrial e comercial, como também o distanciamento no que se refere à escravidão da reprodução, contribuem para que a voz feminina tenha vez. De acordo com Beauvoir (1970), “agora as reivindicações da mulher vão pesar realmente na balança. Elas serão ouvidas até no seio da burguesia” (BEAUVOIR, 1970, p. 157).

De forma lenta e bastante restrita, o direito ao divórcio, por exemplo, é reestabelecido na América do Norte, como também na França. O direito político também é outro marco no que se refere aos direitos das mulheres, tanto na França, Inglaterra e Estados Unidos. Para se alcançar tal conquista, as primeiras discussões tiveram início ainda no século XIX, em meio à dificuldade. O primeiro pronunciamento se deu em 1867, junto ao Parlamento. Naquele ano, Stuart Mill “reclamava (...) a igualdade da mulher e do homem no seio da família e da sociedade” (BEAUVOIR, 1970, p. 158).

Porém, enquanto a Nova Zelândia anunciava em 1893 a concessão da plenitude de direitos às mulheres, e a Austrália fazendo o mesmo em 1908, na América do Norte e Inglaterra as mulheres enfrentaram embates. Um dos marcos, conforme apresenta Beauvoir (1970), foi em 1932. Na época, a

Câmara aprovou, por 319 votos a um, o direito ao voto feminino e também a possibilidade das mulheres se elegerem. A rejeição partiu do Senado, que durante várias sessões discutiu o direito ao voto e à eleição de mulheres, chegando ao final com a negativa para tais direitos. Dentre os destaques feitos por Simone de Beauvoir (1970) está o da ata da sessão realizada no Senado francês. Publicada pelo *Officiel*, o documento detalha na íntegra os argumentos apresentados pelos senadores da França sobre a negativa em conceder o voto e possibilidade de eleição às mulheres.

Nela se encontra os argumentos que os antifeministas desenvolveram durante meio século em obras cuja enumeração seria fastidiosa. Em primeiro lugar, os argumentos galantes como: gostamos demais das mulheres para deixá-las votar; exalta-se, à maneira de Proudhon, a 'verdadeira mulher' que aceita o dilema 'cortesã ou dona de casa'; votando a mulher perderia seu encanto; está num pedestal, que não desça dele; tem tudo a perder e nada a ganhar tornando-se eleitora; governa os homens sem necessidade da cédula eleitoral etc. mais gravemente objeta-se com o interesse da família: o lugar da mulher é em casa; as discussões políticas provocariam a discórdia no lar. Alguns confessam o antifeminismo moderado. As mulheres são diferentes do homem. Não fazem serviço militar. Deverão votar as prostitutas? Outros afirmam com arrogância sua superioridade de machos: votar é uma obrigação, não um direito, as mulheres não são dignas desse dever. São menos inteligentes e menos instruídas do que os homens. Se votassem, os homens se tornariam efeminados. Não tem educação política, votariam em obediência ao marido. Se querem ser livre, que se libertem antes de tudo de suas costureiras. Propõe-se este argumento de soberba ingenuidade: há mais mulheres do que homens na França (BEAUVOIR, 1970, p. 160).

Na Inglaterra, o direito ao voto foi concedido às mulheres em 1918, com restrições, e somente em 10 anos após a primeira decisão, as mulheres passam a ter seus direitos políticos integrais. Porém, para que o movimento fosse favorável às mulheres, ocorreram manifestações, desfiles, comícios e embates com a polícia. Em 1910, as mulheres vão às ruas, numa passeata que se estendeu por nove quilômetros. Na data, a lei foi rejeitada. Novos comícios e prisões acontecem e em 1912, as mulheres adotam novas estratégias e dessa vez com ações violentas, de acordo com Beauvoir (1970):

incendeiam casas inabitadas, laceram quadros, espezinham canteiros, jogam pedras contra a polícia; ao mesmo tempo enviam delegação após delegação a Lloyd George e a Sir Edmond Grey; escondem-se no Albert Hall e interrompem ruidosamente os discursos de Lloyd George. A guerra susta suas atividades. É muito difícil saber em que medida tal ação apressou os acontecimentos. O direito de voto foi concedido às inglesas em 1918, de maneira restrita, e em seguida, em 1928, sem restrições! Foram em grande parte os

serviços que prestaram durante a guerra que lhes valeram o êxito (BEAUVOIR, 1970, p. 162)

Nos Estados Unidos, o movimento das mulheres por direitos políticos também se assemelha ao ocorrido na Inglaterra. Até o início do século XIX, somente em nove estados as mulheres tinham direito ao voto. O ano de 1913 foi marcado pelo movimento sufragista vai às ruas, realiza comícios, campanhas, desfiles e manifestações. Em 1917, o movimento feminista ganha forças e as mulheres se instalam em frente à Casa Branca. São retiradas do espaço depois de seis meses, quando são presas. Ainda em manifesto, as mulheres iniciam greve de fome e são libertas. De volta, novos movimentos são organizados e em 10 de julho de 1918, a emenda sobre o voto feminino é apresentada à Câmara.

No Senado, a primeira tentativa para aprovação é rejeitada, sendo aprovado somente em junho de 1919. Em Havana, as mulheres alcançam a criação da Comissão Interamericana das Mulheres no ano de 1928 e, em 1933, os tratados de Montevideu garantem melhorias para as mulheres. Nesse período, 19 repúblicas americanas assinaram convenções dando às mulheres a igualdade de todos os direitos, conforme apresenta Beauvoir (1970).

As norueguesas, em 1907, e as finlandesas, em 1906, obtêm o sufrágio que as suecas ainda têm de esperar durante muitos anos. Os países latinos, como os países orientais, oprimem as mulheres pelo rigor dos costumes mais do que pelo rigor das leis. Na Itália, o fascismo freou sistematicamente a evolução do feminismo. Procurando aliança com a Igreja, respeitando a família e prolongando uma tradição de escravidão feminina, a Itália fascista escravizou duplamente a mulher: aos poderes públicos e ao marido. (...) na Alemanha (...) no início do século XIX, florescerá um feminismo sentimental, análogo ao de George Sand. Em 1848, a primeira feminista alemã, Louise Otto, reclamava para as mulheres o direito de ajudara transformar o país: seu feminismo era essencialmente nacionalista. (...) Surgem associações femininas e uniões das mulheres socialistas agrupadas em uma Federação. As alemãs malogram em 1914 na tentativa de criar um exercito nacional de mulheres, mas para participam com ardor do esforço de guerra. Depois da derrota alemã, obtêm o direito de voto e tomam parte na vida política. (...) Na Rússia, o movimento feminista teve mais amplitude. Ele se esboçara nos fins do século XIX, entre estudantes *intelligenzia*; estas se interessam-se menos pela sua causa pessoal do que pela ação revolucionária em geral; (...) Durante a guerra russo-japonesa, as mulheres substituem os homens em muitos ofícios; tomam consciências de si mesmas e a União Russa pelos Direitos da Mulher reivindica a igualdade política dos sexos; (...) É da Revolução que virá a emancipação das trabalhadoras (BEAUVOIR, 1970, p. 164-165).

O percurso histórico apresentado por Beauvoir (1970) e Perrot (2017) destaca a presença e luta feminina nos espaços de trabalho, doméstico e também no contexto político. Porém, as manifestações, intervenções sociais, as lutas por direitos, sempre tiveram o homem como ser disposto a conceder o que estava sendo requisitado pela mulher. Parte dessa compreensão, conforme explica Beauvoir (1970), é fruto do prestígio moral dado ao sexo masculino. Os discursos produzidos ao longo dos séculos garantiram ao homem o poder de criação das religiões, dos costumes, dos valores, nunca às mulheres, conforme apresenta Beauvoir (1970). Assim,

o fato que determina a condição atual da mulher é a sobrevivência obstinada, na civilização nova que se vai esboçando, das tradições mais antigas. (...) Abrem-se as fábricas, os escritórios, as faculdades às mulheres, mas continua-se a considerar que o casamento é para elas uma carreira mais honrosa e que a dispensa de qualquer outra participação na vida coletiva. Como nas civilizações primitivas o ato amoroso constitui para ela um serviço que tem o direito de cobrar mais ou menos diretamente. (...) A prostituição é tolerada, a galanteria encorajada. A mulher casada é autorizada a viver as expensas do marido; demais, adquire uma dignidade social muito superior a celibatária. (...) para a maioria dos trabalhadores, o trabalho é hoje uma corveia ingrata; para a mulher não é essa tarefa compensada por uma conquista concreta de sua dignidade social, de sua liberdade de costumes, de sua autonomia econômica. (...) O que ela desejaria é que a conciliação da vida familiar com um ofício não exigisse dela desesperantes acrobacias. (...) Em conjunto, elas ainda se encontram em situação de vassalagem. Disso decorre que a mulher se conhece e se escolhe, não tal como existe para si, mas tal qual o homem a define. (BEAUVOIR, 1970, p. 175-178).

A breve descrição histórica apresentada na dissertação, a partir das obras de Beauvoir (1970) e Perrot (2017) contribui para um melhor entendimento sobre como a mulher era destacada no contexto social dos séculos XIX e XX, assim como também é possível perceber como tais discursos dos séculos passados, que falam sobre as mulheres, continuam presentes no século XXI, principalmente quando se referem aos ambientes sociais, políticos e culturais. Outro fator perceptível nas obras de Beauvoir (1970) e Perrot (2017) é a ausência de destaques para as mulheres negras. Porém, é imprescindível ressaltar a contribuição das mulheres negras nas ações em prol da conquista aos direitos, espaços e liberdade de todas as mulheres nos séculos XIX e XX.

Angela Davis (2016), em sua obra *Mulheres, Raça e Classe*, afirma como a construção do movimento antiescravagista contribuiu para o alcance de

mudanças sociais para as mulheres. Segundo a autora, foi a partir do século XIX, por volta dos anos de 1830, época em que o sistema industrial absorveu a mão de obra das mulheres, que a diferenciação entre o trabalho da mulher e do homem ganhou evidências. Até então, conforme Davis (2016), o trabalho da mulher se limitava, praticamente, ao ambiente doméstico e de auxiliar a economia do lar, fazendo assim com que o seu esforço laboral não fosse considerado inferior ao do homem.

Elas eram trabalhadoras produtivas no contexto da economia doméstica e seu trabalho não era menos respeitado do que o de seus companheiros. Quando a produção manufatureira se transferiu da casa para a fábrica, a ideologia da feminilidade começou a forjar a esposa e a mãe como modelos ideais. No papel de trabalhadoras, ao menos as mulheres gozavam de igualdade econômica, mas como esposas eram destinadas a se tornar apêndices de seus companheiros, serviçais dos seus maridos. No papel de mães, eram definidas como instrumentos passivos para a reposição da vida humana. A situação da dona de casa branca era cheia de contradições. Era inevitável que houvesse resistência. (DAVIS, 2016, p. 45).

Antes do início das manifestações desencadeadas pela população negra nos Estados Unidos, que tem como marco o século XIX, o processo de exploração, maus-tratos e abusos de homens, mulheres e crianças negras foram desumanizantes. “O sistema escravista definia o povo negro como propriedade” (DAVIS, 2016, p. 17).

Em relação às mulheres, a autora destaca que além da exploração da força nas lavouras, onde as mulheres eram oprimidas e cobradas pela produtividade igual aos homens, elas também eram vítimas de abusos sexuais e estupros. Há registros que mostram que mulheres escravas eram substituídas de animais de carga para puxar vagões de minérios, além de serem consideradas mais lucrativas, conforme justificativa de proprietários de lavouras e fábricas, pois o pagamento pelo trabalho das mulheres era inferior e as mesmas seriam cobradas igualmente como os homens.

Ainda no século XIX, com o avanço do processo de industrialização, as máquinas de fiar, antes utilizadas para a preparação dos tecidos, tornaram-se inutilizadas, como também o trabalho das mulheres passa a ser inferiorizado. Nesse período, os discursos veiculados nos jornais e nas revistas era o da feminilidade. A ideia era propagar que a mulher (nesse caso, a branca e burguesa) tinha como destino o dom da maternidade e o de ser a dona do lar.

O fato é que para as mulheres negras, esse discurso nunca foi vigente e elas continuaram sendo exploradas, mal tratadas, abusadas.

Mesmo em meio ao processo cruel de exploração realizado com a população negra, foi também durante o século XIX que os movimentos de resistência passaram a ser mais evidentes. Em 1831, através da liderança de Nat Turner – escravo americano –, a população negra do estado da Virginia realizou uma rebelião questionando o modo de vida destinado aos negros e reforçando a resistência daquela população. Foi a partir dessa iniciativa que as mulheres negras também se mobilizaram e trouxeram para dentro do movimento as mulheres brancas, principalmente, as que atuavam como donas de casa e operárias.

Em 1833, conforme apresenta Davis (2016), é criada a Sociedade Antiescravagista Feminina da Filadélfia. “O número de mulheres brancas simpatizantes à causa da população negra era suficiente para estabelecer o vínculo entre os dois grupos oprimidos” (DAVIS, 2016, p. 47). A participação das mulheres brancas se deu pela amplitude das pautas defendidas pelo grupo negro.

Trabalhando no movimento abolicionista, as mulheres brancas tomaram conhecimento da natureza da opressão humana – e, nesse processo, também aprenderam importantes lições sobre sua própria sujeição. Ao afirmar seu discurso de se opor à escravidão, elas protestavam – algumas vezes abertamente, outras de modo implícito – contra sua própria exclusão da arena política. (...) O movimento antiescravagista oferecia às mulheres de classe média uma oportunidade de provar seu valor de acordo com parâmetros que não estavam ligados a seus papéis como esposas e mães. Nesse sentido, a campanha abolicionista era um espaço em que elas poderiam ser valorizadas por seu trabalho concreto (DAVIS, 2016, p. 51).

Assim como a criação do movimento antiescravagista, as publicações de impressos também se voltavam para as causas do movimento feminino negro. Em 1823, é publicado o primeiro jornal negro de Nova Iorque, com o nome de *Freedom's Journal*, e que através de uma carta assinada por uma mulher negra identificada como Matilda, reivindicava o serviço de educação para as mulheres negras e, conseqüentemente, para as mulheres brancas que integravam as classes economicamente mais baixas da época. O fato é que enquanto o movimento antiescravagista demonstrava a integração entre mulheres brancas e negras, um episódio registrado em 1848 apontou o contrário. Conforme explica Davis (2016), Frederik Douglass – escritor e integrante do movimento

abolicionista – mesmo tendo sua filha aceita em um colégio para meninas, vivenciou a proibição da criança em frequentar as aulas com as meninas brancas. A proibição foi ordenada pela diretora da escola, uma mulher branca que pertencia ao movimento abolicionista. O registro racista dentro do próprio movimento gerou discussões.

O fato de uma mulher branca associada ao movimento antiescravagista pudesse adotar tal postura racista contra uma menina negra no Norte refletia uma enorme fraqueza da campanha abolicionista: seu fracasso em promover uma ampla conscientização antirracista. Essa grave deficiência (...) infelizmente foi transferida para o movimento organizado dos direitos das mulheres. Por mais omissas que as primeiras militantes pelos direitos das mulheres tenham sido em relação à condição de suas irmãs negras, os ecos do novo movimento de mulheres foram ouvidos por toda a luta organizada pela libertação negra. (...), em 1848, a Convenção Nacional das Pessoas de Cor Libertas aprovou uma resolução sobre igualdade das mulheres. Sob iniciativa de Frederick Douglass, esse encontro, realizado em Cleveland, determinou que mulheres deveriam ser eleitas como representantes em base de igualdade com homens. (DAVIS, 2016, p. 69-70).

Outro marco histórico que antecedeu a abolição da escravidão nos Estados Unidos em 1863, foi a primeira Convenção Nacional pelos Direitos das Mulheres realizada em 1851 e que na qual Sojourner Truth – feminista, abolicionista e membro do movimento pelos direitos das mulheres –, participava do encontro. Com um discurso emblemático e intitulado “Não sou eu uma mulher?”, ela “foi a única capaz de responder com agressividade os argumentos, baseados na supremacia masculina, dos ruidosos agitadores” (DAVIS, 2016, p. 70). Foi também a única mulher negra a participar do movimento, em que suas palavras, diante dos participantes, garantiram uma defesa qualificada sobre as causas das mulheres, como também desconstruíram o argumento, até então apresentado pelos homens, de que mulher seria “sexo frágil”.

O fato de sua raça e de sua situação econômica serem diferentes daquelas das demais não anulava sua condição de mulher. E, como mulher negra, sua reivindicação por direitos iguais não era menos legítima do que a das mulheres brancas de classe média. Em uma convenção nacional de mulheres realizada dois anos depois, ela ainda lutava contra os esforços que tentavam impedi-la de falar. Ao longo dos anos 1850, convenções locais e nacionais atraíram números crescentes de mulheres para a campanha por igualdade. Não era fato que Sojourner Truth comparecia a esses encontros (...), ela transmitia um espírito de luta à campanha pelos direitos das mulheres. (...) E, caso as mulheres brancas tendessem a esquecer que as mulheres negras não eram menos mulheres do que elas, sua presença e seus discursos serviam como um lembrete constante. As

mulheres negras também obteriam seus direitos (DAVIS, 2016, p. 73-74).

No ano de 1863, Abraham Lincoln, o então presidente dos Estados Unidos, assinava o Ato de Emancipação abolindo a escravidão, porém o documento não representou liberdade. Conforme explica Angela Davis (2016), a população negra continuava sendo explorada, sendo vítima de violências e mortes. No mesmo ano em que a suposta liberdade havia sido anunciada, gangues de Nova Iorque fizeram ataques a diversos estabelecimentos, principalmente, em ambientes vivenciados por negros e negras, e que tinham relação com a causa antiescravagista. Além da violência registrada, o trabalho exaustivo no campo também continuou sendo realidade para a população negra. Em 1890,

havia 2,7 milhões de meninas e mulheres negras com idade acima dos dez anos. Mais de 1 milhão delas eram trabalhadoras assalariadas: 38,7% na agricultura, 30,8% nos serviços domésticos, 15,6% em lavanderias e ínfimos 2,8% em manufaturas. As poucas que encontraram emprego na indústria realizavam os trabalhos mais sujos e com menores salários. (...) Em 1890, para as mulheres negras, devia parecer que a liberdade estava em um futuro ainda remoto que no fim da Guerra Civil (DAVIS, 2016, p. 95-96).

A liberdade forjada dada à população negra contribuiu para inserção de mecanismos de manutenção da escravidão. Exemplo disso eram as prisões de negros e negras sem quaisquer justificativas. O objetivo do encarceramento era para que estes fossem contratados como mão de obra barata. “Tendo a escravidão como modelo, o sistema de contratação de mão de obra carcerária não diferenciava o trabalho masculino do feminino”. (DAVIS, 2016, p. 97). Além disso, no ambiente carcerário, as mulheres negras também sofriam abusos sexuais. A ideia era de que elas pertenciam aos homens brancos, assim como no período da escravidão. Paralela às ações de violência vivenciadas pela população negra encarcerada, as mulheres negras que não atuavam no campo, continuavam sendo submetidas a tarefas como domésticas. Nas casas em que muitas vezes viviam involuntariamente, trabalhavam excessivas horas e em muitos casos eram abusadas sexualmente pelos “homens da casa”.

Se as mulheres brancas nunca recorreram ao trabalho doméstico, a menos que tivessem certeza de não encontrar algo melhor, as mulheres negras estiveram aprisionadas a essas ocupações até o advento da Segunda Guerra Mundial. Mesmo nos anos 1940, nas esquinas de Nova York e de outras grandes cidades, existiam mercados – versões modernas das praças de leilões de escravos – em que as mulheres brancas eram convidadas a escolher entre a

multidão de mulheres negras que procuravam emprego. (...) No auge da guerra, o número de mulheres negras na indústria havia mais que dobrado. Mesmo assim – e essa ressalva é inevitável –, ainda nos anos 1960, pelo menos um terço das trabalhadoras negras permanecia preso aos mesmos trabalhos domésticos do passado e um quinto delas realizava serviços fora do ambiente doméstico (DAVIS, 2016, p. 102-106).

Os dados apresentados por Davis (2016) reforçam, claramente, o processo de exploração vivenciado pelas mulheres negras, durante o período de escravidão e da Revolução Industrial entre os séculos XIX e XX, mas também é perceptível o protagonismo das mulheres negras junto aos movimentos por direitos. Os reflexos em relação aos abusos, violências e agressões seguem refletidos na população negra que ainda é destinada a ocupar funções com baixas remunerações e em ambientes domésticos.

Dado apresentado por Davis (2016) ressalta que em 2016, 13% das mulheres negras dos Estados Unidos ainda trabalhavam como domésticas. A escravidão e os abusos que marcaram o avanço industrial durante os séculos XIX e XX contribuíram para a construção de discursos racistas, sexistas, preconceituosos, de exclusão. Conforme explica Hall (2016), com o surgimento da imprensa popular, no ano de 1890 através da publicação do *Illustrated London News*, a produção de informações e divulgação de imagens, por meio de uma publicidade pautada pela espetacularização, contribuiu para que, através de símbolos e signos, fosse criada uma fantasia visual para a população inglesa da época. Para Hall (2016):

Este tráfego bidirecional forjou conexões entre o imperialismo e a esfera doméstica, pública e privada. Os bens (e as imagens da vida doméstica inglesa) fluíam para as colônias; as matérias-primas (e imagens da “missão civilizadora” em andamento) eram trazidas para casa. Henry Stanley foi um aventureiro do Império que se tornou famoso pela sua viagem através da África Central, em 1871. (...) Stanley acreditava que a propagação de bens faria com que a “civilização” na África se tornasse inevitável. (...) A galeria dos heróis imperiais e suas façanhas másculas na “África mais Negra” foram imortalizadas em caixas de fósforo, estojos de agulhas, potes de pasta de dente, caixas de lápis, pacotes de cigarro, jogos de tabuleiro, pesos de papeis e partituras (HALL, 2016, p. 163-164)

As imagens estampadas nos produtos e os discursos propagados pela imprensa contribuíram para formação de uma lógica de oposição. Enquanto a civilização era representada pelo branco, a selvageria tinha como figura a pessoa negra. Nesse momento histórico também se intensifica o discurso racial, levando em consideração características biológicas, inclusive.

A prática em reforçar discursos racistas e binários contribuiu para a instalação da diferença de forma que a população negra fosse naturalizada como aquela que é destinada para servir, para ser explorada, violentada e não ter direitos. O fato é que essa mesma lógica, naturalizada entre os séculos XIX e XX, ainda conta com vestígios que, no século XXI, continuam sendo propagados pela imprensa, através de discursos que reforçam práticas racistas, de exclusão e violência para com a população negra.

2.2 – HISTÓRIA DAS MULHERES NO BRASIL

O histórico das mulheres brasileiras nos séculos XIX e XX também se assemelha ao das mulheres descritas no item anterior. Em meio à escravidão, lavouras e burguesia, as mulheres, principalmente as negras, viviam a exploração, submissão, violência, ausência de direitos. Nessa fase da dissertação, destaco que o histórico sobre as mulheres no/do Brasil nos dois séculos passados irão descrever a vida social apenas daquelas que são brancas e negras. As mulheres indígenas não serão retratadas nessa dissertação.

O Brasil do século XIX é um país que vai registrar mudanças sociais, econômicas e culturais. Conforme escreve Maria Ângela D’Incao (2018), é durante esse período que o país se torna independente, a vida urbana desponta, o capitalismo é consolidado, as famílias burguesas são reorganizadas socialmente, mas é também esse o período da escravidão, dos maus-tratos e da violência, principalmente, contra a população negra, e, mais especificamente, contra as mulheres negras.

Antes de abordar o breve histórico sobre as mulheres negras no Brasil dos séculos XIX e XX, dou início à escrita sobre a situação das mulheres brancas nesse mesmo período. Segundo D’Incao (2018), o século XIX é marcado pela ascensão da burguesia. A alta sociedade brasileira tem em seu imaginário a nobreza de Portugal, como também uma vida marcada por evidentes diferenças sociais, entre fazendeiros, plebeus e escravos.

A mulher burguesa é valorizada por sua vocação familiar e maternal. O contexto burguês ideal do século XIX é “um sólido ambiente familiar, o lar acolhedor, filhos educados e esposa dedicada ao marido, às crianças e desobrigada a qualquer trabalho produtivo” (D’INCAO, 2018, p. 223). Aos

poucos, as famílias brancas e ricas vão ocupando os espaços nas cidades e para uma melhor vivência, o interior do lar precisa ser aconchegante, mas também limitador, visto que os empregados terão espaço destinado nesses ambientes. Para as mulheres da elite, o século XIX é mais libertador que os anos anteriores. Com maior liberdade para frequentar ambientes sociais, como bares, cafés e restaurantes, os sentimentos também passam a ser mais evidentes, porém elas continuam sendo vigiadas pelos pais e maridos, assim como também passam a ser educadas para se portar em ambientes públicos.

Para as mulheres burguesas do século XIX brasileiro, o casamento é sinônimo de ascensão social ou, em muitos casos, como forma de manter o *status* familiar. Junto a esse contexto, é cada vez mais reforçado o discurso de que “ser mulher é ser quase integralmente mãe dedicada e atenciosa” (D’INCAO, 2018, p. 229), sendo esse um ideal que pode ser alcançado somente pelas famílias burguesas e “higienizadas”.

Em relação aos sentimentos femininos, o que até século XVIII poderia ser balanceado entre amor e sexualidade, no século XIX, o discurso para as mulheres é apenas relacionado ao amor romântico. Tendo em seu contexto, a vivência do casamento e família perfeita, a mulher branca burguesa deve sempre adotar a postura de mulher casta, se privando de desejos sexuais, atendendo apenas ao marido e se ocupando cada vez mais de afazeres domésticos. As publicações literárias do século XIX também contribuem para a disseminação desse amor, como também de estereótipos sobre a vida amorosa, sobre o corpo da mulher e o casamento. É nesse período da história das mulheres brancas no Brasil, que a virgindade é tida como requisito fundamental para o casamento. O *status* de mulher virgem garantia à família da moça, o imaginário de pertencer a uma alta linhagem e estar de acordo com o contexto social, político e econômico da época.

A literatura do XIX vai ser referência para a sociedade burguesa brasileira. No que diz respeito à maternidade, no início desse século, esta ainda não figura como um dos principais desejos da mulher branca, porém as publicações literárias da época vão reforçar essa suposta função feminina que, então, passará a ser primordial para a formação da família ideal. Nesse mesmo sentido, a formação familiar também passa a ser contada nos romances literários. As descrições das histórias contribuem para a compreensão de

família por parte da burguesia. É nesse momento que o amor maternal, paternal, filial e, até mesmo, o adultério passam a compor o contexto da família burguesa. No final do século XIX, as obras de Machado de Assis vão trazer mudanças sociais incluindo as mulheres.

Os círculos sociais se ampliam, as mulheres saem às ruas e salões exibidas e *coquettes*, rapazes ambiciosos abraçam profissões liberais e adentram os salões das melhores famílias – amplia-se o mercado conjugal e a possibilidade de escolha dos grupos mais abastados. As normas de comportamento tornam-se tolerantes, desde que se mantenham as aparências e o prestígio das boas famílias não fiquem abalados (D'INCAO, 2018, p. 238).

O século XX, para as mulheres brancas e burguesas do Brasil, conta com inúmeras semelhanças. Os discursos sobre casamento, maternidade, dedicação ao lar continuam sendo reforçados no ambiente familiar, como também nos periódicos da época. Jornais e revistas femininas dão destaques para a moda, a vida no lar e dicas sobre o casamento, cuidado com os filhos e como agradar o marido.

As publicações que, aos olhos de quem vivencia o século XXI, parecem pertencer ainda ao século XIX, foram divulgadas, principalmente, durante o período dos Anos Dourados. A década de 1950, do século XX, que também vem ser marcada pela industrialização, avanço econômico, aumento das possibilidades educacionais e ampliação nas atividades políticas, mantém os discursos e ações vivenciadas no século passado, em se tratando da vida da mulher brasileira. Além de reforçar padrões, as publicações da época traziam informações polarizadoras sobre as mulheres. Conforme explica Carla Bassanezi Pinsky (2018), as mulheres do século XX brasileiro serão divididas entre moças de família e moças levianas. “As revistas eram enfáticas em suas mensagens que garantiam a repressão aos comportamentos considerados desviantes e promíscuos” (PINSKY, 2018, p. 612). Isso também é resultado das definições propagadas durante o século XX, que os estereótipos, violência e abuso contra as mulheres foram sendo naturalizados ao longo dos anos.

Ainda conforme explica a autora (2018), mesmo os Anos Dourados tendo contribuído para a formação estereotipada da mulher perfeita e de sucesso, mulheres que tinham “ideias diferenciadas, ousadia, coragem e vontade de renovação, fizeram com que estes anos tivessem também outras tonalidades e cores” (PINSKY, 2018, p. 637), como é o caso dos movimentos

liderados por mulheres e demais setores da sociedade, que reivindicavam a redemocratização da sociedade brasileira, incluindo nesse período histórico, a “união de grupos de mulheres trabalhadoras, grupos feministas, algumas organizações sindicais, partidos e alguns setores que atuam nas instituições de administração do Estado” (GIULIANI, 2018, p. 644-645).

Mesmo os séculos XIX e XX tendo como foco a disseminação de discursos reguladores para as mulheres brancas, estes também vão ser períodos que para as mulheres negras serão infinitamente mais violentos, segregadores, submissos e exploratórios. De acordo com Maria Odila Dias (2018), a violência contra negros e negras começava ainda na África, com a captura de homens e mulheres feita pelos chamados traficantes. A escolha inicial era pelos homens, porém a venda de mulheres negras também tinha valor no comércio escravagista. Por serem consideradas reprodutoras e dedicadas ao trabalho de lavoura, o pagamento pelas mulheres negras também representava lucro ao traficante e comerciante de escravos.

Para chegar ao Brasil, a viagem acontecia pelo oceano Atlântico e tinha uma duração que varia de 15 a 60 dias, dependendo do local de partida, ventos, época do ano, tipo de embarcações. Durante o percurso, as mulheres eram submetidas a inúmeros atos violentos, como surras, carência de alimentos e abusos, que em muitos casos resultava em morte. Outro fator agravante eram as doenças, que também acometiam a população negra escravizada, que seria entregue aos compradores brasileiros. Homens e mulheres que chegavam vivos eram vendidos. O destino eram as lavouras brasileiras. Nesse contexto, segundo Dias (2018):

os escravos homens eram mais valiosos do que as mulheres em razão de sua maior capacidade de executar trabalhos pesados. A demanda dos grandes proprietários era voltada para a aquisição de trabalhadores homens, fortes e jovens, entre 15 e 25 anos. Eles não valorizavam as mulheres, cujos preços, alias, eram cerca de 20% mais baixos do que os dos escravos do sexo masculino. (...) Até o ultimo quartel do século XIX, os grandes proprietários rurais não haviam mostrado interesse na capacidade reprodutiva de suas escravas; (...) Para esses senhores, criar os filhos das escravas era mais caro do que comprar meninos. (...) Tanto nos engenhos de açúcar como nas fazendas de café, as escravas grávidas não se livravam dos castigos violentos – como os pontapés na barriga aplicados pelos capatazes –, que, muitas vezes, eram responsáveis pela morte dos bebês dentro da mãe (DIAS, 2018, p. 362-363).

Conforme explica Dias (2018), o desequilíbrio entre homens e mulheres escravos perdurou durante o século XIX, chegando, em alguns casos, o número de homens escravos ser até quatro vezes maior que o de mulheres escravizadas. Em 1850, o tráfico de escravos foi proibido, porém o processo de escravidão da população negra perdurou por, praticamente, mais 40 anos. Através de vendas internas entre as regiões norte e nordeste do Brasil, por exemplo, a compra e venda de pessoas negras se manteve. A violência contra as mulheres negras também permaneceu. As agressões físicas, humilhações e estupros eram constantes, chegando a ser registrados casos de tentativas de suicídio, principalmente, nas lavouras e engenhos, devido aos castigos excessivos e abusos sexuais.

Uma forma de resistência eram as fugas. As mulheres, quando recebiam a notícia de que seriam vendidas para longe de seus filhos e marido, fugiam. “Em alguns episódios, três gerações de mulheres (avó, mãe e filha) conseguiram fugir juntas” (DIAS, 2018, p. 369). O processo cultural e religioso trazido pelos escravos também contribuiu para a execução da resistência. Conforme destaca Dias (2018), através de canções, rezas e palavras, as mulheres se manifestavam contra a exploração, violência, maus tratos e abusos.

Mais do que palavras ditas em situações de desespero, que normalmente levavam à prática de “crimes” mais graves, as queixas e injurias eram uma reação à exaustiva rotina de trabalho das escravas nas plantações de açúcar ou nas fazendas de café. Suas reclamações ficaram registradas nas canções de duplo sentido dos jongueiros (DIAS, 2018, p. 373).

Nas grandes fazendas, as mulheres negras que possuíam habilidades como cozinheira, lavadeiras, passadeiras e engomadeiras tinham oportunidade de integrar o convívio nas sedes das propriedades rurais. Nesse ambiente, elas eram poupadas do trabalho na lavoura e engenho, se vestiam com trajes semelhantes aos europeus e podiam andar mais limpas. Consideradas escravas domésticas, essas mulheres negras tinham maior possibilidade de conquistar a alforria. A boa aparência, as habilidades com a produção de quitutes, por exemplo, garantiam a elas a chance de tentarem trabalhar nas ruas das cidades, receber o dinheiro pelas vendas e então pagar pela liberdade, através das negociações possibilitadas pela Lei do Ventre Livre. “As escravas poderiam, ao entrar em acordo com o proprietário ou proprietária em

relação ao preço que deveriam pagar por sua liberdade, compra-la aos poucos” (DIAS, 2018, p. 376).

Ainda de acordo com a autora (2018), na fase final do período de escravidão no Brasil, entre os anos de 1870 a 1888, muitas escravas já conseguiam comprar sua alforria e tinham como destino as cidades. No novo espaço, para sobreviver, o trabalho passou a ser autônomo, em feiras, mercados e na própria rua, com a venda dos produtos feitos por elas.

Quando finalmente ocorreu a Abolição no Brasil, as libertas encontraram outras tantas dificuldades para se inserir na sociedade em condições mais dignas. Seus problemas iam desde os obstáculos para passar seus bens para os descendentes até o preconceito sofrido em virtude do seu sexo e sua “cor”. (...) Mesmo assim, essas mulheres de têmpera forte sobreviveram. Quando tudo conspirava contra suas vidas, abriram caminhos, combateram preconceitos e afirmaram posições conquistadas. Embora tivesse figurado como mão de obra da economia de exportação do açúcar e do café, o seu papel histórico mais marcante foi na economia de subsistência, nas feiras e no mercado interno de abastecimento das várias e diferentes regiões do país (DIAS, 2018, p. 379).

Mesmo sendo protagonistas das lutas contra a escravidão e encontrando meios de sobrevivência durante o século XIX, as mulheres negras no século XX vão continuar sendo alvo da desigualdade, discriminação, ausência de direitos, educação e visibilidade, em decorrência dos acontecimentos registrados nos anos anteriores.

Bebel Nepomuceno (2018), em seu texto sobre a atuação das mulheres negras após o período escravagista e publicação da Abolição, destaca que mesmo a população negra tendo alcançado a (suposta) liberdade, manteve ao seu lado as dificuldades sociais e econômicas. O dia a dia das mulheres negras, no início do século XX no Brasil, era de trabalho. As principais atividades desenvolvidas por elas estavam relacionadas à subsistência, onde trabalhavam como

pequenas sitiantes, agricultoras, meeiras, vendedoras de leguminosas e demais produtos alimentícios nas ruas das cidades brasileiras. Muitas delas viviam em lares sem a presença masculina, chefiando a casa e providenciando o sustento dos seus. Outras trabalhavam para famílias de mais posses como criadas para todos os serviços. Algumas haviam conseguido acumular patrimônio, formar núcleos familiares estáveis, criar redes de solidariedade e comunidades religiosas. Ao contrário do prescrito para a mulher idealizada da época, as negras circulavam pelas ruas, marcando seu modo presença no espaço público (NEPOMUCENO, 2018, p. 383).

O discurso propagado para a época tinha o “novo” como referência. Porém, mesmo nesse momento de suposta reformação da sociedade brasileira, a população negra continuava sendo excluída. O discurso da boa aparência para que as mulheres ocupassem as vagas de emprego, por exemplo, estava interligado ao processo de branqueamento do Estado brasileiro.

No início do século XX, as patroas passaram a requerer domésticas brancas, porém com o número reduzido de estrangeiras no país e a negativa das mesmas em aceitar as condições trabalhistas impostas, fez com que as mulheres negras continuassem sendo contratadas para as funções domésticas. “O Censo de 1890 revela que 48% da população negra economicamente ativa trabalhava nos serviços domésticos, 17% na indústria, 9% em atividades agrícolas, extrativistas e na criação de gado” (NEPOMUCENO, 2018, p. 385). Na indústria e no comércio, o mesmo discurso sobre boa aparência mascarava o preconceito racial enquanto as vagas continuavam sendo preenchidas por brancas.

Muitas décadas depois, apesar da adoção de uma legislação antirracista e da criminalização do racismo introduzida na Constituição Federal de 1988, ecos da vigência do critério racial na seleção de candidatos a empregos, em empresas ou residências, continuava a existir. Em 1997, em São Paulo, um classificado de jornal pedindo uma doméstica destacava como uma das exigências que a candidata fosse branca. Ao atender o anúncio, Simone André Diniz foi recusada por ser negra. (...) No imaginário de chefias e profissionais de recursos humanos que empregavam vendedoras, recepcionistas, secretárias, a tal “boa aparência” estava relacionada a uma estética europeia, isto é, pele clara, nariz afilado, cabelo liso (NEPOMUCENO, 2018, p. 388).

Até mesmo os primeiros movimentos de resistência criados no início do século XX não tinham espaço para as mulheres negras. O discurso propagado pelas organizações e associações da época era o de que a mulher negra havia sido criada com a função maternal, para ser companheira do homem e que deveria cumprir tal missão.

Em 1931, com a criação da Frente Negra Brasileira (FNB), as mulheres começam a ser inseridas nos movimentos sociais, porém ainda sem voz ativa e com dedicação para o desenvolvimento de atividades recreativas e de assistência social. É, somente, no ano de 1950, que surge no Rio de Janeiro, o Conselho Nacional das Mulheres Negras. Criado por Maria de Lourdes do

Nascimento, este vai ser um dos movimentos sociais que dará início ao levante de pautas destinadas às mulheres negras, envolvendo temáticas relacionadas à educação, trabalho, cultura e poder econômico.

A invisibilidade da mulher negra e o reforço de estereótipos também vão fazer parte dos discursos divulgados junto aos meios de comunicação. Frases como “mulher branca é para casa, mulata para f..., negra para trabalhar”, como também a mídia voltando os olhos e ressaltando o corpo das mulheres negras, como algo a ser consumido, fez com que certos padrões fossem reproduzidos nas publicações da imprensa do século XIX e perpetuados nos anos seguintes. “Essas caracterizações conviveram durante muito tempo com a condição de alegoria da personagem negra, principalmente, a feminina, eternizada em papéis subalternos, desvinculada de laços familiares e destituída de história” (NEPOMUCENO, 2018, p. 404).

Ainda de acordo com a autora (2018), é somente em 1995, através de uma novela, que os brasileiros puderam acompanhar a trama de uma família negra de classe média, nas telas da televisão. O protagonismo de uma atriz negra aconteceu somente no ano de 1990, também em uma telenovela. Em relação à mídia impressa, somente no ano de 1996, a população pode conferir pessoas negras estampando uma das revistas veiculadas na época.

A edição de 1996 da *Raça Brasil* teve em sua capa negros e negras, sendo uma das edições mais vendidas no país. Em relação à publicidade, Nepomuceno (2018) destaca que esta é uma das áreas da comunicação que relutou em incorporar mulheres negras e homens negros em suas peças. A situação em relação aos encardes publicitários ainda é perceptível quando a temática se trata sobre a inserção de negros e negras nas publicações.

2.3 – A REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES EM REVISTAS E JORNAIS DO BRASIL

Como dito anteriormente, o século XIX é de transformações no Brasil. Enquanto a Europa e a América do Norte viviam momentos de revolução e industrialização, o Brasil ao longo desse centenário vai registrar a chegada da Família Real, a mudança de sede do governo, que até então estava instalada em Salvador, e é deslocada para o Rio de Janeiro. Há também uma transformação no ambiente urbano das cidades brasileiras, que passava a

receber mais os moradores dos espaços rurais, além de ser um momento em que o país começava a contar com as instalações de ferrovias, navegação a vapor. Em relação à imprensa, é no século XIX que ela nasce no país, a partir do lançamento, em Londres, do *Correio Braziliense*, e da criação da *Gazeta do Rio de Janeiro*, ambos periódicos veiculados em 1808.

De acordo com Dulcília Schroeder Buitoni (2009), o primeiro periódico dedicado às mulheres foi publicado em 1827, no Rio de Janeiro, e era chamado *O Espelho Diamantino*. Destinado às senhoras brasileiras, a publicação contou com a impressão de 14 edições e tinha periodicidade quinzenal. Dentre os assuntos abordados pela publicação estavam: “política, literatura, belas-artes, teatro e moda” (BUITONI, 2009, p. 32), sendo essa última temática mais presente nos periódicos dedicados às mulheres brasileiras.

Ainda conforme apresenta Buitoni (2009), a escolha pela temática da moda, nos jornais e revistas da época, se deve ao fato das reproduções de figuras que faziam referência às tendências europeias. O segundo periódico dedicado às mulheres brasileiras foi o *Correio das Modas*, publicado durante o período de 1839 a 1841, no Rio de Janeiro, que trazia em seu subtítulo a frase “Jornal critico e litterario das modas, bailes, theatros e etc” (BUITONI, 2009, p. 32). Além disso, a descrição também era traduzida em francês.

No ano de 1831, Recife ganha seu periódico feminino denominado *O espelho das Brasileiras*, o lançamento da publicação chegou inclusive a ser anunciado no jornal *Diário de Pernambuco*. Ainda no século XIX, surgem as ilustrações, sendo a primeira publicação datada no ano de 1860, com o lançamento da *Semana Illustradas*. Porém, o grande marco é a publicação da *Revista Illustrada*, em 1876, fundada por Angelo Agostin. A publicação alcançou 4 mil exemplares, sendo considerada, na época, a maior tiragem de uma revista ilustrada em toda América Latina.

Conforme apresenta Buitoni (2009), outros periódicos dedicados às mulheres vão sendo lançados ao longo do século XIX. São essas publicações, entre jornais e revistas, que vão contribuir para construir e reforçar as representações sobre as mulheres no Brasil, como também influenciar as novas publicações apresentadas no século XX e início do século XXI. Além disso, segundo June E. Habner (2018), a maioria dos jornais publicados

durante o século XIX tem homens como editores, situação essa que contribuía para que os principais temas abordados nos periódicos da época fossem moda e literatura sentimental, já que “as mulheres de classe alta seguiam as modas francesas com muito mais empenho do que no início do século, além de lerem mais romances”. (HABNER, 2018, p. 60-61).

Dentre os períodos destacados pela autora (2007), estão: *Jornal de Variedade* (1835); *Relator de Novellas* (1838); *Espelho das Bellas* (1841); *A Violeta*, *O Recreio das Bellas* e *O Brinco das Damas* (1849); *A Grinalda* (1849); *O Bello Sexo* (1850); *O Jasmim* e *A Esmeralda* (1850); *O Correio das Modas*, que posteriormente passou a se chamar *O Espelho Fluminense* (1843); *Jornal das Senhoras* (1852 – 1855); *A Camélia* (1854); *Recreio do Bello Sexo* (1856); *O Espelho* (1859 – 1860); *O Lírio* (1860); *A Primavera* (1861); *Bello-Sexo* (1862); *A Bella Fluminense* (1863- 1864); *O Jornal das Famílias* (1863 – 1878); *A Crisálida e a Borboleta* (1868); *O Domingo* (1873 – 1875); *O Sexo Feminino* (1875 – 1877); *Jornal das Moças* (1876) e *O Recreio das Moças* (1876 – 1877); *O Echo das Damas* (1879 – 1880); *A Estação* (1879 – 1904); *A Mãe da Família* (1879 – 1888); *A República das Moças* (1879); *Primavera* (1880); *O Beijo* (1881); *Echo das Damas* (1885 – 1888); *O Leque* (1886); *A Violeta* (1887); *O Sexo Feminino* (1887 – 1889); *A Pérola* (1889); *A Família* (1889 – 1897); *Jornal das Damas* (1890); *A Camélia* (1890); *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino* (1890 – 1896); *Revista das Modas* (1892); *O Mimo* (1896); *A Mensageira* (1897 – 1900); *O Ramilhete* (1898); *A Borboleta* (1898); *Álbum das Meninas* (1898); *O Beija-flor* (1899).

Além de jornais e periódicos dedicados às mulheres, muitas produções, conforme apresenta Norma Telles (2018), durante o século XIX foram produzidas por elas e para elas. As publicações, que tinham objetivos distintos, vão auxiliar na divulgação das publicações literárias produzidas por mulheres, falar sobre a importância da educação, a busca por direito, combate ao preconceito, como também defender a emancipação feminina, além de disseminar informações relacionadas ao voto, divórcio e elegibilidade da mulher.

De acordo com a autora (2018), dentre os jornais com mais tempo de duração está o *Carymbo*, que teve sua primeira edição lançada no Rio Grande do Sul, no ano de 1884. Ao todo, foram sessenta anos de publicações que

cobriram “qualquer aventura de mulheres brasileiras no campo das letras e nas várias profissões” (TELLES, 2018, p. 426). Em 1873, o jornal *O Sexo Feminino*, de autoria de Francisca Senhorinha da Mota Diniz, é lançado com a proposta de defender a presença da mulher e sua intelectualidade para “as ciências e a literatura, a filosofia ou a história, a química ou o que quer que fosse” (TELLES, 2018, p. 427). A escritora de *O Sexo Feminino* também vai reforçar em suas edições que para a mulher alcançar maior liberdade, também precisaria ter sua independência econômica.

Prisciliana Duarte de Almeida, segundo Telles (2018), lança em 1897 a revista *Mensagem*, que tinha a proposta de “levar ideias novas ao lar e, ao mesmo tempo, estabelecer entre as brasileiras uma simpatia espiritual pela comunhão dessas mesmas ideias” (TELLES, 2018, p. 427). É também junto à *Mensagem* que as escritoras do final do século XIX vão contar com espaços para divulgação de suas produções literárias. Dentre as mulheres que contribuíam com publicações estavam Júlia Lopes, Narcisa Amália e Josefina Álvares de Azevedo, que em seus textos abordavam a autonomia das mulheres, o voto feminino e a abolição do regime escravista. Ainda conforme apresenta Telles (2018),

esses periódicos, como outros da época, fizeram campanhas pela educação da mulher. Muitas vezes essas campanhas apareceram ligadas ao reforço do papel de mãe, de boa esposa, de dona de casa. No contexto, no entanto, a contribuição é valiosa e era importante enaltecer a mulher tanto dentro quanto fora de casa. Havia evidentemente diferenças de opiniões entre as articulistas, umas mais radicais, outras menos. A questão do voto feminino ainda não era tratada diretamente, mas os jornais contornavam noticiando amplamente lutas e conquistas em outros países. (TELLES, 2018, p. 427)

E dentre os periódicos que se destacavam entre os mais radicais estava o jornal *A Família*, fundado em 1888 pela escritora Josefina Álvares de Azevedo, que até então era uma das autoras que contribuía com as publicações na revista *Mensagem*. Segundo Telles (2018), Azevedo era “abolicionista, republicana e desenvolveu intensa campanha pela emancipação da mulher” (TELLES, 2018, p. 427). A escritora foi também responsável por defender em suas publicações o divórcio, o direito ao voto e a elegibilidade de mulheres. Para ela, não era admissível ter o homem como principal autoridade da família.

Ainda de acordo com Buitoni (2009), os jornais e revistas veiculados durante o século XIX eram, basicamente, definidos a partir de duas abordagens temáticas: tradicionais, ou seja, periódicos que defendiam discursos que engrandeciam as práticas domésticas, o casamento, maternidade e vida do lar, ou então progressistas, conforme descrito também por Telles (2018). Estes últimos carregavam textos e publicações que reivindicavam os direitos das mulheres, principalmente, com foco na área da educação. Além disso, a autora (2009) reforça que os jornais e revistas da época tinham curta duração, não mais que quatro páginas, além de apresentarem textos com caráter opinativo, ao invés de produções informativas.

Em relação ao início do século XX, Buitoni (2009) afirma que as práticas capitalistas também contribuíram para mudanças significativas na imprensa brasileira. Os jornais e revistas passaram a ser vistos como ambientes empresariais e que poderiam gerar lucro. A ideia da produção individual, não tem mais espaço nos grandes centros, sendo utilizado somente nos pequenas cidades.

Os grandes veículos é que se consolidaram. (...) começava o fenômeno de formação de público em níveis mais próximos dos de hoje. Mudavam-se as relações de produção. A política e a publicidade, agora com mais influência, a publicidade representavam fatores que interfeririam na comunicação jornal-leitores. Se o século XIX assistiu o nascimento e à vida efêmera de centenas de jornais, o século XX veria a redução do número de periódicos. Sobrevivem apenas alguns; da mesma forma funda-se um ou outro. (BUITONI, 2009, p. 47)

Virada do século e a imprensa já havia se apropriado dos moldes capitalistas. É a partir dos anos 1900, que a fotografia passa a ser utilizada pelos jornais. Em relação às revistas, a literatura passa a ver como oportunidade esse meio de divulgação. Nesse momento, se evidencia as publicações de crônicas, críticas literárias, por exemplo, assinadas por escritores da época, como Olavo Bilac, José Verissimo, Coelho Neto, Euclides da Cunha.

A aproximação da literatura com a imprensa contribuiu para que os jornais voltassem seu foco para a informação. Em 1900, ainda surgiam pequenos periódicos. Um deles, o *Voz Feminina*, dedicava suas publicações às reivindicações de direito ao voto para mulheres. Nesse mesmo período, com a ascensão do setor têxtil no Brasil, as mulheres passam a ser mão de obra da

indústria. Como operárias no século XX, elas vão passar pelo processo de exploração, semelhante ao vivenciado pelas mulheres do século XIX na França, Inglaterra e Estados Unidos. Condições precárias de trabalho, abusos e violência vão direcionar o início dos movimentos trabalhistas no país. Um dos jornais veiculados na época e criado por mulheres é o *Terra Livre*, que contava com publicações que reivindicavam melhorias.

O fato é que as publicações ligadas aos movimentos trabalhistas ainda eram minoria no início do século XX. As publicações impressas desse período continuavam traçando a mulher como o ser da passividade, do amor, do sentimentalismo, da arte e da natureza. Elas eram vistas como “um ser abstrato, incorpóreo, não personificado. Não se trata da mulher pessoa de carne e osso, e sim de uma metade ideal do gênero humano” (BUITONI, 2009, p. 55).

Mesmo com os avanços já presentes no ambiente comunicacional do Brasil, até a década de 1910, as mulheres ainda não contavam com um periódico exclusivo para elas. Publicada em 1914, a *Revista Feminina* concentrava seus textos e gravuras sobre temáticas como: literatura, culinária, moda beleza, mas também abordava os direitos femininos. Nesse período também se intensificam os movimentos de mulheres por direitos políticos. A pauta sobre o voto feminino contribui para que o movimento sufragista fosse se firmando no Brasil. Em 1918, outra revista feminina surge no cenário brasileiro.

A *Revista da Semana* tem seu início comemorando o fim da Primeira Guerra, em 1918, e sua principal característica é a presença de terminologias francesas, como também a exaltação da moda da França. É importante destacar que os discursos produzidos no início do século XX não consideram as mulheres negras e operárias, por exemplo, como pertencentes ao conceito de mulher. Tal situação segue sendo característica da imprensa feminina brasileira durante muitos anos no século XX.

O enaltecimento à cultura europeia continua presente na década que compõe os anos de 1920. Segundo Buitoni (2009), o movimento pela “cultura” no país se fortalece e a imprensa começa a ganhar uma nova característica. As publicações diárias são intensificadas e surgem jornais, como *O Globo* (1925), além dos impressos pertencentes ao grupo que será criado por Assis Chateaubriand. Surgem ainda as revistas com conteúdo erótico. Dentre elas

Shimmy (1925 – 1928) e *Frou-Frou* (1923 – 1935), que traziam textos e ilustrações sobre mulheres. Com a era moderna sendo exaltada pela burguesia brasileira, os periódicos se viram obrigados a apresentar editoriais mais sofisticados. Conforme apresenta a autora (2009), surge a revista *Paulistana* que trazia indicações de “artes-modas-sociedade-theatro-cinema-sports” (BUITONI, 2009, p. 66).

Os discursos que reivindicavam direitos legais e sociais às mulheres também aparecem nas publicações da década de 1920. A revista *Renascença*, que circulou entre os meses de fevereiro a julho de 1923, abordava textos que destacam termos como direito à educação, ciência, o movimento operário e o trabalho da mulher. A ideia da publicação era relacionar a mulher a seus direitos e a um futuro, mas

embora tentando ligar a mulher ao mundo material, tratando de sua educação, de sua saúde, de seus direitos, do trabalho feminino, de sua conscientização, de sua informação, do contato com o mundo proletário, é ainda uma mulher etérea, cultivadora de valores espirituais, o modelo proposto (BUITONI, 2009, p. 77).

Em se tratando das temáticas que pautavam os periódicos do século XX brasileiro, nos anos da década de 1930 elas vão sofrer mudanças. Enquanto os textos se aproximavam de uma linguagem mais literária até a década de 1920, na virada desse período, as publicações destinadas às mulheres passam a contar com características jornalísticas.

Outro ponto de distinção, conforme Buitoni (2009), são as críticas à burguesia e a inserção da mulher como personagem dos textos publicados. Dentre os destaques apresentados pela autora (2009) está a edição 105 da revista *Cigarra*, publicada no mês de março de 1932 – ano também em que as mulheres conquistaram o direito ao voto - um texto intitulado “Quadros de todo dia”.

Em um misto de texto literário e jornalístico, com a presença de entrevista, o material tem como foco uma mulher negra chamada Iracema Penteadado, que trabalhava como jornalista. Além da adjetivação excessiva no decorrer do texto, a comparação entre a personagem da publicação e a personagem literária de José de Alencar é outro fator expressivo e que reforça o estereótipo da mulher negra, que vai ser aquela que continuará a margem,

longe de ser incluída como parte da sociedade e naturalizada como oposição da mulher ideal.

Segundo Buitoni (2009), mesmo em meio às problemáticas discursivas e representativas, a publicação veiculada na revista *Cigarra* é um importante registro a ser feito em relação ao histórico da imprensa feminina no Brasil, pois além de ter a mulher como personagem em uma publicação, a linguagem abordada no texto também começa a ter características jornalísticas. Também na década de 1930 vão circular publicações feitas por mulheres negras. O jornal *O Clarim D'Alvorada*, que foi editado durante os anos de 1929 a 1940, procurava valorizar as mulheres negras e através de textos incentivadores fomentava que elas buscassem, por meio da educação, se instruir para

romper com o lugar estigmatizado e subalterno ocupado por elas no mercado de trabalho. No mesmo o *Clarim D'Alvorada*, em 1935, Eunice Cunha, uma das lideranças negras da época, conclamava a suas congêneres que 'se movessem' para fugir do único lugar que a sociedade parecia lhes destinar (NEPOMUCENO, 2018, p. 390).

Outro jornal da época é o *A Voz da Raça*, que era considerado o órgão oficial da Frente Negra Brasileira (FNB). As publicações, que eram escritas por mulheres negras responsáveis pelos setores de atividades recreativas e assistência social do movimento, reproduziam estereótipos que reforçavam que a mulher tinha seu valor a partir do papel desempenhado como esposa e mãe, mas fizeram com que, através de seus discursos publicados no *A Voz da Raça*, elas definissem “um lugar específico dentro de uma das mais importantes organizações negras da história do Brasil” (NEPOMUCENO, 2018, p. 398). É ainda nesse início do século XX, conforme explica Nepomuceno (2018), que vão surgir, simultaneamente, inúmeras outras publicações editadas por negros e negras e que tinham o objetivo de abordar questões que estivessem relacionadas à comunidade negra da época. A maioria dos periódicos que surgem durante esse período está concentrada no estado de São Paulo.

Já as publicações datadas entre os anos 1940 a 1949 vão ser influenciadas pelas produções do cinema hollywoodiano. O corpo da mulher, as roupas do momento, o corte de cabelo que é sucesso entre as artistas, as regras de etiqueta para as jovens debutantes, são os temas que vão estampar as páginas das revistas femininas e dos jornais que trazem informações para as mulheres do Brasil.

Os textos também vão abordar temáticas sentimentais, sendo a mulher inserida como o ser que deve estar disposto a se enquadrar nos padrões propostos, para alcançar a felicidade em forma de relacionamento conjugal. Outra característica da época, segundo Buitoni (2009), é a influência de textos e imagens para a construção de um padrão de beleza e rótulos para a felicidade. As descrições publicadas nas revistas e matérias de jornais favoreciam a construção dos estereótipos.

As imagens da mulher encontram-se nesses modelos. Toda uma ideologia do papel feminino está em cada um dos tipos propostos. O padrão de beleza apresentado, apesar de subdividido (...) é um só: o da mulher branca, de “pele-fina” (...), bem proporcionada, cabelo e olhos bonitos. (...) Todas as características físicas, portanto, pertencem à americana ou europeia clara. Cabelos loiros e olhos azuis também aparecem; se os cabelos são morenos são “sedosos e finos”. Então, além de apresentar modelos estrangeiros, há toda uma idealização da beleza. A mulher tem estrutura boa ou é alta (a deslumbrante) nunca é “baixa”: “é pequena”, sempre bem-proporcionada (BUITONI, 2009, p. 95).

Como apresentado pela autora (2009), é nítido a construção de um discurso opositor, em relação às publicações destinadas às mulheres, visto que ao reforçar determinadas características como sendo ideais, subentende-se que o oposto não é válido, deve ser descartado e não terá sucesso. A imprensa feminina no Brasil, na década de 1940, vai continuar reforçando a exclusão da mulher negra através das temáticas que vão enfatizar o corpo, a pele, o cabelo e a cor da mulher branca como sendo sinônimos de felicidade e beleza.

A década de 1950, também conhecida como Anos Dourados no Brasil, é outro momento de destaque junto à imprensa feminina brasileira. Os periódicos vão ganhando nova roupagem e surgem as fotonovelas, que são textos que vão exaltar o amor romântico. As imagens passam a ser publicadas acompanhadas de frases, deixando de ser apenas ilustrações. Essa é a década em que o colunismo social desponta e a televisão contribui para a construção dos novos ídolos no país. Uma das revistas de destaque desse período é a *Capricho*. Anunciada como a revista da mulher moderna, ela vem reforçar o discurso da mulher como garota jovem, além de destacar o “amor verdadeiro”, como sendo a única finalidade para a vida da mulher e ainda fortalecendo o discurso de que o querer dos homens deve ser entendido como finalidade para a construção do relacionamento feliz.

A mulher é chamada para trabalhar fora; mas é chamada com mais força ainda para ficar em casa. Resumindo: por trás de toda a apologia do amor, o que sobra é um conformismo alimentado por milhares de histórias construídas exatamente dentro do mesmo esquema. (...) a mulher deve até mudar de personalidade para arranjar um namorado. E, no fundo, a busca da própria identidade só tem um motivo: a conquista. Não é o desenvolvimento da mulher como ser humano; não, sendo ela mesma será mais fácil prender um homem. Resultado: a mulher precisa adaptar-se de algum modo – não é a criatividade pessoas que se requer. (BUIIONI, 2009, p. 103).

A década de 1960 vem despontar como sendo o período do consumo pelas mulheres. Com a publicidade já integrando as publicações em revistas e jornais, as produções textuais e escolhas de imagens também vão estar relacionadas aos produtos anunciados. É durante esse momento que o Brasil também passa pelo Regime Militar e a imprensa vai sofrer com as atitudes de censura, mas também apresentará ações de resistência. Porém, no que se refere às produções dedicadas às mulheres, um dos destaques da época é a revista *Claudia*. Considerada como um periódico que “tem por trás o consumo emergente nas cidades” (BUIIONI, 2009, p. 105), *Claudia* vai se destinar às mulheres de classe média, consideradas como propensas clientes dos anúncios veiculados. Assim, para ampliar as pautas desenvolvidas para as páginas da revista, vão surgir publicações desde “consultas jurídicas a cuidados com o cachorro, passando por reportagens sobre assuntos de saúde, contos, orçamento doméstico e assim por diante” (BUIIONI, 2009, p. 105).

A década de 1970 é marcada pela especialização da imprensa. No Brasil, os periódicos aderem à realização de pesquisas para compreender melhor as necessidades do público e, principalmente, as revistas passam a ser um produto industrial. A partir da diversidade de opinião e interesses, a imprensa também passa a produzir periódicos destinados a áreas específicas, como: moda, beleza, decoração, culinária, dentre outras temáticas. Também nessa época, as pautas feministas entram em voga. Em 1975, por exemplo, conforme apresenta Joana Maria Pedro (2018), é publicada a primeira edição do jornal *Brasil Mulher*, que tinha Joana Lopes como editora e que no ano de 1976 vai trazer em sua segunda edição a palavra feminismo. Segundo a autora (2018), o *Brasil Mulher* tinha como foco a luta contra a ditadura e se manteve em circulação, mesmo de forma irregular, até o ano de 1980. Outros jornais semelhantes, também publicados durante os anos de 1970 e 1980 foram *Nós*

Mulheres, Mulher Liberta Mulher, Mulherio e Chana Com Chana, segundo Pedro (2018).

Pesquisas, junto a universidades, passam a ser feitas, incluindo temáticas sobre gênero, mas, de acordo com a obra de Buitoni (2009), a década de 1970 é destacável por uma temática: o sexo. Revistas gerais, masculinas e femininas vão trazer em suas páginas, publicações que vão falar sobre assuntos relacionados ao sexo. Nas produções destinadas às mulheres, inicialmente, o tema era tratado de forma ponderada e em algumas revistas, sequer, a abordagem do assunto era veiculada. Em relação aos estereótipos estruturados nas décadas anteriores, os mesmos ainda são mantidos nas publicações, porém outras abordagens são anexadas às mulheres belas da época: “sexo, prazer e consumo sofisticado. A revista é dirigida à mulher mais adulta, mais liberada e independente, não necessariamente casada” (BUITONI, 2009, p. 118). Porém, mesmo sem apontar o estado civil e destacar o discurso de mulher livre, os textos vão continuar reforçando a ideia de que mesmo sendo uma mulher mais consciente, independente e liberta, ela terá como consequências conflitos amorosos, o desinteresse do homem para a concretização de um relacionamento, como também a propagação de que as mulheres precisam estar “bonitas, bem-vestidas, bem maquiadas, roupas provocantes” (BUITONI, 2009, p. 122).

A década de 1980 no Brasil é marcada por movimentos políticos e econômicos que vão contribuir para a produção jornalística nos jornais e periódicos, como a ocorrência das Diretas Já e da inserção de assuntos ambientais. As reivindicações feministas seguem em ascensão, assim como também são criadas organizações que vão, inicialmente, trabalhar com a defesa das mulheres. Porém, “esse universo de intervenção foi expandido com temáticas que associam sexualidade questões de classe, raça, gênero e identidade, bem como a diversidade e orientação sexual” (BUITONI, 2009, p. 129).

A autora (2009) destaca o aumento do número de mulheres no mercado de trabalho, como também no campo universitário e na política. A mulher da década de 1980 conquista espaço, mas quer mais. A imprensa feminina dos anos de 1980 é marcada pela presença das adolescentes. Revistas são direcionadas ao público mais jovem trazendo temáticas como gravidez, sexo,

doenças sexualmente transmissíveis, por exemplo. Os textos estão mais próximos do público, ou seja, os títulos, subtítulos e publicações trazem a conjugação para primeira pessoa.

A beleza continua sendo pauta da imprensa feminina no Brasil, tendo nesse período a realização de procedimentos estéticos como solução para se alcançar o corpo perfeito e a beleza. As imagens que passam a estampar as publicações da década de 1980 vão apresentar a diversidade étnica do país. As mulheres negras aparecem nas revistas femininas. Vão ser personagens de entrevistas, serão ouvidas para a produção dos materiais jornalísticos, mas o discurso dessas mulheres, ao abordar como temática a beleza, será o de negação de seus corpos e cor. A referência de beleza para as mulheres negras estará pautada nas publicações feitas ao longo de todas as décadas passadas, período em que ideal era a cor branca, o cabelo liso, o corpo estético.

Em uma crescente de novas revistas circulando no mercado brasileiro, a década de 1990 é marcada por publicações cada vez mais segmentadas e em áreas diversas, como: turismo, gastronomia, veículos e motocicletas, informática, games, negócios. A imprensa do final do século XX é marcada pelo *boom* de informações divulgadas sobre as celebridades, incluindo, nesse momento histórico, o surgimento de revistas que vão abordar esse tema. É o caso de *Caras*, *TiTiTi*, *Viva! Mais* e *Ana Maria*, sendo que as duas últimas vão trazer ainda o resumo semanal das novelas, dicas de beleza, além de encartes com receitas culinárias.

Nos anos de 1990, a imprensa estava com os olhos voltados ao mercado, sendo as revistas femininas um meio para que fosse reforçada “a sociedade do consumo. E nesse sentido, o corpo assume o posto de elemento essencial na construção da imagem das pessoas” (BUITONI, 2009, p. 141). Segura de si e *sexy*, a mulher da década de 1990 vai estampar as campanhas e publicações sobre a prevenção. Dentre os temas mais discutidos durante esse momento no Brasil está o uso da camisinha. O objetivo é intensificar ainda mais “o discurso sobre controle de natalidade, relações sexuais, Aids, gravidez, aborto” (BUITONI, 2009, p. 147).

Assim, ao nos apresentar um histórico sobre a imprensa feminina no Brasil, Buitoni (2009), Pedro (2018) e Nepomuceno (2018) vão destacar que, ao longo do século XX, os periódicos destinados às mulheres, em sua maioria,

estavam sempre pautados nas novidades ao invés de direcionar os textos e demais publicações para temáticas que abordassem a atualidade da época. As temáticas, conforme vão descrever Buitoni (2009), Pedro (2018) e Nepomuceno (2018), também vão contribuir para a construção de representações sobre o corpo da mulher, a carreira, a vida sentimental e social.

Além disso, a imprensa feminina no Brasil do século XX também vai continuar sendo elitista, tendo como foco apenas a burguesia e os corpos brancos estampados em suas publicações. A mulher negra permanecerá em mais um século à margem da sociedade e das edições nos veículos de comunicação, que também vão ser responsáveis por estipular o que é beleza, quais os discursos devem ser veiculados, como também vão reforçar estereótipos, práticas racistas, preconceituosas, violentas e de exclusão.

De acordo com Carla Bassanezi Pinsky (2018), esses discursos vão estar relacionados à diferença econômica e social também irão contribuir para a disseminação de representações e preconceitos raciais. Porém é importante frisar que, em diversos momentos do século XX, a mulher negra se fez resistência perante as divulgações estereotipadas da imprensa feminina, como também contrapôs os discursos impostos pelos veículos de comunicação, através da criação, edição e divulgação de novos jornais e revistas, que tinham a proposta de trazer a mulher negra e suas reivindicações para o protagonismo das publicações.

Em se tratando do silenciamento da mulher negra na imprensa brasileira, Buitoni (2009), nos faz ampliar as reflexões sobre os perigos de se ter uma narrativa única que é sempre disseminada sobre determinadas pessoas, sociedades, culturas. Segundo a autora (2009), a imprensa feminina entre os séculos XIX e XX não terá um viés informativo. O seu foco será traçar um referencial, ou seja, os jornais, revistas e demais publicações vão contribuir para um processo de convencimento, de se dizer como a mulher (branca) deve ser, através do que é escrito e publicado pelos meios de comunicação.

A imprensa feminina costuma se articular em torno de papéis e só de alguns papéis. Opinativo, normativo, didático, dissertativo, tal discurso não poderia versar sobre mulheres determinadas, individualizadas, com nome, profissão, personalidade própria. Os papéis apresentados pertencem à mulher/condição feminina, à mulher genérica, sem tempo, espaço nem classe. É apenas a mulher moderna, feliz em cumprir seus papéis predeterminados com a ajuda dos bens que a civilização proporciona. (BUITONI, 2009, p. 209).

E se para a mulher branca, a imprensa vive de fomentar ilusões, conforme descreve Buitoni (2009), para a mulher negra as publicações serão ainda mais devastadoras, pois em raros momentos essa mulher irá se perceber nos discursos disseminados pela imprensa feminina dos séculos XIX e XX, quando não será excluída deles. A autora (2009) explica que, enquanto a branca é apresentada como destaque, a mulher negra será aquela que não serve, que é diferente ou que terá seu espaço já pré-determinado de ser/estar. “Num país de mestiços, a negra raramente surge em revistas femininas, a não ser como manequim exótico” (BUITONI, 2009, p. 209). E será por meio de discursos que reforçam o exótico, que as mulheres negras serão representadas através de estereótipos segregadores, fazendo com que o silenciamento das vozes negras na imprensa feminina seja perpetuado ao longo dos séculos, já que será o outro o responsável por dizer quem e como ela é/está.

Nesse sentido, a obra de Chimamanda Ngozi Adichie (2019), que expõe relatos pessoais, que antes de integrarem seu livro foram apresentados em uma palestra, vem nos mostrar a problemática de termos somente uma única versão. Segundo a autora (2019), “a história única cria estereótipos, e os problemas com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história” (ADICHIE, 2019, p. 26). Ainda nesse sentido, Adichie (2019) ressalta que a disseminação do discurso único vai fomentar a exclusão e ausência de representatividade, fazendo com que aqueles que não pertençam ao chamado discurso ideal, continuem não se reconhecendo e sendo rejeitados, discriminados e violentados.

Assim, ao refletirmos sobre a obra de Adichie (2019), é possível compreender também o silenciamento das mulheres negras como sendo história única, ao levarmos em consideração os registros da imprensa feminina durante os séculos XIX e XX. Foram anos em que a maioria dos jornais e revistas priorizou o apagamento das mulheres negras e contribuiu para a formação de representações pautadas em diferenças, que foram formuladas diante de discursos dominantes, violentos e de exclusão.

CAPÍTULO 3 – AS REPRESENTAÇÕES SOBRE AS MULHERES NEGRAS PUBLICADAS NA COLUNA CULTURA 20

Com a coleta de dados e base teórica constituída nos capítulos 1 e 2, pretendo, nessa fase do trabalho, ampliar as discussões relacionadas às representações sobre as mulheres negras descritas nos textos publicados na coluna *Cultura 20*, do jornal *Página 20*, durante o período de julho de 1996 a outubro de 1999.

Porém, antes de iniciar as reflexões propostas para essa fase da dissertação, é válido destacar o caminho percorrido para que o *corpus* fosse voltado às mulheres negras da coluna *Cultura 20*. Como descrito na introdução da dissertação, o trabalho usa como metodologia não apenas a pesquisa bibliográfica, mas também a análise documental. A proposta de fazer uso desse método se deve às múltiplas possibilidades de trabalho com o material coletado. Conforme apresenta Sonia Virgínia Moreira (2005), a análise documental é “muito mais que localizar, identificar, organizar e avaliar textos, som e imagem, funciona como expediente eficaz para contextualizar fatos, situações, momentos” (MOREIRA, 2005, p. 276).

Dessa forma, seguindo os percursos propostos pela análise documental, iniciei a coleta do material após ter acesso ao acervo do *Página 20*. Durante o período de pesquisa, as publicações do jornal se encontravam armazenadas em uma das salas da antiga sede do veículo de comunicação, que fica localizada na rua Antônio Monteiro, no bairro Ipase, em Rio Branco. As edições estavam encadernadas e concentradas, em sua maioria, mês a mês. Devido a esse modelo de armazenamento, a reunião do material foi feita de forma mais ágil, durante o período de 01 a 19 de junho de 2019. O registro das edições foi realizado por meio de fotografia digital e totalizou 40 meses de publicações, o que resultou na coleta de 693 edições da coluna *Cultura 20*.

Em posse das edições, durante o processo de organização do material – arquivado digitalmente e nomeado conforme dia, mês e ano da publicação – foi possível observar mudanças editoriais e visuais durante o período em que a coluna *Cultura 20* esteve vigente no jornal, assim como também a seleção de temáticas e espaços dados para determinadas pautas em detrimento de outras. É, então, a partir dessa análise que o direcionamento da dissertação começa a ganhar corpo. A organização do material e leitura inicial de títulos, legendas,

textos e imagens, também contribuíram para reforçar a construção do *corpus* da pesquisa. Conforme já descrito na Introdução dessa dissertação, para que pudesse chegar ao final dos seis textos a serem analisados, desenvolvi duas etapas de seleção, sendo que na primeira fase foram considerados somente publicações que tivessem títulos e subtítulos com nomes próprios femininos, frases entre aspas de autoria de mulheres, além de títulos e subtítulos dos textos publicados que apresentassem as palavras mulher(es), índia(s), negra(s), ou ainda termos que fizessem referência ao feminino.

Já no segundo momento de seleção, foram excluídas frases, fotos legendadas, poemas, contos, dentro outros tipos de textos que não fossem assinados pelo autor da *Cultura 20*, como também trechos de livros e materiais de outros jornais publicados nas páginas destinadas coluna. Após as duas fases seletivas foi possível chegar ao total de 87 edições e 132 textos assinados que tinham as mulheres como temática central.

Se calcularmos, é possível chegar a um total de 87,4% a menos de edições, se compararmos com a quantidade de material coletado inicialmente – 693 edições. Essa redução de textos que têm a mulheres como tema central já nos permite um questionamento: por que elas são suprimidas de uma coluna que aborda temáticas sobre os aspectos culturais da cidade de Rio Branco?

Os estudos de Sandra Azerêdo (2011) explicam que o significado da palavra mulher tem apresentado mudanças lentas, pois as relações de poder e, principalmente, de desigualdade entre homens e mulheres, contribuem para que o outro continue significando e dando sentido ao que é (ser) mulher. A autora (2011) também reforça, que ao mesmo tempo em que o significado de mulher está vinculado a conceituação que o outro faz, essa definição não vai ser um processo neutro, mas um caminho envolto de lutas, resistências e desconstrução de discursos.

Para concentrar os estudos nas publicações voltadas às mulheres negras, novamente, realizei a leitura dos materiais já selecionados. A ideia era buscar, junto às 87 edições, os termos “preta”, “negra” e “morena”, visto que estão relacionados às políticas de pele, conforme descreve Grada Kilomba (2019), e também vinculados à representação das mulheres negras em relação à sua cor e raça.

Com isso, é importante ressaltar que tais termos estão vinculados a discursos históricos e culturais que envolvem, principalmente, o tema da raça. Conforme explica Lilia Moritz Schwarcz (2012), mesmo que raça seja uma temática complexa e de ampla discussão, é importante que essa seja compreendida como uma construção social e histórica de discursos. É nesse sentido que a autora (2012) reforça que raça pode também ser percebida como um “marcador social de diferença – ao lado de categorias como gênero, classe, região e idade, que se relacionam e retroalimentam – a construir hierarquias e delimitar discriminações” (SCHWARCZ, 2012, p. 34).

E pensando nesse sentido, que a aplicação dos termos “preta”, “negra” e “morena”, utilizados de forma isolada para a seleção dos textos que iriam compor o *corpus* da pesquisa, contribuíram para que eu pudesse ampliar a minha compreensão sobre raça e cor, como também entender que as “categorias, articuladas em um sistema classificatório, reguladas por convenções e normas e materializadas em corpos e coletividades, não adquirem seu sentido e eficácia isoladamente” (SCHWARCZ, 2012, p. 34), ou seja, por mais que o tema da raça possa estar vinculado a definições convencionais e reguladoras, se faz necessário que esse seja compreendido como

uma construção local, histórica e cultural, que tanto pertence à ordem das representações sociais – assim como o são fantasias, mitos e ideologias – como exercem influência real no mundo, por meio da produção e reprodução de identidades coletivas e de hierarquias sociais politicamente poderosas (SCHWARCZ, 2012, p. 34).

Dessa forma, a partir da compreensão de que os termos de uma língua não são constituídos por si só, ou seja, estes vão carregar em si convenções históricas, culturais e sociais, é preciso entender que as palavras “preta”, “negra” e “morena” estão carregadas de significados e representações que, historicamente, têm vínculo com uma “dimensão política de criar, fixar e perpetuar relações de poder e de violência, pois cada palavra que usamos define o lugar de uma identidade” (KILOMBA, 2019, p. 14). Assim, é importante discorrer sobre os termos selecionados para compor o processo de categorização do *corpus*.

Segundo Kilomba (2019), o termo negra, (*Black*, em inglês), está vinculado a movimentos de consciencialização e suas políticas identitárias, que

vão lutar para que as representações coloniais impostas à população negra sejam desvinculadas de tal terminologia. Segundo ela, negra/o vai ser um “termo de autodefinição, com uma história de resistência e de luta pela igualdade, afastando-se assim duplamente da nomenclatura colonial” (KILOMBA, 2019, p. 17).

Em português, o termo negra também vai estar vinculado a um processo de resistência e desconstrução, mas ainda estará “invariavelmente ancorado na terminologia colonial e, por isso, intimamente ligado a uma história de violência e desumanização” (KILOMBA, 2019, p. 17). Ainda na língua portuguesa, Kilomba (2019) vai nos explicar que o termo preta, utilizado historicamente para representar a inferiorização, segregação, objetificação e também como insulto ao outro, estará vinculado ao racismo.

A autora não faz referência à palavra morena, porém destaca termos semelhantes a esse, como mestiça e mulata, que, segundo ela, vão ter a função de inferiorizar a identidade da pessoa negra, e que estarão ligados ao processo de branqueamento e hierarquização. Para a estudiosa do tema, a utilização dessa palavra vai estar relacionada a um discurso que pretende romantizar narrativas coloniais de violência, exclusão e abuso.

Essa romantização é uma forma comum da narrativa colonial, que transforma as relações de poder e abuso sexual, muitas vezes praticadas contra a mulher negra, em gloriosas conquistas sexuais, que resultam num novo corpo exótico, e ainda mais desejável (KILOMBA, 2019, p. 19).

A partir dessa compreensão, foi possível chegar a um total de seis textos [Maria Preta; Não vote em branco, vote em preto; Oito de março – Haverá sempre um nome de mulher; Danah Costa – A musa dos Paralamas; Essa mulher seringueira; Marina, essa seringueira mulher; e “O Acre é doce e amargo”] selecionados e que trouxeram informações, que ao serem relacionadas, contribuíram para que a pesquisa estivesse pautada em discussões que são apresentadas ao longo do terceiro capítulo e abordam temáticas sobre as identidades impostas, o branqueamento e a sexualização das mulheres retratadas nas publicações da coluna *Cultura 20*, assim como também aos espaços ocupados e destinados a essas mulheres negras.

Dessa forma, para subsidiar as construções propostas para esse capítulo, além da utilização bibliográfica dos autores já apresentados nos

capítulos 1 e 2, também irão compor as reflexões resultantes da análise documental, as obras de Frantz Fanon (2008), Djamila Ribeiro (2017), Sandra Azerêdo (2011), Lilia Moritz Schwarcz (2012), Grada Kilomba (2019), Chimamanda Ngozi Adichie (2019).

3.1 – DO INÍCIO AO FIM DA COLUNA CULTURA 20

A primeira edição do jornal *Página 20*, que ficou conhecido como “O galinho bom de briga”, circulou pela primeira vez na capital acreana no dia 05 de março de 1995. O periódico, que inicialmente tinha veiculação semanal, foi criado com a intenção de promover os candidatos políticos da Frente Popular do Acre (FPA), que incluía nesse contexto pessoas filiadas ao Partido dos Trabalhadores (PT). Com isso, o *Página 20* entra em circulação com a intenção de popularizar e viabilizar

as candidaturas da FPA para o pleito municipal seguinte, o de 1996, visando especialmente a prefeitura de Rio Branco. A mesma tática é repetida em 1998, na eleição que deu ao PT o governo do Estado. Trata-se, portanto, de estratégia inversa àquela adotada por A Tribuna. Tal como A Gazeta e O Rio Branco, o *Página 20* tinha projeto político delineado, que defendia por meio da exposição de notícias (NASCIMENTO, 2012, p. 142).

No ano de 1996, o jornal deixa de ter veiculação semanal e as edições passam a ser publicadas diariamente, sempre de terça-feira a domingo. É também no ano de 1996 que a coluna *Cultura 20* começa a ser publicada. A primeira edição foi veiculada no dia 02 de julho de 1996, com textos que levavam os seguintes títulos: “O inquieto bicho que faz arte”, “O poeta molha a camisa abrindo valetas”, “A arte imortal de Tião Natureza” e “A borracha liga o passado ao presente”.

Os materiais veiculados nesse período na *Cultura 20*, semelhante aos textos citados anteriormente, eram publicados em página dupla, com frequência nas páginas 10 e 11 do jornal. Além disso, a coluna contava com identificação diferenciada dos demais cadernos publicados diariamente no periódico, sendo que durante seu período de divulgação no *Página 20* (julho de 1996 a outubro de 1999), contou com duas alterações de identificação – em 08 de agosto de 1997 e, posteriormente, em 09 de agosto de 1998.

Outra alteração é o uso de cores na coluna. Enquanto ela era divulgada nas páginas 10 e 11 do jornal, os textos e imagens eram impressos no padrão de cores preto e branco. Somente, a partir de agosto de 1998, quando a *Cultura 20* passa a ocupar a última página do jornal, é que começa a ter o seu cabeçalho colorido, como também acontecia com a capa do *Página 20*. Essa alteração perdurou até maio de 1999, quando o jornal volta a ser impresso no padrão de cores em preto e branco.

As publicações da coluna *Cultura 20* seguiam a periodicidade do jornal, que contava com edições de terça-feira a domingo. Porém, é válido destacar que durante a coleta do material para a pesquisa foi possível perceber que em determinados períodos, durante a vigência da coluna no *Página 20*, foram apresentadas irregularidades em relação às publicações das edições, tendo meses em que a coluna chegou a ter menos que 15 edições publicadas. O caso mais perceptível em relação a essa irregularidade aconteceu em julho de 1998, que contou com apenas uma publicação da *Cultura 20* ao longo de todo o mês.

Outra característica da coluna é a diversidade de temáticas abordadas em seus textos. As edições destacavam temas envolvendo exposições artísticas, peças de teatro e shows musicais, até a divulgação de práticas esportivas, os processos eleitorais, com a publicação de matérias sobre candidatos políticos, além de materiais com características opinativas sobre os rios, o período de chuvas no Acre, a presença de crianças, mulheres e homens indígenas nas ruas da capital acreana, assim como também homenagens póstumas a profissionais que faziam parte do cenário artístico rio-branquense. Durante o período de julho de 1996 a outubro de 1999 [40 meses em circulação], os leitores do *Página 20* contaram com 693 edições da *Cultura 20*.

O último mês da coluna no jornal *Página 20* também apresentou irregularidade em sua publicação. Foram somente três edições veiculadas e o fim da coluna *Cultura 20*, no dia 06 de novembro de 1999, foi com um texto assinado por Frei Betto, intitulado “E-mail é mal”. No dia 08 de outubro de 1999, os leitores do *Página 20* já eram apresentados a um novo caderno denominado *Cultura*, que estreou com o texto “Referência da cultura negra”.

3.2 – “ATÍPICA E FOLCLÓRICA” X “MULHER DE VERDADE”: AS IDENTIDADES DESCRITAS SOBRE AS MULHERES NEGRAS NA COLUNA CULTURA 20

Como apresentado na Introdução deste trabalho, trechos do texto “Maria Preta”, lidos durante a coleta do material para a pesquisa, foram os que me fizeram direcionar as discussões da dissertação, antes focadas em estudar o jornalismo cultural, para as representações das mulheres negras descritas na coluna *Cultura 20*, publicada no jornal *Página 20*, durante o período de julho de 1996 e outubro de 1999. É a partir desse texto que dou início às minhas reflexões, que estão pautadas pela pesquisa bibliográfica e análise documental realizada junto às edições do *Página 20* e que foram selecionadas para esse trabalho acadêmico.

A edição que apresenta Maria Zulmira da Silva, que no texto é identificada como Maria Preta, foi publicada no dia 11 de setembro de 1996. O material, que está disposto nas páginas 10 e 11 do jornal *Página 20*, conta com dois títulos: “Maria Preta” e “Não vote em branco, vote em preto”. A seguir, apresento na íntegra o material publicado:

Maria Preta

A capital acreana, assim como as demais cidades brasileiras, vive seu clima de pré-eleições. os [sic] candidatos mostram-se populares nas suas falas e propostas. Uns são progressistas, outros folclóricos, outros ainda, mesmo não tendo recursos financeiros para levar em frente suas campanhas, são preferidos pela população por suas fraquezas de gestos e palavras, suas simpatias próprias e suas propostas simples e honestas de trabalhar para o bem comum, coisa rara nestes tempos modernos, ásperos e individualistas do homem ser e estar.

Em toda e qualquer eleição existem os candidatos atípicos e folclóricos que se destacam dos demais por suas posturas “estranhas” perante a política partidária, formas de vida e propostas diferentes das ditas normais. Estes candidatos fazem parte da cultura popular das eleições e, mesmo se não forem eleitos [sic], são animadores do povo, são as vozes que ecoam diferentes das demais. Isso justifica suas candidaturas.

Mas as eleições aproximam-se e a expectativa [sic] é geral. A população espera ansiosa para exercer o seu sagrado direito de cidadania. Votar é delegar poderes aos homens. todos [sic] fazem parte deste jogo político que distingue o ser dito racional das outras espécies. E o nosso folclore político? Como andam os candidatos atípicos das eleições desta terra cercada por rios e florestas? Em Rio Branco, entre outros candidatos a “vereança”, destacam-se Roberto Carlos do Palheiral, Pé-de-Fogo, Na Medida e Maria Preta.

“Não vote em branco, vote em preto”

Maria Zulmira da Silva, 39, mais conhecida em Rio Branco como Maria Preta, candidata a uma vaga na Câmara Municipal pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), é uma pessoa que tem modos e

propostas diferentes de fazer campanha e de lidar dentro do universo político dos ditos candidatos normais. Ela também concorreu à uma vaga na Assembléia [sic] Legislativa em 1994 e obteve 951 votos, a maioria na capital. Concorrendo novamente, esta defensora espontânea das minorias desprestigiadas pode muito bem se eleger, garantindo espaço na tribuna para suas idéias [sic] se concretizar num curto espaço de tempo.

Maria Preta, como gosta de ser chamada é natural de Simões, Estado do Piauí. Depois de morar uma década em Porto Velho, Maria Preta, que continua trabalhando como empregada doméstica, chegou em Rio Branco, em 1991. “Continuo morando e trabalhando com a mesma família que trabalhava em Porto Velho. Eles se mudaram para Rio Branco e eu também vim”, conta Maria Preta, acrescentando que todo e qualquer trabalho é digno e merecedor do respeito das pessoas educadas.

Maria Preta diz que gosta de trabalhar como empregada doméstica porque seus patrões lhe respeitam muito. “Gosto de fazer coisas domésticas, como varrer casa, cuidar de crianças e fazer comida, mas também tenho uma preocupação com o meu próximo. Não sou alienada política e gostaria muito de contribuir com a sociedade rio-branquense, principalmente com as minorias sociais”, afirma a candidata, que, em sua campanha rumo a Câmara Municipal usa o slogan “Não vote em branco, vote em preto”.

Segundo Maria Preta, as comidas do nordeste são parecidas com a culinária acreana, assim como os pratos típicos de Manaus e Belém. Ela diz que usa como símbolo de sua campanha a vassoura porque é o seu instrumento de trabalho cotidiano, que varre a casa em que mora, mas também pode varrer toda e qualquer sujeira existente na confraria dos políticos acreanos. “Varrer casa, eu faço todo dia. Agora, eu quero varrer a idade, quero contribuir para com a limpeza dessa gente que aprendi a gostar”, afirma a candidata, que ainda no nordeste, trabalhando de dia e estudando a noite, conseguiu se formar em Contabilidade, em nível de 2º grau.

Falando sobre o atual momento da vida política acreana, Maria Preta, mesmo sendo filiado ao PTB, faz questão de citar a administração de Jorge Viana como um modelo a ser seguido. Ela diz que [sic] Jorge Viana é o melhor prefeito que conheceu em toda sua vida. “Conheço a cidade de Rio Branco. Já andei em todos os seus bairros. Ela é uma cidade que tem solução. O Jorge merece fazer o seu sucesso. Seria até injustiça da população de Rio Branco não eleger o sucesso deste rapaz. Como vereadora, eu gostaria de ajudar as coisas positivas da sociedade. Quero trabalhar em conjunto com quem busca os interesses da coletividade, mas se for preciso eu também sei fazer oposição”.

Maria Preta comenta que, em nível nacional, sempre foi admiradora da política de Getúlio Vargas. Segundo ela, Getúlio foi o primeiro político brasileiro a pensar concretamente nos trabalhadores. “Ninguém fala mal do Getúlio Vargas perto de mim”, afirma a candidata do PTB, que tem um filho e também amamentou o filho, Jackson Clênio, dos seus patrões, José Trajano de Araújo e Maria Arcanjo Carvalho de Araújo.

Maria Preta diz que seus patrões constituem, em Rio Branco, a sua família biológica que deixou no nordeste. “Quero me eleger. Minhas perspectivas são boas. Se a população de Rio Branco quiser, eu estarei lá”, afirma a candidata atípica das eleições acreanas, que mora no conjunto Bela Vista, bairro da Floresta.

Maria Preta, se for eleita vereadora nas próximas eleições de três de outubro, pretende desenvolver ações na Câmara Municipal contra o racismo e contra todo tipo de preconceitos. Além de legislar fiscalizar as obras do executivo municipal, ela diz que objetiva realizar um

trabalho que possa conscientizar a sociedade para a importância das empregadas domésticas. “Quero orientar a formação de um sindicato para treinar as empregadas e patroas. Todas as duas categorias devem se educar. Sei que existe as mal [sic] empregadas, mas sei também que existem as mal patroas”.

Maria Preta diz ainda que pretende organizar as lavadeiras, fazer projetos para a criação de creches, orfanatos e também realizar ações que possam contribuir com as minorias sociais que são marginalizadas. “Muitas empregadas domésticas precisam de creches para deixar os seus filhos. Acho que o município pode desenvolver essa política e contribuir com as pessoas menos favorecidas”.

Mostrando que é uma mulher de fibra, Maria Preta, fez com suas próprias o quarto da casa que mora atualmente. “Os meus patrões queriam me ajudar, mas eu sempre fiz a minha casa. Trago essa experiência de trabalhar na construção civil do nordeste, e sempre diz a casa em que moro, com minha inteligência e com o suor do meu rosto”, conclui a candidata dos fracos e oprimidos acreanos. (GEORGE, 1996, p. 10-11).

O texto que se inicia com objetivo de apresentar a candidata à Câmara de Vereadores de Rio Branco, participante da disputa eleitoral municipal realizada naquele ano, traz informações que nos auxiliam a compreender que discursos estereotipados, segregadores e dualistas contribuem para a disseminação de representações e imposição de identidades, conforme o chamado circuito da cultura apresentado por Hall (2016) e defendido por Woodward (2014).

Além disso, é também possível relacionar as descrições dispostas no texto com os estudos apresentados por Soares (2009), que vão nos dizer que além da mídia fixar estereótipos e preconceitos, através de textos, imagens e sons, será também responsável por contribuir com a propagação de representações e influenciar a compreensão do público consumidor desse material midiático sobre as pessoas, gêneros e grupos sociais. É ainda a partir dessa disseminação de informação, que está convencionada a determinados tempos e espaços passados – em muitos casos a discursos semelhantes aos do século XIX –, que serão reforçadas negativamente as diferenças, como também constituídas de forma impositiva as identidades.

Ao longo do texto são evidentes os trechos que remetem o leitor ao período da escravidão, por exemplo, quando as mulheres negras também eram as escravas da casa grande, as amas de leite dos filhos dos senhores, as que não se cansavam, não sentiam dor e que se caso se manifestassem eram

reconduzidas ao espaço marginalizado dos fundos da casa, quando não violentadas. É o que se pode observar na seguinte passagem:

(...), afirma a candidata do PTB, que tem um filho e também amamentou o filho, Jackson Clênio, dos seus patrões, José Trajano de Araújo e Maria Arcanjo Carvalho de Araújo. (GEORGE, 1996, p. 11).

Outro trecho que é possível perceber que o discurso destinado à Maria Preta mostra sua vulnerabilidade social, é quando o material expõe a ausência de familiares legítimos em Rio Branco e enfatiza que os patrões são sua única presença familiar. Sabe-se que a relação entre patrão/empregada doméstica não deve ser de “laços de família”, deve ser norteadas por direitos trabalhistas. Enquanto em suas aspas, Maria Preta se posiciona sobre suas propostas para o pleito eleitoral de 1996, o texto em sequência vai contribuir para a imposição de um discurso marcado por estereótipos segregadores:

Maria Preta diz que seus patrões constituem, em Rio Branco, a sua família biológica que deixou no nordeste. “Quero me eleger. Minhas perspectivas são boas. Se a população de Rio Branco quiser, eu estarei lá”, afirma a candidata atípica das eleições acreanas, que mora no conjunto Bela Vista, bairro da Floresta (GEORGE, 1996, p. 11)

Na primeira parte do texto, é feita uma introdução para justificar a inserção de Maria Preta na listagem de candidatos que são denominados como “atípicos” e “folclóricos”. Segundo a publicação, são as “suas posturas ‘estranhas’ perante a política partidária, formas de vida e propostas diferentes das ditas normais” (GEORGE, 1996, p. 10), que fazem os candidatos, incluindo Maria Preta, participarem desse grupo que foi nominado pelo autor do texto.

De acordo com o pensamento de Stuart Hall (2016), a representação está vinculada tanto ao conceito de diferença quanto ao de poder. Nesse caso, ao relacionarmos os estudos de Hall (2016) à publicação da coluna *Cultura 20* podemos perceber como estão dispostas representações históricas e sociais, como também impostas identidades às pessoas, visto que a publicação vai classificar e indicar aqueles que vão fazer parte da lista de candidatos “atípicos e folclóricos”.

Além disso, é possível perceber, através dos termos utilizados no texto coletado – “estranhas” e “diferentes” –, os riscos de pormenorizar a candidatura de Maria Preta, mas também o seu conhecimento, sua voz, sua vida. Conforme explica Grada Kilomba (2019), são discursos como esses, semelhantes aos

escritos e publicados na referida edição do *Página 20*, que reforçam um sistema preconceituoso e que tem contribuído incansavelmente para que vozes negras sejam “desqualificadas, consideradas conhecimento inválido; ou então representadas por pessoas brancas que, ironicamente, tornam-se ‘especialistas’ em nossa cultura, e mesmo em nós” (KILOMBA, 2019, p. 51).

Ainda em acordo com as discussões apresentadas por Kilomba (2019), os termos utilizados no texto, ao classificar Maria Preta como sendo uma das candidatas com posturas “estranhas” e com formas de vida e propostas “diferentes”, contribuem, como dito antes, para a descentralização da mulher negra/candidata perante o eleitorado. Ainda de acordo com a autora (2019), “qualquer forma de saber que não se enquadre na ordem eurocêntrica de conhecimento tem sido continuamente rejeitada” (KILOMBA, 2019, p. 53), principalmente, quando quem detém o poder do discurso não é/está consciente sobre as relações raciais, contribuindo para a disseminação de representações e identidades que estão estar envoltas de opressão, segregação e silenciamento.

Conforme apresenta Djamila Ribeiro (2017), o racismo vai estar interligado à superioridade branca e patriarcal sobre o outro. Grada Kilomba (2019) define o termo a partir de três características, sendo elas: a diferença, a valorização hierárquica e a concentração de poder. Assim, o racismo é e estará presente quando a branquitude se constituir como referência e o diferente tornar-se discriminado, quando as diferenças estiverem relacionadas a valores hierárquicos que vão inferiorizar o outro – constituindo aqui o conceito de preconceito – e ainda quando o poder – nesse sentido sendo compreendido como acesso e partilha – estiver concentrado em/para determinado grupo racial.

A autora (2019) ainda destaca que o racismo vai estar subdividido em três categorias: racismo estrutural, aonde o privilégio de pessoas brancas vai estar acima de outros grupos racializados; o racismo institucional, que irá ocorrer quando o sujeito branco estiver em vantagem em relação aos grupos racializados; e por fim o racismo cotidiano, que vai envolver e fazer referência “a todo vocabulário, discursos, imagens, gestos, ações e olhares que colocam o sujeito negro e as Pessoas de Cor não só como Outra/o, (...) mas também

como (...) a personificação dos aspectos reprimidos na sociedade branca” (KILOMBA, 2019, p. 78).

Nesse sentido, é possível identificar o racismo cotidiano ao relacionar as definições apresentadas por Grada Kilomba (2019) às passagens do texto em que Maria Preta é inserida, por exemplo, ao grupo de “candidatos atípicos e folclóricos que se destacam dos demais por suas posturas ‘estranhas’ perante a política partidária, formas de vida e propostas diferentes das ditas normais” (GEORGE, 1996, p. 10), como também quando na publicação a candidata aparece como parte também dos concorrentes ao Legislativo Municipal que denominados como “animadores do povo, são as vozes que ecoam diferentes das demais” (GEORGE, 1996, p. 10).

A segunda parte da edição de 11 de setembro de 1996 tinha o objetivo de apresentar a candidata Maria Preta, como também as propostas defendidas por ela durante a campanha para o cargo de vereadora de Rio Branco. O título, dessa segunda fase do material, é o mote utilizado pela candidata durante o processo eleitoral municipal da época: “Não vote em branco, vote em preto”. Em diversos trechos do texto, Maria Preta e também as suas propostas de campanha voltam a ser adjetivadas, a partir dos termos “diferente”, “anormal” e “atípico”.

É nesse sentido que é possível compreender os estudos de Woodward (2014), que vai explicar que a demarcação de diferenças não se configura um problema junto ao meio social, visto que em meio ao contexto cultural será a diferença que irá propiciar “os meios pelos quais podemos dar sentido ao mundo social e construir significados” (WOODWARD, 2014, p. 40-42). Porém, a autora (2014) reforça que, em tempos e espaços diversos, determinadas diferenças vão ser percebidas como mais importantes que outras, fazendo com que, a partir de construções simbólicas, sejam reforçadas exclusões e desvantagens, além de contribuir para a manutenção de representações marcadas por discursos negativados, segregadores e racistas.

Maria Zulmira da Silva é voz de resistência no texto, nas oportunidades em que aparece “falando” por meio das aspas. Porém, mesmo tendo disponível o espaço para expor a sua opinião, exercendo ali o seu poder de se expressar, o discurso de Maria Preta, descrito na página 11 do jornal *Página 20*, estava delimitado a condição de marginalidade, visto que desde o início do material,

ela aparece representada na posição de sujeito subalterno, daquela que dentro do sistema colonizador é inviabilizada, impedida e tem seus saberes invalidados (RIBEIRO, 2019). Além disso, durante o decorrer do texto é também perceptível à delimitação sobre o quanto Maria Preta pode falar e o que pode dizer.

Essa percepção pode ser compreendida a partir dos estudos de Spanholz (2009), que destaca que as produções textuais jornalísticas – como também as audiovisuais – vão ser estruturadas a partir de um método, que será denominado de método jornalístico. Ainda segundo a autora (2009), as características dessa metodologia jornalística vão influenciar direta e indiretamente as produções, como por exemplo, as expectativas do leitor para com os textos, a estruturas das empresas de comunicação, os valores profissionais daqueles que produzem conteúdo jornalístico, como também a rotina jornalística, que será aprendida e socializada de forma inconsciente pelos profissionais e que vão contribuir para o modo de fazer jornalístico.

Porém, como já destacado anteriormente, Maria Zulmira da Silva é voz consciente e discurso de resistência ao longo da publicação. De acordo com Grada Kilomba (2019), mesmo que a pessoa negra seja posta à margem, a partir de discursos históricos, segregadores e racistas, ela ainda fará parte do contexto social e cultural como um todo. É nesse sentido também que a autora (2019) afirma a importância da capacidade de formação de resistências e de discursos outros na contraposição de ideias opressivas, racistas e de exclusão mesmo em meio a regimes dominantes praticados pelo jornalismo tradicional e hegemônico.

Assim, é válido salientar as próprias propostas de Maria Zulmira da Silva para a campanha eleitoral do ano de 1996, como também quando ela vai descrever momentos de sua história de vida, abordando questões sobre as mudanças de um estado para outro, da sua fonte de renda e trabalho, sua família, formação acadêmica, como também a sua participação em outros processos eleitorais e conhecimento político partidário. Serão nesses momentos dispostos no texto em que será possível compreender como Maria Zulmira da Silva, tenta “criar novos papéis fora dessa ordem colonial” (KILOMBA, 2019, p. 69), como também se posiciona como sujeito e não como objeto.

O processo de resistência de Maria Zulmira da Silva também está estampado em seu nome como candidata – Maria Preta – e também no mote da sua campanha – “Não vote em branco, vote em preto”. O discurso de Maria Preta, conforme explica Grada Kilomba (2019), é formado por um passado colonial que está memorizado, mas que muitas vezes quer ser esquecido. A autora (2019) ainda destaca que a opressão também vai contribuir para que o indivíduo forme condições de resistência.

As propostas apresentadas por Maria Preta, dentre as quais a candidata reforça a criação de ações de combate ao racismo, o trabalho a ser feito em prol de lavadeiras, a criação de um sindicato para as empregadas domésticas, como também a construção de creches e orfanatos, refletem um discurso que vem da própria marginalidade de Maria Preta e que vai auxiliar a criar novas possibilidades como sujeito parte do todo e não mais como objeto. No pensar de Kilomba (2019), essa postura da candidata é para criar sua própria narrativa para descolonizar saberes, poderes, entre outros aspectos:

Todo processo alcança um estado de descolonização; isto é, internamente, não se existe mais como a/o ‘Outra/o’, mas como o eu. Somos eu, somos sujeito, somos quem descreve, somos quem narra, somos autoras/es e autoridade da nossa própria realidade (KILOMBA, 2019, p. 238).

Para complementar as discussões sobre as representações e identidades impostas sobre Maria Preta, é importante comparar a publicação do dia 11 de setembro de 1996, a três outros textos que vão trazer como personagem central a ex-senadora Marina Silva. Sob os títulos “OITO DE MARÇO – Haverá sempre um nome de mulher”, “Essa mulher seringueira!” e “Marina, essa seringueira mulher”, os materiais foram publicados nos dias 08 de março de 1997, 06 de maio de 1998 e 17 de dezembro de 1998, respectivamente. Seguem abaixo os textos na íntegra:

OITO DE MARÇO

Haverá sempre um nome de mulher

Hoje em todo o planeta Terra, se comemora o Dia da Mulher, uma data que faz com que milhares de pessoas, de diferentes culturas, reflitam sobre a condição feminina. Mulheres e homens unidos jamais serão vencidos.

A mulher e o homem são faces de uma mesma moeda da criação divina, e não deveriam ser motivo de transtornos, mas, isso sim, exemplos de uma permanente comunhão para que a raça humana, com um todo, possa se levar no tempo e no espaço.

A mulher é a razão maior da nossa espécie, dita inteligente, existir. Sem ela não haveria vida racional na terra.

A ética, como parte da filosofia que estuda o que é bom e o que é ruim, o que é certo e o que é errado, sempre mostrou na história que o caráter humano não tem nada a ver com a sexualidade das pessoas. Existem homens bons e mulheres ruins, e vice-versa. Cada ser, macho ou fêmea, é um universo único.

Porém, no Brasil, mesmo que exista esse tipo de concepção filosófica na sociedade, as mulheres, com raras exceções [sic], continuam sendo exploradas de várias maneiras, por homens machistas, por outras mulheres, por pessoas sexos atípicos e também por um sistema capitalista que, no mercado de trabalho, prioriza a espécie masculina.

No Acre, uma mulher de verdade que orgulha todas as categorias sociais é a seringueira/senadora, Marina Silva, que hoje encontra-se nos Estados Unidos da América recebendo um prêmio por sua política inteligente em defesa da Amazônia, das mulheres e dos homens e dos menos favorecidos.

Marina não perde seu povo de vista e continua sendo porta-voz dessa gente humilde, mistura de índios e nordestinos que fizeram nascer, em plena selva inóspita, uma promissora e rica civilização.

Haverá sempre um nome de mulher na história da humanidade, não somente neste festivo oito de março. Todos os dias, noites e madrugadas pertencem às mulheres. Elas são o começo, o meio e o fim de tudo que é mais sagrado na Terra, mas também são a recriação da própria vida em forma de arte. “Dizem que a mulher é sexo frágil, mas que coisa absurda”, diz o poeta Erasmo Carlos. (GEORGE, 1997, p. 10).

Essa mulher seringueira!

No bairro da Estação Experimental, quando fazíamos parte da comunidade do Cristo Ressuscitado, na década de 70, eu, que era oriundo do seringal São Francisco do Iracema, e a Marina Silva, que também tinha vindo do seringal para a cidade, começávamos a ser bons amigos, polêmicos até, mas bons, alegres e respeitosos amigos. Nesta época, a cidade de Rio Branco “fervia” numa verdadeira ebulição cultural: eram as comunidades de base criadas pela igreja católica, os grupos de jovens, as expressões artístico-culturais que se firmavam, as boates e serestas, a política do então governador Dantinha, que priorizava a pecuária e relegava o extrativismo silvestre, os campeonatos de futebol no Estádio José de Melo, o jornal O Varadouro, os programas de rádio, a inauguração da televisão em Rio Branco, e tantas e tantas outras coisas que nos irmanava e nos fazia agentes daquela moderna história da capital acreana.

Neste período fértil da sociedade acreana, a Marina Silva já possuía espírito de liderança, pois coordenava os trabalhos religiosos e artísticos do GJF.

Quando estudávamos história na Ufac, a Marina Silva pesquisava e lia mais do que eu, era mais aplicada, e até me ajudava em algumas tarefas do cotidiano escolar. Enquanto ela, o Binho e o Carioca faziam as tarefas, eu, juntamente com o saudoso Zé Bonitim e o Fábio (atual esposo da conceituada senadora), passeávamos pelo Parque Zoobotânico [sic].

Nesta época, início da década de 80, a Marina Silva já fazia política partidária como quem viaja de avião, era meio elétrica, discutia com os reacionários de plantão, liderava uma corrente petista que conseguiu chegar ao Diretório Central dos Estudantes (DCE) e vencer e outras eleições.

Quando saímos da Ufac, a Marina Silva começou a fazer política partidária propriamente dita, foi vereadora, deputada estadual e, atualmente, senadora.

Nesta época presente, eu continuo brigando e brincando com as palavras pronunciadas e escritas, continuo meio relapso, acho que não chego nem ao pés [sic] da estimada senadora, também não vivo de competição.

Mesmo que se encontre doente, com mercúrio no sangue, Marina Silva nunca vai se encontrar num estado doentio. Ela é mais forte que as armadilhas da vida. Quando a gente se encontra nos varadouros da existência, o sentimento e a emoção se fazem matéria visível.

Marina Silva cresceu, criou asas, mas continua sendo uma líder nata, tanto pelo seu caráter exemplar como pela sua inteligência notável. Entendo que a minha amiga Marina Silva continua sendo orgulhoso de todos os acreanos de boa vontade, de todos os brasileiros e orgulho da espécie humana.

Deus te abençoe, e que a sua conduta exemplar continue iluminando as trevas da política acreana! (GEORGE, 1998, p. 11).

Marina, essa seringueira mulher

A senadora Marina Silva mais uma vez foi destaque na grande imprensa nacional e, elevou o nome do Acre em todas as regiões do país, por sua autenticidade e inteligência.

Segunda-feira passada, Marina Silva, por ocasião da realização do I Encontro Internacional de Mulheres da Floresta concedeu entrevista ao Jornal Nacional, da TV Globo, e falou do lindo e inédito trabalho que as parceiras acreanas realizavam – realizam ainda – nas entranhas das florestas.

O exemplo de Marina prova que capacidade não diz respeito ao lugar onde o talento nasceu, cresceu e criou asas. A atual senadora, que cortou borracha e apanhou castanha quando era magricela adolescente nos seringais acreanos, é hoje uma das 10 mulheres mais prestigiadas no planeta.

Mesmo como toda essa merecida fama, Marina Silva continua sendo uma pessoa simples, frágil e amiga de todas as categorias sociais que compõem o estado do Acre. (GEORGE, 1998, p. 20).

As três publicações, em que Marina Silva aparece como personagem central, foram selecionadas para compor o *corpus* do trabalho, pois a ex-senadora se identifica como mulher negra, diferentemente, dos discursos apresentados na coluna *Cultura 20*. Exemplo da autodeclaração de Marina Silva em relação à sua cor e raça foi durante um pronunciamento, no dia 14 maio de 1996, junto ao Senado Federal.

Na oportunidade, a então senadora pediu a palavra após Benedita da Silva, também senadora na época, para discursar. Durante sua fala, Marina Silva, além de destacar que se considerava negra, mesmo que seu registro de nascimento e identidade a apresentava como parda, também ressaltou a discriminação e inferiorização sofrida pela população negra junto à sociedade.

Meu registro de nascimento e minha carteira de identidade dizem que sou parda, mas sempre me considerei negra porque meu pai e meu avô são de origem negra, mas há uma mistura com português que resultou em um pouco de tipificação dessa natureza. Ao cidadão brasileiro deve ser também dada a oportunidade de pensar sua raça enquanto origem, já que, enquanto condição social, somos bastante

discriminados e, enquanto condição de raça também, muitas vezes, somos considerados inferiores (SILVA, 1996).

Nesse sentido, é perceptível nos textos que trazem Marina Silva como foco, a presença de inúmeros adjetivos que remetem ao oposto de Maria Preta. Termos como “mulher de verdade”, “espírito de liderança”, “estimada”, “mais forte”, “líder nata”, “caráter exemplar” e “inteligência notável” estão presentes nas três publicações aqui estudadas que, além de serem opinativas, também se assemelham a textos de homenagem a então senadora. Com isso, é possível perceber que Marina Silva é mulher que não faz parte dos mesmos espaços ocupados pela Maria Preta, mesmo as duas integrando o cenário político local.

Além disso, os textos que também têm Marina Silva como personagem central das edições, se assemelham aos textos divulgados em periódicos da década de 1940 no país. Na época, tais publicações, conforme apresenta Buitoni (2009), tinham o objetivo de apresentar a mulher perfeita, através de discursos que idealizavam mulheres em corpos e comportamentos eurocêntricos. Dessa forma, ao confrontar os textos que trazem Maria Preta e Marina Silva é possível perceber a presença desses corpos moldados nas narrativas jornalísticas.

Marina Silva é a mulher ideal nas publicações veiculadas no *Página 20*, enquanto Maria Preta é a oposta, a imperfeita, a que não pertence a normalidade. É aquela que tem a função de servir, divertir o outro e está destinada a ocupar um espaço definido pelo outro. É também, a partir da relação entre as publicações, que trazem Marina Silva e Maria Preta como personagens centrais, que fica evidente como a sequência lógica do circuito da cultura, defendido por Hall (2016), a começar pela linguagem, tem como produto final a imposição de identidades: a mulher negra, que ao ser embranquecida pelo homem branco, ganha status e sobe degraus na linha hierárquica social; a mulher negra, que é empregada doméstica e que leva em seu nome a palavra preta, continua ocupando a posição de servir o outro.

Esse fluxo cultural, descrito por Hall (2016), é que nos faz compreender como as diferenças são constituídas e reforçadas, fazendo assim com que cada vez mais o processo de exclusão e segregação esteja presente no contexto social. Nesse sentido, o autor (2016) também destaca como a mídia,

através de seus discursos veiculados pela imagem, som e texto, contribui para a formação de um imaginário que, ao ser relacionado com o mundo “real”, vai reforçar discursos racializados e opositores.

Dito de outro modo, a partir da naturalização da diferença são constituídos estereótipos, que são formados a partir de discursos que vão ser reproduzidos por aqueles que detêm o poder e que se apossam “das poucas características ‘simples, vívidas, memoráveis, facilmente compreendidas e amplamente reconhecidas’ sobre uma pessoa; tudo sobre ela é reduzido a esses traços que são, depois exagerados e simplificados”. (HALL, 2016, p. 191). Deste modo, a mídia, que também irá se apropriar desses discursos históricos, sociais e culturalmente estereotipados, é responsável por fortalecer práticas racistas, segregadoras, sem representatividade, sobretudo para mulheres negras.

Nesse sentido, é importante destacar que os espaços ocupados por Marina Silva e Maria Preta, também são evidenciados nas publicações da *Cultura 20*. No texto em que Maria Preta aparece como personagem central, os espaços relacionados a ela são o nordeste, o estado de Rondônia, a casa dos patrões, a derrota no processo eleitoral para a Assembleia Legislativa e um quarto que a própria Maria Preta diz ter construído com as próprias mãos. Nos textos de Marina Silva, os espaços são outros, os discursos são outros. A então senadora é aquela que ocupa o cenário político brasileiro, a que recebe prêmio nos Estados Unidos da América, a que está na capital acreana, a que é destaque na imprensa brasileira, a que deixou os seringais.

A diferenciação de discurso entre as duas mulheres negras, nos faz perceber a delimitação sobre quais os espaços cada uma irá ocupar, a partir da ênfase dada em cada texto. Maria Preta, que almeja vencer as eleições municipais de 1996, é tachada de “diferente”, “atípica” e “anormal”, como também já tem o seu lugar definido – ser empregada doméstica e continuar vivendo em um quarto, pois caso não vença as eleições já teria cumprido o seu papel na sociedade, que seria o de divertir a população durante o período eleitoral. Diante desse pensamento, é visível a delimitação das fronteiras para cada uma das pessoas que são apresentadas nos textos.

Segundo Grada Kilomba (2019), aqueles que são “diferentes” deverão permanecer vinculados aos seus lugares de origem, enquanto aqueles que se

assemelham a mim e estão próximos de mim, vão poder extrapolar as fronteiras. Nesse sentido, podemos dizer que, os textos apresentam racismo institucional, pois enquanto Marina Silva não é apresentada como negra, Maria Preta carrega em seu nome a cor marcada socialmente pela desigualdade, opressão e exclusão.

Maria Preta ocupa a cozinha da casa de seus patrões, enquanto Marina Silva ocupa a tribuna do Congresso Nacional. A diferença de espaços, retratada e reforçada na coluna *Cultura 20* contribui, novamente, para a fixação de representações sobre as mulheres negras. E, mais, sobre as mulheres negras domésticas, fazendo com que sejam reforçadas compreensões de subalternização e silenciamento daqueles que estão em uma condição hierárquica desigual. Conforme apresenta Djamila Ribeiro (2017):

as experiências desses grupos localizados socialmente de forma hierarquizada e não humanizada faz com que as produções intelectuais, saberes e vozes sejam tratadas de modo igualmente subalterizado, além das condições sociais os manterem num lugar silenciado estruturalmente (RIBEIRO, 2017, p. 65).

Ainda em relação ao trabalho doméstico, Stuart Hall (2016) nos apresenta como as representações da diferença racial, durante o período da escravidão, contribuíram para que os negros, que ao nascerem já ganhavam o status de subordinado, estavam “naturalmente aptos para a servidão” (HALL, 2016, p.169). Segundo o autor, é a partir das representações sobre o dia a dia dos escravos e escravas, que será naturalizada o ato de servir e de ser propriedade do branco. Hall (2016) explica que o processo de naturalização vai ser constituído a partir da fixação da diferença com base na racialização, ou seja, os discursos vão ser reiterados até que os mesmos estejam fixos e ancorados socialmente, fazendo com que o outro, nesse caso o negro, internalize o seu lugar de servidão, de ser inferior e comparável ao outro.

É importante deixar claro que a discussão anterior não tem a intenção de comparar Maria Preta e Marina Silva, apenas pretende discorrer sobre os discursos propagados pela mídia e o quanto eles continuam reproduzindo uma lógica colonial e reforçando compreensões lacunares a respeito das mulheres negras.

Nesse sentido, o estudo apresentado por Achille Mbembe (2018), faz refletir sobre como os estereótipos racistas vão contribuir para que o outro (a

mulher negra) seja comparado à selvageria, ao corpo que não tem história, memória, conhecimento e que precisa ser civilizado, já que o seu contexto histórico vai estar vinculado ao mundo colonial. Além disso, é também a partir das relações de poder que, aqueles que detêm o controle, vão pressupor as divisões sociais em grupo, “a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento de uma censura biológica entre uns e outros” (MBEMBE, 2018, p. 17), fazendo com que assim seja exercida a dominação, regulação e subordinação, semelhante ao cenário vivenciado no ambiente colonial.

É válido, aqui, reafirmar que Marina Silva também faz parte de um grupo em que a invisibilidade negra é fato. O cenário político brasileiro não contempla de forma igualitária outros grupos racializados. Sua maioria é formada por homens e brancos. Situação essa que fez com que Marina Silva também fosse percebida, em espaços outros, como sujeito subalterno e que lhe restava o silenciamento, mas é também esse espaço delimitador (KILOMBA, 2019) que fez com que a ex-senadora criasse ambientes e discursos de resistência e combate ao racismo.

3.3 – MORENA: O TERMO QUE SEXUALIZA E EMBRANQUECE A MULHER E O ACRE

Durante a análise das publicações da coluna *Cultura 20*, dentre os apontamentos que chamam atenção é o fato desses não apresentarem os termos negra e preta, nos textos que trazem as mulheres como personagens centrais. É somente na publicação de 11 de setembro 1996 que vamos presenciar a palavra preta, porém utilizada em conjunto com o nome da personagem central da matéria – Maria Preta. Em contrapartida, o termo morena aparece em outros dois textos e que vão identificar tanto uma mulher, como também o Acre, em seu contexto populacional. E a partir das observações sobre as edições da coluna *Cultura 20*, publicadas nos dias 13 de março de 1997 e 23 de março de 1999, respectivamente, que passo a discutir como o termo morena vai refletir na sucessão de representações e, conseqüentemente, reforçar identidades já impostas às mulheres negras. Além disso, a ideia é apresentar ainda reflexões sobre como o termo será utilizado na tentativa de identificar os acreanos.

Divulgado no dia 13 de março de 1997, o texto “Danah Costa - A musa dos Paralamas” traz Danah Costa como personagem central da publicação. Na época, com 26 anos de idade, ela havia atuado como protagonista do videoclipe “Uma Brasileira”, da banda de rock Paralamas do Sucesso, que também foi escolhido como o melhor clipe musical de 1995. Segue o texto na íntegra:

Danah Costa

A musa dos Paralamas

O videoclipe “Uma Brasileira”, do conjunto musical Paralamas do Sucesso, segundo a MTV, foi considerado o melhor de 1995, e já é um clássico dos mais vistos e escutados entre o público nacional. Este trabalho do famoso grupo de rock brasileiro contou com a participação especial da requisitada modelo, Danah Costa.

A participação de Danah, pela sua miscigenação racial, por seus atributos naturais e, acima de tudo por seu inegável talento, foi fundamental para a premiação do conjunto.

Danah nasceu no Acre como Adriana dos Santos Costa. Tem 26 anos, é modelo há sete e – acredito – não quer ser atriz. Para ela, atuar num clipe já é meio difícil: “Sou meio tímida pra essas coisas. Mas ficou legal, né?”. Olhando suas medidas (1,76 metros, 91 centímetros de quadris, 93 de busto, 62 de cintura e 52 de coxa) todo o mundo concorda.

Dana Costa é sincera: “Gosto de homens mais velhos, tipo 35 anos. Só que ainda não apareceu ninguém maduro pra mim”. Algum voluntário se dispõe a fazer esta morena/acreana/brasileira feliz? Parte deste texto e as fotos de Danah Costa, feitas pelo profissional Sérgio Saraiva, foram publicadas na revista Playboy, deste mês. (GEORGE, 1996, p.10).

Conforme o texto apresentado, a “miscigenação racial, por seus atributos naturais e, acima de tudo por seu inegável talento” (GEORGE, 1997, p. 10), termos utilizados para caracterizar Danah Costa, teriam sido alguns dos fatores que contribuíram para que o grupo recebesse o prêmio de melhor clipe. Além disso, o termo “miscigenação racial” que está relacionado à Danah Costa, vai ser complementado, posteriormente, pela palavra “morena”, que também é utilizada na edição do dia 23 de março de 1999 para identificar o Acre.

A publicação, datada do ano de 1999, tem como personagem a artista plástica Maria de Fátima Nascimento que, segundo o material veiculado, estaria aproveitando a sua estadia no Acre, classificado então como “terra morena”. Nesse sentido, é possível compreender tal termo como uma referência à população acreana. Segue abaixo o texto na íntegra:

“O Acre é doce e amargo”

A artista plástica acreana Maria de Fátima Nascimento, 24 anos, que se encontra desde 1995 morando e estudando Arquitetura no Rio Grande do Sul, recentemente voltou ao Acre e aproveitou sua estada nesta terra morena para rever amigos e familiares, andar descalça

nas chuvas torrenciais deste inverno amazônico, tomar açai e tacacá nos mercados e praças, se deleitar com o contexto cultural que fascina gregos e troianos, com certeza de que o Acre, terra que lhe serviu de berço, é um potencial bruto que ainda vai surpreender nações e continentes que, dizem ter evoluído... (GEORGE, 1999, p. 20).

Conforme apresentam Giralda Seyferth (1996) e Carlos Hasenbalg (1996), é no final do século XIX, a partir de um discurso nacionalista com base em um projeto de branqueamento da população, que a miscigenação racial se tornou temática primordial. “Vista como mecanismo de formação da nação desde os tempos coloniais e base de uma futura raça histórica brasileira, de um tipo nacional, resultado de um processo seletivo (SEYFERTH, 1996, p. 43), a miscigenação vai integrar o contexto cultural do país com foco no branqueamento da população. Além disso, com objetivo de se constituir uma sociedade que viria a ser classificada entre pessoas de tonalidades claras e escuras – evitando assim a oposição branco x preto –, será criada uma linguagem pautada na mistura, que conforme explica Hasenbalg (2016), irá refletir na organização dos discursos presentes na sociedade, “afetando pessoas de todas as classes e cores” (HASENBALG, 1996, p. 226).

Ao destacar o conceito de miscigenação racial, Lilia Moritz Schwarcz (2012) nos lembra sobre o chamado mito da democracia racial. Segundo ela, mesmo o país não sendo autor do processo de mestiçagem das populações, foi no Brasil que o

mito da convivência racial harmoniosa ganhou sofisticação e penetrações ímpares, o que lhes assegurou um lugar de modelo oficial. Foi também no Brasil que a cor virou ‘somatório’ de muitos elementos físicos, sociais e culturais, e parece variar conforme o dia (pode-se estar mais ou menos bronzeado), a posição de quem pergunta e o lugar de onde se fala (dos locais públicos à intimidade do lar) (SCHAWRCZ, 2012, p. 112).

É nesse mesmo sentido que Yvone Maggie (1996) nos mostra como a cor, que no século XIX era tratada como um determinante biológico e no século XX passa também a integrar as discussões antropológicas envolvendo a hierarquização social, vai contribuir para a compreensão sobre as diferenças sociais e culturais.

Segundo a autora (1996), partindo do entendimento de que a hierarquização da sociedade também vai estar pautada na diferença das cores, se autodeclarar ou imputar a uma pessoa uma cor mais escura irá significar

também uma possível classificação social. Ou seja, a partir das convenções históricas, sociais e culturais de que o negro ou preto é inferior ao outro, estar próximo a essa classificação racial e/ou de cor vai significar depreciação, exclusão, segregação. Desse modo, o projeto embranquecedor da população, iniciado no século XIX, auxilia na criação de novos termos de classificação a partir de cores, como também reforça os discursos de que somos um país miscigenado e múltiplo, mas que irá continuar perpetuando o racismo, a violência e a segregação da pessoa negra, através do chamado mito da democracia racial.

Em se tratando da formação de uma nova linguagem, que vai ser reflexo do projeto de miscigenação brasileiro, Lilia Moritz Schwarcz (2012) apresenta parte do resultado da Pesquisa Nacional de amostra de Domicílio (Pnad), publicada no ano de 1976 no Brasil. A autora, que denomina a publicação como “Aquarela do Brasil”, afirma que após a consolidação dos dados, era visível como as definições de cores e situação econômica e social dos entrevistados refletiam na enquete. Ao todo, foram contabilizadas 136 cores, o que revelou “a riqueza da representação com relação à cor e o quanto a sua definição é problemática” (SCHWARCZ, 2012, p. 100). Dentre as cores enumeradas na pesquisa e apresentadas por Schwarcz (2012), o termo morena é um dos que se faz presente, assim como outras 15 variações do mesmo: morena-bem-chegada, morena-bronzeada, morena-canelada, morena-castanha, morena-clara, morena cor de canela, morena-jambo, morenada, morena-escura, morena-fechada, morena-parda, morena-roxa, morena ruiva, morena trigueira e moreninha.

Ainda segundo Schwarcz (2012), a quantidade de dados coletados reflete tanto a diversidade representacional, como também o quanto o indivíduo se reconhece e como fatores relacionados ao espaço, tempo e o observador vão interferir nessa identificação racial. “No país dos tons e dos critérios fluídos a cor é quase um critério de denominação, variando de acordo com o local, a hora e a circunstância” (SCHWARCZ, 2012, p. 106).

Com isso, o termo morena, que nos textos da *Coluna 20* são utilizados para identificar a modelo Danah Costa e o Acre na edição que vem trazer a artista plástica Maria de Fátima Nascimento, pode ser classificado como um dos resultados desse processo embranquecedor do país e que passa a ser

utilizado como sinônimo de salvação de uma possível categorização racial. Além disso, essa mesma terminologia também vai estar relacionada à propagação de ações e discursos racistas, mas que devido ao projeto de miscigenação racial, acabará sendo interpretada como democracia racial. Dessa forma, conforme explica Maggie (1996),

moreno contém em si mesmo tanto cor, como ausência de cor. Tanto pode ser um negro retinto, quanto uma alva de cabelos pretos e é uma categoria que tanto revela sobre a cultura quanto pode ser usada para conotar o lugar social das pessoas. Moreno contém em si o gradiente, a oposição negro/branco e a oposição preto/branco. Ela é a categoria que por excelência fala do nosso modo particular cotidiano de falar nas raças e nas oposições, sem falar delas (MAGGIE, 1996, p. 231-232).

Assim, ao fazer uso do termo “morena”, tanto no sentido de identificar uma mulher quanto a população de um local, os textos trazem o eufemismo do termo para proteger os envolvidos das implicações sobre raça e cor tão temidas em nosso país. Também reflete a intenção, ao branquear o outro, de aproximar aqueles que se julgam fazer parte de um meio social superior hierarquicamente. Dessa forma, evitando utilizar raça e cor, as publicações da coluna *Cultura 20* vão apresentar, a partir da palavra morena, um recurso para evitar uma possível depreciação de Danah Costa e do Acre. É nesse sentido que Frantz Fanon (2008) vai destacar que a partir do momento em que não é “possível” enegrecer o mundo, a saída vai ser branquear o corpo e o pensamento.

Embranquear a raça, salvar a raça, mas não no sentido que poderíamos supor: não para preservar ‘a originalidade da porção do mundo onde elas cresceram’, mas para assegurar sua brancura. Cada vez que tentamos analisar certos comportamentos não podemos evitar o aparecimento de fenômenos nauseabundos (FANON, 2008, p. 57).

Ainda de acordo com Fanon (2008), ao embranquear é possível se transformar no outro que é o ideal, não regredir, pois “ser branco é como ser rico, como ser bonito, como ser inteligente” (FANON, 2008, p. 60). E é também por meio do embranquecimento que se tem a salvação, que se comprova não ser selvagem, não se está na posição de ser comparado com outro e, assim, estar mais próximo do poder e de quem detém o poder.

É importante ressaltar ainda que o termo morena, no texto referente à modelo Danah Costa, reflete outras representações em relação às mulheres. Na veiculação da palavra morena, termo classificatório embranquecedor, o

texto vai nos trazer reflexões sobre a sexualização da mulher nas publicações da imprensa.

É com a frase de Djamilia Ribeiro (2015), escrita uma publicação no dia 05 de novembro de 2015 e divulgada pelo site da Gelédes – Instituto da Mulher Negra, que dou prosseguimentos às reflexões seguintes. Segundo a autora (2015), “a ultrassexualização de nossos corpos faz com que interpretem nossa imagem baseada na exotização” (RIBEIRO, 2015).

O mesmo é dito por Hall (2016), quando discute sobre fetichismo – conceito que está relacionado à representação e estereotipagem – e que vai sujeitar o corpo da mulher negra a sexualização, a curiosidade, a transformação em objeto e não em um sujeito. Segundo o autor (2016), o fetichismo está relacionado ao proibido, ao que instiga, a um discurso que remete ao visível, mas que ao mesmo tempo não se pode ver.

Nesse sentido, a edição de 13 de março de 1997, além de apresentar Danah Costa como um objeto sexualizado por meio de palavras, traz fotos da revista *Playboy*, que apresenta a nudez da modelo como um complemento ao texto divulgado no *Página 20*. Ali, o corpo de Danah Costa, que tanto no texto quanto nas imagens reproduzidas aparece objetificado, está visivelmente entregue ao outro, vai fomentar representações sobre uma permissão não regulamentada. “O fetichismo é então uma estratégia para ser tudo ao mesmo tempo: tanto para representar, quando para não representar o objeto de prazer e desejo que é considerado tabu, perigoso ou proibido” (HALL, 2016, p. 209).

No texto veiculado na coluna *Cultura 20*, Danah Costa é objetificada, ao ter descrita as medidas de quadril, cintura e coxas, assim como também quando aparece um questionamento direcionado ao público masculino sobre a possibilidade de fazer Danah Costa feliz a partir de um possível relacionamento amoroso: algum voluntário esteja disposto a “fazer esta morena/acreana/brasileira feliz?” (GEORGE, 1997, p. 10).

É nesse sentido, que os estudos de Sandra Azerêdo (2011) se aproximam da narrativa que foi divulgada no *Página 20*. Exemplo disso é a tentativa de aproximar a modelo ao patamar de mulher bonita e distanciá-la “da empregada doméstica, da prostituta ou da mulher negra” (AZERÊDO, 2011, p. 22), o que faz com que publicação apresente representações estereotipadas, ao identificar Danah Costa a partir de suas medidas e seu embranquecimento.

Além disso, o material veiculado também auxilia na perpetuação do imaginário dicotômico sobre o público feminino, conforme nos explica Azêredo (2011), no que se refere ao corpo que deve ser consumido e ao corpo que deve ser descartado. Nesse sentido, o texto vai dar sentido à oposição entre mulher/prazer/desejo/fantasia e mulher/esposa/mãe/dona de casa.

Além disso, é importante lembrar que os textos veiculados na *Cultura 20* integram um contexto histórico, cultural e social, que vão estar envoltos de discursos estruturados a partir de representações e identidades já impostas por meio das formas de poder e controle vigentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de escrita é árduo. É preciso se expor ao desconhecido e buscar outras narrativas, além de questionar as que estão vigentes. O processo de escrita é se refazer, se reconstruir e, quem sabe, se construir, mas com a certeza de que logo a frente isso vai precisar ser indagado mais uma vez. É com esse pensamento que chego ao final dessa pós-graduação em nível de mestrado, com a certeza de que estou deixando essa etapa da vida acadêmica me transformando em outra mulher/jornalista/pesquisadora.

Essa pesquisa me permitiu perceber a cultura não apenas como sendo as representações artísticas de uma comunidade, mas sim como um processo que tem início na linguagem e vai resultar na formação de identidades (HALL, 2016). A partir do circuito da cultura de Hall (2016), compreendi que é preciso questionar e combater representações e identidades, que apresentam as mulheres negras como corpos expostos, marginalizados e como pessoas “diferentes”.

É nesse sentido que compreendo a importância de ouvir/ler/ver aqueles que têm o que dizer. Os autores que me acompanharam nessa jornada acadêmica, cito por exemplo, Hall (2016), Laraia (1956), Woodward (2014), Fanon (2008), Davis (2016), Eagleton (2011), Adichie (2019), Bhabha (1998), Foucault (1996), Llosa (2013) Buitoni (2009), foram primordiais para outros entendimentos, construções bibliográficas e análises sobre as representações das mulheres negras na coluna *Cultura 20*, publicadas no jornal *Página 20*.

Partindo dos capítulos teóricos e chegando à análise documental dos seis textos selecionados para o trabalho, foi possível perceber, através dos materiais coletados, as marcas das representações das mulheres negras e de suas constituições identitárias. Através das narrativas estudadas, foi possível identificar a determinação dos espaços a serem ocupados por essas mulheres – Maria Preta, Marina Silva e Danah Costa.

A mulher negra retratada na coluna estudada e que foi veiculada entre os anos de 1996 a 1999 no jornal *Página 20*, que é a empregada doméstica, não tem a possibilidade de ultrapassar a margem e chegar até à tribuna da Câmara de Vereadores, como idealizado por ela. É também, nas páginas da

coluna *Cultura 20*, que a mulher negra é branqueada por meio de discursos e não vai poder deixar o espaço segregador e violento da margem.

A negação sobre as questões raciais e a presença da mulher negra e do homem negro na formação histórica e cultural do Acre, também são identificadas no discurso da *Cultura 20*. A exemplo disso, analisei as matérias sobre Marina Silva, que mesmo se identificando como mulher negra, não é assim descrita. A ex-senadora, que nas publicações é o ideal de mulher, não é apresentada como negra, pois embranquecer é distanciar Marina Silva do ambiente da negação e da selvageria que a sociedade brasileira atribui a homens negros e mulheres negras.

O termo “terra morena”, utilizado na publicação “O Acre é doce e amargo”, traz compreensões que se assemelham ao projeto embranquecedor que foi propagado no século XIX, quando o mito da democracia racial tinha o objetivo de impor que o país, através da sua miscigenação, viveria em harmonia e que o passado de exploração de negros e negras fosse abafado pelo projeto da miscigenação no país.

Outro ponto de destaque é o silenciamento das mulheres negras nas publicações. Enquanto, a coluna *Cultura 20* totalizou 693 edições que traziam textos sobre temáticas diversas, como exposições de escultura, peças de teatro, blocos de carnaval, capoeira, futebol, cenário político, eleições e seus candidatos, como também sobre os bairros da capital acreana, o rio Acre e o período de chuvas, somente 06 edições vão nos apresentar mulheres negras como destaque nos veiculados entre o período de 1996 a 1999.

A mulher negra não aparece frequentemente na coluna e quando é mencionada é descrita como objeto, como margem, como sujeito frágil, sem pertencimento social. Dessa maneira, as mulheres negras não terão participação ativa nas discussões que envolvem a construção do contexto social, cultural, histórico e político de Rio Branco/Acre, por exemplo. A participação delas está vinculada ao que o outro vai dizer por/sobre elas.

As discussões propostas na dissertação também abriram portas para um novo olhar sobre o que é (ser) mulher, racismo, lugar de fala, empatia, protagonismo. Nesse sentido, a compreensão sobre lugar de fala, a partir da obra de Djamila Ribeiro (2017), me fez perceber que é preciso desconstruir privilégios e também entender que as pessoas possuem lugares de fala

distintos, pois estão em espaços sociais também diversos, mas que mesmo nessa diferença é possível (e necessário) “debater e refletir criticamente sobre os mais variados temas presentes na sociedade” (RIBEIRO, 2017, p. 88). E que pensar lugar de fala seria como quebrar o silenciamento imposto aos grupos subalternizados, entendendo ainda que através desse posicionamento é possível desestruturar as hierarquias violentas, segregadoras e constituídas a partir de diferenças impostas histórica e culturalmente.

A partir de experiências distintas será possível perceber a necessidade de se “refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequentes da hierarquia social” (RIBEIRO, 2019, p. 66), como também compreender o meu lugar de fala e o lugar de fala do outro, para que os discursos, representações e identidades pautadas na sistematização e naturalização de estereótipos possam ser combatidos. Assim, pautadas pela união e compreensão, será possível traçar outros caminhos, através de narrativas que não terão marcas impositivas, mas escolhas e liberdades.

Nessa pesquisa, o meu lugar é o de uma mulher, branca, jornalista e pesquisadora que estará disponível para

reconhecer e se reconstruir nessa interdependência; enfrentar o desconforto das conversas sobre racismo e refletir criticamente como a branquitude se constrói em nossa história de vida, nas nossas relações, nas nossas práticas sociais, nas nossas instituições. Reconhecer que fomos educadas e educados para não nos reconhecermos como pessoas brancas, mas como seres humanos que representam a universalidade humana descorporificada, o padrão, a norma como lugar de poder (CARREIRA, 2018, p. 134).

Peço licença, nesse momento do texto para falar sobre liberdade, escolhas e vidas. Assim, como dito anteriormente, o processo de construção dessa pesquisa me fez compreender mais sobre mim como mulher, sobre meus (pre)conceitos, meus espaços, escolhas e liberdades. Por esse motivo é preciso estar sempre em questionamento, aberta a compreensão e desconstrução. É preciso propagar outros discursos, como também perpetuar a compreensão de que é necessário questionar, para que outras mulheres possam escolher, possam viver. Adichie (2019) nos fala sobre a importância das histórias múltiplas como forma de empoderar e humanizar, pois somente “quando rejeitamos a história única, quando percebemos que nunca existe uma história única sobre lugar nenhum, reavemos uma espécie de paraíso” (ADICHIE, 2019, p. 33).

Ler textos sobre Maria Preta e Danah Costa, por exemplo, é doloroso, pois perpetuam marcas do preconceito, da desigualdade e da diferença. Os jornalistas precisam estar atentos e a postos para combater e desconstruir discursos racializados, opressores, violentos, segregadores.

A liberdade que nos é dada como profissionais do jornalismo precisa caminhar ao lado da responsabilidade com o outro. As tecnologias, as redes sociais, a internet, que no jornalismo são ferramentas vinculadas ao processo de emitir e receber informações, também precisam ser construídas como espaços responsáveis para ampliar vozes, ouvir outras histórias e desconstruir discursos únicos.

Assim, encerro essa escrita com uma bagagem de leitura, conhecimento e compreensão, que não faziam parte da minha formação acadêmica e profissional em abril de 2018, quando iniciei a pós-graduação em Leras: Linguagem e Identidade. Espero poder continuar pesquisando sobre as mulheres (brancas, negras, índias, mulheres outras e várias) e o jornalismo, fazendo reflexões e discussões que permitem continuar construindo, desconstruindo e reconstruindo discursos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALLA, Clarice. Assessoria de imprensa. In: CALDAS, Álvaro. (Org.). **Deu no jornal**: o jornalismo impresso na era da Internet. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Layola, 2002.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Tradução de Julia Romeu. 1ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AZERÊDO, Sandra. **Preconceito contra a “mulher”**: diferença, poemas e corpos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BEAUVOIR, Simone de. **Os mandarins**. Tradução de Hélio de Souza. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983. 278 p. 278.

_____. **O Segundo Sexo**: fatos e mitos. Tradução de Sérgio Milliet. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução de Eliana Lourenço Lima, Gláucia Renate Gonçalves e Myriam Ávila. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BIOGRAFIA. **Marina Silva**. Disponível em: <<https://marinasilva.org.br/biografia/>>. Acesso em: 09 de out. 2019.

BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. **Mulher de papel**: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira. São Paulo: Summus, 2009.

CARREIRA, Denise. O lugar dos sujeitos brancos na luta antirracista: Provocações e pautas para conversas. **Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, v. 15, n. 18, p. 127-137, 2018

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, Maria Odila. Resistir e sobreviver. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (Org.). **Nova História das mulheres no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, Mary Del. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. 2.ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

FARO, José Salvador. **Nem tudo que reluz é ouro**: contribuição para uma reflexão teórica sobre o jornalismo cultural. *Comunicação & Sociedade – Opinião Pública na Idade Mídia*, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 143-163, 2006.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3. ed. São Paulo: Editora Loyola, 1996.

GIULIANI, Paola Cappellin. Os movimentos das trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: PRIORE, Mary Del. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

GOMES, Fábio. **Jornalismo Cultural**. Disponível em: <<http://www.jornalismocultural.com.br/jornalismocultural.pdf>> Acesso em: 02 de set. 2017.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HABNER, June. E. Honra e distinção das famílias. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (Org.). **Nova História das mulheres no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

HASENBALG, Carlos. Entre o mito e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil. In: MAIO, Marcos C.; SANTOS, Ricardo V. (Org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz; Centro Cultural Banco do Brasil, 1996.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia – estudos culturais**: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001.

KILOMBA, Grada. **Memórias de plantação – Episódios de racismo cotidiano**. Tradução de Jess Oliveira. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. 2013. 25ª Reimpressão. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

MAGGIE, Yvone. Aqueles a quem foi negada a cor do dia: as categorias de cor e raça na cultura brasileira. In: MAIO, Marcos C.; SANTOS, Ricardo V. (Org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz; Centro Cultural Banco do Brasil, 1998.

MANUAL de Comunicação da Secom. **Senado Federal**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/glossario/lead>>. Acesso em: 09 de jul. 2020

MARSHALL, Leandro. **O jornalismo na era da publicidade**. São Paulo: Summus, 2003.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MEDTISCH, Eduardo. **O jornalismo é uma forma de conhecimento?**. Set. de 1997. Disponível em: < <http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.pdf>>. Acesso em: 01 de jul. 2020.

MIRANDA, Nadja Magalhães. Divulgação e jornalismo cultural. In: RUBIM, Linda. (Org.). **Organização e produção da cultura**. Salvador: EDUFBA; FACOM/CULT, 2005.

MOREIRA, Sandra Virgínia. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

NASCIMENTO, Josafá Batista do. **A imprensa acreana na batalha por hegemonia: estratégias de 1969 a 2006**. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Acre. Rio Branco, p. 142. 2012.

NAYLOR, George. O inquieto bicho que faz arte. **Página 20**, Rio Branco, 01 de jul. de 1996.

_____. Arte é trabalho. **Página 20**, Rio Branco, 11 de ago. de 1996.

_____. “A gente não quer só comida”. **Página 20**, Rio Branco, 11 de ago. de 1996.

_____. Cultura. **Página 20**, Rio Branco, 12 de dez. de 1996.

_____. Maria Preta. **Página 20**, Rio Branco, 11 de set. de 1996.

_____. “Não vote em branco, vote em preto”. **Página 20**, Rio Branco, 11 de set. 1996.

_____. Oito de março – Haverá sempre um nome de mulher. **Página 20**, Rio Branco, 08 de mar. de 1997.

_____. Danah Costa – A musa dos Paralamas. **Página 20**, Rio Branco, 13 de mar. de 1997.

_____. Essa mulher seringueira!. **Página 20**, Rio Branco, 06 de mai. de 1998.

_____. Marina, essa seringueira mulher. **Página 20**, Rio Branco. 17 de dez. de 1998.

_____. “O Acre é doce e amargo”. **Página 20**, Rio Branco, 23 de mar. de 1999.

NEPOMUCENO, Babel. Protagonismo ignorado. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (Org.). **Nova História das mulheres no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

PEDRO, Joana Maria. Corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (Org.). **Nova História das mulheres no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

PERROT, MICHELLE. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Tradução Denise Bottmann. 8.ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2017.

PINSKY, Carla Bassanezi. Mulheres dos Anos Dourados. In: PRIORE, Mary Del. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

_____. A era dos modelos rígidos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (Org.). **Nova História das mulheres no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte, Letramento: Justificando, 2017.

_____. O corpo da mulher negra como pedaço de carne barata. Geledes. 05 de novembro de 2015. Disponível em <<https://www.geledes.org.br/o-corpo-da-mulher-negra-como-pedaco-de-carne-barata/>>. Acesso em: 25 de mar. 2020

SOARES, Murilo César. **Representação, jornalismo e a esfera pública democrática**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira**. 1. ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos C.; SANTOS, Ricardo V. (Org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz; Centro Cultural Banco do Brasil, 1996.

SILVA, Marina. **Pronunciamento de Benedita Silva em 14/05/1996**. Senado Federal, 1996. Disponível em <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/186613>>. Acesso em: 02 de jul. 2020.

SPANHOLZ, Liriam. **Jornalismo, conhecimento e objetividade: além do espelho e das construções**. Série Jornalismo a Rigor. v. 4. Florianópolis: Insular, 2009.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: PRIORE, Mary Del. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

TIRIRICA. **Câmara dos Deputados**, Brasília. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/160976/biografia>>. Acesso em: 19 de set. 2019.

TOTAL, Chico. **Memória Globo**. Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/humor/chico-total.htm>>. Acesso em: 19 de set. 2019.

VARGAS, Llosa Mário. **A civilização do espetáculo**: uma radiografia do nosso tempo e da nossa cultura. Tradução de Ivone Benedetti. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

VEIGA, Márcia. **Masculino, o gênero do jornalismo**: um estudo sobre os modos de produção das notícias. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In. SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. 2019. 5ª Reimpressão. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.